



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MÁRIO JORGE DOS SANTOS ALMEIDA

**AS PALAVRAS EM SEU LUGAR:
análises de discursos do Senador Francisco Leite Neto**

**São Cristóvão
2021**

MÁRIO JORGE DOS SANTOS ALMEIDA

AS PALAVRAS EM SEU LUGAR:
análises de discursos do Senador Francisco Leite

TCC apresentado à disciplina Prática de Pesquisa do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Edna Maria Matos Antônio

São Cristóvão
2021

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer Àquele que é a razão singular da minha existência, ao Deus nosso Senhor que nunca me desamparou este humilde servo e tendo como sempre a intercessão de Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

Aos meus pais, Jorge Almeida e Josinete Correia, por todo apoio e dedicação que tiveram e têm para comigo, a eles a minha eterna gratidão e meu amor. São eles a base que me sustentaram durante todos esses anos. Meus agradecimentos às minhas tias e tios que contribuíram para que esse dia chegasse, em especial, a Tia Ninha e meu padrinho Zé Cruz. A minha namorada, Nayara por todo apoio, amor e carinho.

A minha orientadora, Prof. Edna Maria, que colaborou de forma primorosa com este trabalho e toda minha trajetória acadêmica, sendo orientadora em várias etapas. Como também, prestar minha homenagem a todos os professores que passaram por minha vida. De igual modo, agradecer também, a Samuel Lubarino, pela amizade e ajuda em todos os momentos da minha vida acadêmica. Não diferente, agradecer a Kathleen Nogueira, parceira de todas as horas em nossas produções acadêmicas. Há vocês, meu muito obrigado. Que Deus os pague por tudo que fizeram.

Aos meus amigos, Jefferson, Rodrigo, Clesiane, Marlisson, Ysla, Kleiton, Vanessa, André, Joyce, obrigado pela amizade e todas as risadas proporcionadas. Vocês são mil! Não diferente, agradeço a Andriele, Leandra, Joyce Sandes, Carlos Antônio, Rafael Português, por todos os momentos de descontração compartilhados por vocês, como balança para os estresses do dia-a-dia. E claro, a turma do “buzu da alegria”, Wesley, Elizandra e Milena, por fazerem o caminho de ida e volta de casa para UFS, serem menos demorados e mais alegres.

Agradeço a cada um que torceu e torce por mim, que Deus possa recompensar a todos. MUITO OBRIGADO!

RESUMO

No presente trabalho pretende-se realizar algumas sucintas análises tendo como base os discursos do Senador Francisco Leite Neto, fazendo uma breve observação dos temas mais discutidos em seus discursos e contextualizando cada um deles. Para tanto, são utilizados livros e artigos que relatam o contexto histórico dos finais da década de 1950 e início de 1960, período este, correspondente ao mandato do Senador. Essa pesquisa tem como norteador analisar tais discursos, buscando descobrir quais os principais temas debatidos por ele. Dessa maneira, levantando o seguinte questionamento, em qual contexto social e político seus discursos são proferidos? E o quanto esse contexto dialoga com o discurso?

Palavras-chave: Análise de discurso; Golpe Militar; Leite Neto; Questão Agrária.

ABSTRACT

The present work intends to carry out some succinct analyzes based on the speeches of Senator Francisco Leite Neto, making a brief observation of the most discussed themes in his speeches and contextualizing each one of them. For this purpose, books and articles are used that describe the historical context of the late 1950s and early 1960s, a period corresponding to the Senator's mandate. This research has as a guide to analyze such speeches, seeking to discover the main themes debated by him. Thus, raising the following question, in which social and political context are your speeches delivered? And how much does this context dialogue with the discourse?

Keywords: Speech analysis; Military coup; Leite Neto; Agrarian Question

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 ANOS 60: UMA DÉCADA TURBULENTA.....	14
2.1 O GOLPE BATENDO À PORTA DO BRASIL.....	22
3 FRANCISCO LEITE NETO: UM SERGIPANO.....	27
3.1 SERGIPE: UMA PARTE DO BRASIL.....	29
3.2 O GOLPE CIVIL-MILITAR EM SERGIPE.....	36
4 DISCURSO DE UM SENADOR.....	40
4.1 COM A PALAVRA, O SENADOR.....	40
4.2 O SENADOR EM SUA APRESENTAÇÃO.....	40
4.3 O SENADOR E A REFORMA AGRÁRIA	49
4.4 BRASIL: UM PAÍS DE PROBLEMAS COM SOLUÇÕES.....	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	63
ANEXOS.....	67

1 INTRODUÇÃO

As palavras têm importância sem igual na vida da sociedade. De igual modo, o discurso tem papel relevante na atividade política de qualquer nação. É no discurso que se canaliza e expressa-se ideias e pensamentos ideológicos, políticos e pessoais. Sendo a principal arma utilizada no combate da retórica para a defesa de posicionamentos na luta política.

O discurso, pode apresentar tendências coletivas, contextuais, conjunturais e pessoais, e por conseguinte tem em sua materialidade a expressão do poder, como bem explica Celi Regina Jardim Pinto:

Todo o discurso é um discurso de poder, na medida em que todos os discursos pretendem impor verdades a respeito de um tema específico ou de uma área da ciência, da moral, da ética, do comportamento, etc. Entretanto, o discurso político se destaca de todos neste particular, porque enquanto os outros tendem a deslocar seus desejos de poder, tornando-os opacos, o discurso político explicita sua luta pelo poder (PINTO, 2006, p.78).

Nesse sentido, é no discurso que a luta pelo poder se mostra evidente, no jogo dos argumentos os elementos discursivos se entrelaçam exprimindo seus posicionamentos e pensamentos.

Foucault, vai um pouco além na definição da ideia do discurso, e a entende da seguinte maneira “Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram, numa dada época e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística determinada, as condições de exercício de uma função enunciativa” (2008, p. 154). Utilizando essas perspectivas compreendemos a importância da análise do discurso, podendo ser utilizado como ferramenta de observação e compreensão de determinada época e contexto histórico, de uma cultura ou mesmo ideologia.

Fica claro que para Foucault o discurso tem aspectos muito mais profundos, contextualizados e analíticos. E dessa maneira será tratado os discursos proferidos pelo Senador Francisco Leite Neto, como elemento revelador de um contexto político e social vivido no Brasil em meados do século XX.

Por tudo isso, o presente trabalho tem como finalidade fazer as análises de discursos de Francisco Leite Neto durante seu mandato de Senador da República. Dessa

maneira, levando a uma observação crítica de suas falas, tendo em vista, o período do seu mandato, na década de 60, que foi um momento conturbado da história brasileira. E nesse trabalho trataremos de evidenciar seus posicionamentos e pensamentos referentes àquele período agitado da vida brasileira.

Para tanto, pode-se questionar, quais os posicionamentos defendidos em seus discursos pelo senador sem seu mandato? Quais elementos do contexto político e social os discursos do senador apresentam?

Então, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os discursos do Senador Leite Neto proferidos no Senado Federal, analisando as características políticas dos discursos, relacionando-os ao contexto político e social de meados do século XX.

Assim sendo, determinou-se os objetivos específicos: observar e analisar os posicionamentos do Senador Leite Neto em relação às lutas políticas e sociais, relacionando-o ao contexto existente no seu mandato; analisar a partir dos seus discursos as principais e mais frequentes temáticas debatidas pelo Senador durante seu curto mandato.

Pressupõe-se na hipótese de que seus discursos têm um embasamento em sua vivência acadêmica e política, seja na produção de inúmeros trabalhos que colaboraram com a reflexão de diversos problemas sociais existentes no Brasil., como também, em sua trajetória administrativa e política, ocupando diversos cargos no executivo e legislativo.

Para colocar em prática a realização dessa pesquisa, se faz necessário a execução da metodologia. Que colaboraram com as relações de discurso e sociedade e a realidade. No primeiro caso é possível analisar em Bakhtin (1981) convergência entre discurso e sociedade, nesse entendimento a palavra é um indicativo de mudanças que ocorrem na sociedade. Outro conceito utilizado é o do discurso interligado à realidade, tendo Jodelet (1985) apresentado tal definição, as modalidades práticas ligadas as imagens, teorias, conceitos, se estiverem socialmente construídos contribuem para formar da realidade comum. Todos utilizados como elementos auxiliares da argumentação e embasamento da pesquisa, contribuindo com uma melhor compreensão das análises dos discursos.

Dando continuidade, ocorreu a abordagem do contexto histórico utilizando-se de historiadores que trabalharam o período de atuação do mandato de Senador de Francisco Leite Neto, para ser possível delimitar o tempo e analisar até que ponto sua oratória foi influenciada pelos ideais e processos históricos existentes.

A primeira metodologia utilizada na pesquisa foi a análise documental comparando ao contexto histórico, como parte essencial da construção deste trabalho.

Para isso foi utilizado o método proposto por Chilton e Schäffner (2011), que pode ser visualizado da seguinte maneira: coerção; encobrimento; legitimação/ deslegitimação e oposição/protesto. Tendo assim como elemento principal a análise documental e a comparação da bibliografia ao contexto histórico observado. Essa etapa forneceu um melhor embasamento ao abordar o discurso político de forma pragmática, semântica e sintática, buscando uma melhor eficiência e relações interdisciplinares e contextualizadas. A “Análise crítica do discurso como método de pesquisa científica” de Norman Fairclough; “O quadro atual da Análise de discurso no Brasil” de Maria Cristina Leandro Ferreira; “Análise do discurso e suas fronteiras” de Dominique Maingueneau; “Tendências da análise do discurso” de José Luiz Fiorin são exemplos de trabalhos que seguem a mesma linha de pensamento da pesquisa. E que colaboram de forma primordial na execução do trabalho, tendo todos eles o discurso como elemento de análise.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Fairclough (2012), defende a possibilidade de utilizar a Análise Crítica do Discurso (ACD), para a pesquisa social científica, tendo como objeto a singularidade presente na linguagem do novo capitalismo. Descrevendo inicialmente a posição teórica da atual versão da análise discursiva, passando para o aparato de análise/ método/ visão da crítica e finalizando sua pesquisa utilizando como exemplo de novo capitalismo as mudanças na economia globalizada. Essa perspectiva de observação foi utilizada na abordagem de análises de discurso que tem em seu conteúdo uma análise ampla dos regimes político e econômico vigentes.

Ferreira (2003), observa em seu artigo “A evolução da análise de discurso no Brasil”, mudanças de tom crítico utilizando a linguística, para objeto verbais e não-verbais, ampliando o olhar sobre os campos e análise, deslocando-se desde temas sociais a questões estritamente teóricas, como os mais variados gêneros de discurso (religioso, cotidiano, jurídico, científico), por conseguinte, desenvolvendo os métodos de análise praticados no Brasil.

Maingueneau (2007), nesse artigo, “A análise dos discursos e suas fronteiras”, produz, organiza e introduz bases no campo dos estudos discursivos tentando tornar essa área mais unificada e sem alterações significativas, que as variedades de abordagens em relação ao discurso não estão em intermitente competição, propondo que a delimitação das análises seja feita de acordo com diferentes territórios e correntes. Embasando-se dessa afirmativa encontra-se as características territoriais para analisar os discursos, o que colabora com o desenvolvimento do estudo.

Fiorin (1990) observa em seu artigo diversas tendências e perspectivas de análise dos discursos, caracterizando a análise do discurso a função do como e o porquê do texto abordado. Como o texto analisado expressa seu pensamento, ideias e concepções, as ferramentas utilizadas para construção do texto. E o por que o texto exprime determinado pensamento colocado no documento analisado. Aqui, temos um norte importante na descoberta e aprofundamentos dos discursos analisados, pois é nessa perspectiva que os principais questionamentos frente à análise do discurso são feitos. São esses questionamentos que auxiliaram na busca por mais informações, complementando a pesquisa e agregando ao trabalho.

Outra linha metodológica utilizada foi a da História Política Renovada. Passaram-se séculos para que a história definitivamente pudesse ser tratada como uma ciência, apenas no século XIX, junto com a própria solidificação da história enquanto ciência, a política fez morada como principal, muitas das vezes único, objeto de estudo da história. Porém, com o passar dos anos, a partir de reflexões e novos pensamentos, redefiniu-se o pensamento historiográfico e os objetos de estudos.

No livro “Novos Domínio da História”, Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, demonstram que “[...] o sistema político, como a noção que engloba (e substitui) outros – Estado, poder, definiu-se como um sistema de interações, o qual são feitas e implementadas as alocações de valores dotadas de autoridade em qualquer sociedade.” (2012, p. 43)

Nesse sentido, a ideia de poder e Estado está intimamente ligada ao sistema político como a interligação de valores e ações que são materializados e expressos na autoridade. E são, justamente, as ações das figuras que ocupavam o centro do poder que se firmavam únicos fios condutores da história, terminado o ensejo sobre o Estado enquanto principal agente do poder político e suas representatividades.

Como visto, o conceito indissociável da política é o do poder. Esse era visto no século XIX, apenas em sua relação com o estado. Porém, com as mudanças empreendidas na historiografia tal conceito passou a ser observado de uma forma mais ampla. O exercício do poder está presente também em nossas relações sociais, como bem explica (BARROS, 2009, p.17): “Poder” - de acordo com a nova ótica que foi se impondo gradualmente – é aquilo que exercemos também na nossa vida cotidiana, uns sobre os outros, como membro de uma mesma família, de uma vizinhança ou de uma comunidade falante.”

Com a ascensão dos Annales, na primeira metade do século XX, as críticas sobre a História Política tradicional e sua linha de pensamento ganharam força. Tais críticas caracterizavam a História Política como sendo: nacionalista, pouca profundidade em suas análises e – o que talvez mais caracterizava – a biografia dos “grandes homens de Estado”, tornando as ideais e ações dessas personalidades os elementos condutores da história.

Muito além de críticas, às formas de abordar a história política tem sua mudança radical, apresentando um novo caminho de oportunidades de pesquisa e a ampliação das dimensões interpretativas. Uma história política renovada ganhava uma estrutura muito diferente do que antes era proposto. Assim, observa Ione Oliveira:

[...] ao mesmo tempo em que o enfoque político dos fatos sociais foi colocado à margem, as renovações historiográficas produzidas pela Escola dos Annales e pelos marxistas ampliaram o horizonte interpretativo do historiador e, desse modo, criaram condições para que a História Política viesse a receber um novo tratamento (OLIVEIRA, 2007, p. 95).

Portanto, é notório o importante papel da Escola dos Annales para as mudanças nos horizontes historiográficos. Uma nova matriz de análise foi constituída e trabalhada. A história política passa por um novo tratamento com a mudança de olhar às ações individuais, passando a uma visão mais plural, em várias dimensões, um olhar coletivo das reações do poder. Estas estariam entrelaçadas às relações sociais e é dentro dessa perspectiva que observa Vavy Pacheco Borges e vai um pouco mais além, quando afirma:

A noção do político se amplia e passa a incluir o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução das atitudes ao tomarem posição, deliberada e conscientemente para intervir nas áreas em que se decidirá seus destinos. A psicologia social, a ciência política, linguística e a filosofia política são as influências que levam a história política a se tornar uma história do político: o casamento da história dos costumes, dos comportamentos (BORGES, 1992, p. 16).

Dessa forma, quando o historiador se inclina sobre essas temáticas presentes no íntimo do universo político, é possível a observação de interligações com outros campos da historiografia, seja a história cultural, das mentalidades, social e econômica, uma vez que todas estão inseridas dentro dos processos históricos presentes na história política. Os episódios da vida real da sociedade nunca estão isolados em dimensões específicas, mas observáveis e analisáveis de todos os aspectos e tendências possíveis e pertinentes.

A partir dessas problemáticas, os levantamentos das reflexões entre Estado e sociedade tendem a afirmar suas similaridades, algo completamente natural, tendo em

vista, os moldes institucionais sobre o mundo inteiro, sendo o principal delineador o Estado. A nova percepção do que é a história política, entende que não se pode compreender toda uma gama de relações simplesmente analisando o Estado e suas instituições, uma sociedade em seu todo jamais será caracterizada somente com esse aspecto.

René Rémond, ao final da década de oitenta, lança a obra “Por uma história política” que tinha por objetivo fazer um levantamento teórico-metodológico da história política renovada. Reiterando as análises e quanto a história política estava ultrapassada, presa a um passado individualista e fatos históricos. Diferentemente do que estava sendo proposto, uma coletividade e a processos históricos.

Assim, a História Política passou a ser abordada de forma interdisciplinar, favorecendo uma melhor compreensão dos múltiplos olhares em que atualmente se encontra o objeto político. Rémond (2003) expressa a necessidade da relação entre a Psicologia Social, Matemática, Sociologia e Linguística para a construção de uma História Política mais ampla. Observa-se essa relação umbilical entre política e interdisciplinaridade no seguinte trecho:

A Política vem sendo compreendida por nós como uma encruzilhada de campos de conhecimento, apoiando-se na interdisciplinaridade como um de seus aspectos centrais e debruçando-se sobre distintos objetos tais como: preconceito social; diferentes formas de racismo, xenofobia e homofobia; ações coletivas e movimentos sociais; intersubjetividade e participação; socialização política e saúde pública; relações de poder e instituições totais; valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas (ALMEIDA; SILVA; PEDRO, 2012, p. 3).

Além da interdisciplinaridade, a participação popular ganha destaque, iniciando a compreensão das organizações sociais, também, como um elemento de poder fora da esfera estatal. O poder é exercido não somente pelo Estado, mas todos aqueles setores que têm influência econômica, social ou mesmo de informação.

É justamente sobre os diversos poderes que Loiva Otero Félix afirma que “o importante é a análise relacional do político. Não interessam os micro-poderes em si, mas o estabelecimento das relações entre os mesmos, permitindo identificar e compreender as redes de poder que se tecem no corpo social” (FÉLIX, 1998, p. 61). Ou seja, a sociedade é composta de poderes, que se relacionam e comungam, muitas das vezes, a organização de repartições ou exercício dos poderes, construindo a complexidade das relações políticas e sociais.

No Brasil, a revitalização da História Política se deve a mudanças no cenário nacional a partir da década de 1980, devido ao processo de transição democrática, momento singular da história do país onde vários foram os desafios para os diversos setores da sociedade brasileira.

Dessa maneira, a revitalização da nova forma de produzir História, traz consigo o peso desse contexto histórico, na qual se observa a utilização de conceitos como interdisciplinaridade e participação popular. As modificações a partir da introdução de novas abordagens e das relações políticas vigentes no período pós-ditadura são o eixo das transformações e reflexões na nova história política.

Assim, é necessário compreender estruturalmente o presente trabalho. O primeiro capítulo é dividido em duas seções. Na primeira seção, foi realizado o debate e contextualização histórica do final dos anos de 1950 e início dos anos 1960. É imprescindível, para o bom entendimento do trabalho, a análise desse período, pois é sobre ele que o mandato do Senador Leite Neto ocorreu.

Tal período, tem em sua marca toda uma turbulência mundial e nacional. No primeiro plano, o mundo vivia a disputa entre as superpotências, Estados Unidos e União Soviética, essa disputa provocou o clima de tensão e medo em todo o mundo.

A segunda seção do capítulo discute o cenário pré-golpe civil-militar de 1964, que retirou o então presidente João Goulart do poder. Essa é uma etapa fundamental para compreender os discursos do senador, tendo em vista o período de seu mandato, que vai de 1963 a 1964.

No Brasil, essa disputa influenciava os debates sobre a luta política, especialmente contra o comunismo, nesse sentido, contra a União Soviética. Ademais, os conflitos internos, os problemas políticos do governo Jânio Quadros, a desestabilização do governo Jango e o golpe civil-militar de 1964, são marcas dos anos 60.

No segundo capítulo, em sua primeira seção, é apresentada a biografia de Francisco Leite Neto, todos os cargos políticos importantes que ocupou, além de apresentar uma breve discussão de sua produção científica, enquanto analista dos problemas brasileiros.

Na segunda seção é trabalhada a contextualização histórica de Sergipe, dentro do mesmo período do capítulo anterior, anos 1950 e 1960. Partindo do pressuposto de que o Senador representa Sergipe, é natural tal contextualização, para contribuir ainda mais com o trabalho. Nessa parte, os processos históricos, políticos e sociais são debatidos e

apresentados, desde o governo de Leandro Maciel (1955-1959) ao governo de Seixas Dória (1963-1964), governador cassado pelo golpe civil-militar de 1964.

Além disso, foi realizado um debate mais aprofundado sobre os acontecimentos do ano de 1964 em Sergipe. Momento muito relevante da história brasileira que não poderia deixar de ser refletido.

No terceiro e último capítulo, discorre todas as análises de discursos do Senador Leite Neto, são três os discursos selecionados e analisados, o seu primeiro, em 1963. Neles o Senador faz o apanhado geral de suas análises sobre a história brasileira, além de proclamar seus pensamentos e opiniões sobre os acontecimentos vivenciados no exercício do seu mandato de Senador. Também faz um esboço de sua carreira política e profissional. Realiza uma reflexão profunda sobre a reforma agrária e sua os problemas dos setores econômicos brasileiros.

2 ANOS 60: UMA DÉCADA TURBULENTA

Neste capítulo iremos realizar uma contextualização histórica, no final dos anos 50 e início dos anos 60, abordando as práticas políticas e sociais. Pois, o mandato do Senador Leite Neto, ocorreu justamente nos anos de 1963 a 1964, ano de sua morte.

Dessa maneira, para entender os discursos proferidos pelo Senador Francisco Leite Neto, iremos contextualizar o momento antes do seu mandato e o período que exerceu sua função. Ao final dos anos 50 até o ano de 1964, momento do golpe civil-militar e término do seu mandato.

Dando continuidade aos trabalhos, a década de 60 é marcada por grandes momentos de rupturas históricas no Brasil. Nela o país adentrou em sua segunda ditadura. Nela, os debates ideológicos que separaram o mundo chegaram ao seu momento mais assombroso, ameaçando a continuidade da existência da humanidade. De igual modo, outros tantos processos históricos se desencadeiam nesta década.

O Brasil já iniciava a década de sessenta com graves problemas - Não diferentes dos vividos até hoje – mas, acima de tudo, uma grave crise política. Ao final da década anterior, a pauta da Reforma Agrária ganhou espaço e status no debate e na luta social.

Em 1959, o então presidente Jânio Quadros renuncia à presidência da república. Um governo completamente desconectado com os reais problemas do povo, para se ter uma ideia, a inflação entre 1959 e 1960 superava a casa dos 30% ao ano, o dobro do

indício do biênio anterior¹ Enquanto o país e seu governo tinham sérios problemas, econômicos e de governabilidade, o presidente tinha outras preocupações.

Em menos de sete meses de governo, Jânio assinou uma série inacreditável de decretos: vetou corridas de cavalos nos dias úteis e rinhas de galo todos os dias; proibiu o uso de lança-perfume nos bailes de Carnaval e de biquíni nas praias; regulamentou o comprimento dos maiôs nos desfiles televisionados dos concursos de misses (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 432).

Assim, o mandatário da nação se mostrava um péssimo governante preocupado com a vida costumeira de uma sociedade marcada pelas mudanças sociais, especialmente, em uma juventude cada vez mais politicamente ativa. A juventude dos anos 60 é marcada pela organização política, nela os jovens reconheciam o palanque de luta e afirmação social; Novaes (2000) observa a atuação na sociedade dessa juventude afirmando que os jovens dos anos 1960 apresentavam uma relação poderosa com a classe trabalhadora, mesmo com todas as diferenças existentes entre essas duas classes. Essa afirmativa explica de forma clara como essa relação é muito proveitosa para o espírito e ação da luta política.

De igual modo, pode-se dizer da qualidade de sua política externa. Todavia, é necessário compreender o contexto da política internacional do governo de Jânio Quadros. Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo se dividiu entre as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética. Hobsbawm (1990) apresenta esse pós guerra da seguinte maneira:

A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armada comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética (HOBBSAWM, 1990, p. 224).

Essa era a divisão e disputa entre os dois países que ficou conhecida como Guerra Fria. Entretanto com o passar dos anos as tensões foram gradativamente aumentando. Em 1959, explode, na pequena ilha das Américas, Cuba, uma Revolução que depôs o ditador Fulgêncio Batista e elevou os Revolucionários, com o apoio da URSS, ao poder. A ilha

¹ Dados da Fundação Getúlio Vargas apontam que na década de 1960 a inflação chegava a índices superiores aos 30%. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/inflacao>

que fica a pouco mais de 140 quilômetros dos Estados Unidos, ficava agora sobre a influência Soviética. Causando ainda mais atrito e tensão mundial.

Jânio testou a paciência dos Udenistas e toda uma ala conservadora do país. O Udenismo nasce enquanto movimento político durante a ditadura do Estado Novo, justamente como oposição ao regime Vargasista. Segundo Ferreira (2003), os membros da futura UDN tiveram importante contribuição em todo o processo de desestabilização de Vargas, durante seu primeiro governo. Logo após, o restabelecimento da democracia, torna-se partido político de intensa atuação no cenário nacional, participando do governo de Jânio Quadros.

Ao condecorar o Ministro do governo Cubano de Fidel Castro, com a Ordem do Cruzeiro do Sul², logo após a Revolução Cubana, provocou a ira dos Udenistas³ e outros setores conservadores do país. Porém, a única intenção era de mostrar ao mundo e aos brasileiros um modelo de política externa independente. Entretanto, iniciar tal metodologia no auge da Guerra Fria, com os dois blocos, capitalista e comunista em pleno confronto, foi um erro grave, apenas fez a crise política estourar.

Figura 1 – Condecoração de Che Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul



Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/conservador-na-agenda-economicaprogressista-na-politica-externa>

² Tem como principal função homenagear personalidades estrangeiras relevantes. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cerimonial/ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul>

³ Segundo Ferreira (2003), outra característica marcante da UDN é o seu excessivo formalismo e sua doutrina dogmática, sem a flexibilidade e habilidade política, que outros partidos possuíam, como por exemplo o PSD.

Do ponto de vista social, o governo de Jânio é marcado por diversas transformações. Além do surgimento em caráter nacional das ligas camponesas, temos uma organização e crescimento dos movimentos operários, a participação e mobilização dos estudantes e parte da Igreja Católica, os grupos mais progressistas, se associam a movimentos sociais.

Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renuncia à presidência da república, um ato que trouxe consequências incalculáveis para o Brasil. Evidentemente, com a renúncia do titular, cabe ao vice assumir o cargo, nesse caso, caberia a João Goulart, então vice-presidente.

O então vice-presidente João Goulart, já tinha uma trajetória política. Fez carreira no Rio Grande do Sul, do qual foi deputado estadual e federal, Ministro do Trabalho no segundo governo Vargas, e por dois momentos foi vice-presidente, de Juscelino Kubitschek e por fim, de Quadros. Foi preconizado como grande sucessor de Getúlio Vargas, seguindo o ideário trabalhista. Para Marco Antônio Villa (2004) uma geração de brasileiros vê Jango um presidente jovem e corajoso, com toda a disposição e garra para fazer reformas necessárias ao Brasil. Contudo, sua passagem pela presidência, toda essa imagem é quase desfigurada. Isso ocorre especialmente pelas ações empreendidas enquanto presidente, todas contrárias a figura de destemido, realizador ou de uma ótima habilidade política. Essa controvérsia ocorre em especial pela maneira que tratou várias de suas crises políticas, como a revolta capitaneada por sargentos, ou mesmo sua posição de não resisitir de forma mais contundente ao golpe civil-militar de 1964.

Porém, como o Brasil não é um país comum, parte dos militares integrantes das Forças Armadas não aceitaram a ideia de Jango ser empossado presidente. Estava posto um dilema que mudaria a história do país. Para contestar toda a trama contra o jovem presidente, levantou-se uma voz no Sul do país, bradando contra a tentativa de golpe, era o governador Leonel Brizola. Para garantir a posse de Goulart, Brizola colocou em prática as seguintes ações:

O governador pôs em ação a poderosa Brigada Militar gaúcha e determinou a transferência dos estúdios da Rádio Guaíba para o subsolo do Palácio Piratini. Ato contínuo, postou um destacamento da Guarda de Choque com três metralhadoras pesadas protegendo a antena transmissora e a torre, na ilha da Pintada, a dose quilômetros de Porto Alegre (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 434).

Dessa maneira estava iniciando a chamada Campanha da Legalidade. O Brasil mergulhava em uma situação muito complicada, pois era iminente o risco de uma guerra

civil no país. Brizola pegou em armas para defender e garantir que os ritos democráticos⁴ da Constituição de 1946 fossem respeitados.

Figura 2 – O então Governador Leonel Brizola, segurando uma metralhadora.



Fonte: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-leonel-brizola-criou-campanha-da-legalidade-para-barrar-o-primeiro-golpe-contrajango.phtml>

Com a resistência vinda de Brizola e o apoio do comandante do III Exército, os militares tiveram que recuar em suas pretensões e negociar uma saída. A ideia foi a mudança do regime de governo, Jango assumiria a presidência em um regime Parlamentarista, sendo ele apenas chefe de Estado e tendo um Primeiro-Ministro para chefiar o governo. Na prática, os poderes outorgados pelo povo nas eleições anteriores lhes seriam retirados.

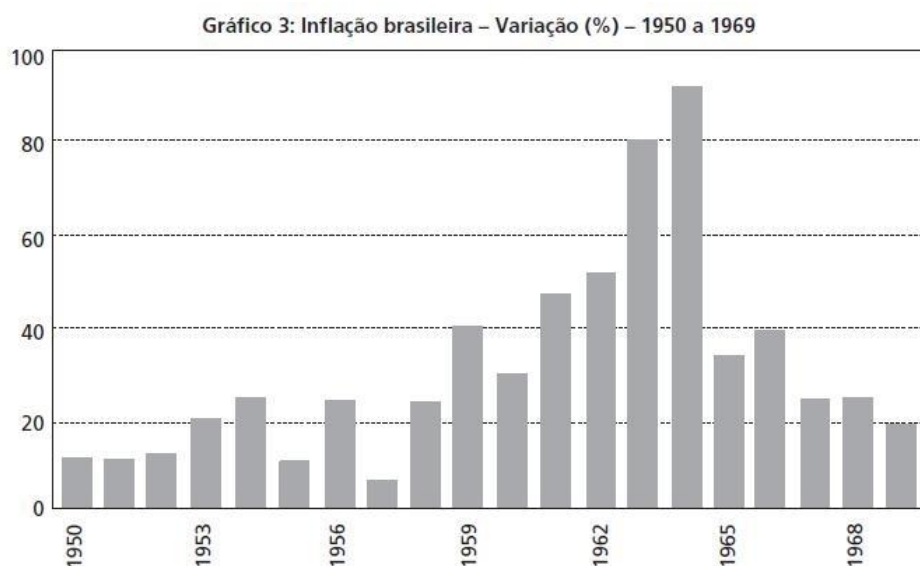
No período parlamentarista, do ponto de vista econômico, o país enfrentava níveis elevados de inflação, prejudicando e consequentemente inflamando as classes mais baixas da sociedade. Para piorar as relações, desagradou grupos da elite econômica ao

⁴ Os ritos democráticos que deveriam ser garantidos são os que determinam o Artigo 79 da Constituição de 1946, que faz a seguinte afirmação em seu inciso primeiro: Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Vice-presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Vice-Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

aprovar a Lei de Remessas de Lucros, tal lei impedia que fossem enviados por multinacionais mais de 10% dos seus lucros para fora do país.

Para todos os governos, sejam eles presidencialistas ou parlamentaristas, a inflação é mal terrível que tem como grande prejudicado os mais pobres. Com a inflação em alta, a carestia de alimentos, de produtos de higiene e tantos outros comprometem a renda da população. Isso cria todo um ambiente de desaprovação popular e revolta, pois é ao governante que o povo irá se voltar, seja para a crítica como culpado ou mesmo como responsável por resolver o problema.

Figura 3 – Gráfico dos níveis inflacionários das décadas de 50 e 60



Fonte: (MUNHOZ, 1997, p.62)

Em sua política externa, Jango manteve uma determinação independente, sem um alinhamento aos Estados Unidos ou à União Soviética, o que causará ainda mais desconfiança da potência ocidental. Dessa maneira, praticou a mesma política externa de seu antecessor.

Para piorar a situação, nas eleições de 1962, apenas um governador eleito era do campo progressista, Miguel Arraes, Governador de Pernambuco. Fato que prejudicaria os arranjos político de Jango, tendo em vista a necessidade e centralidade de uma política de mediação com os governadores. Além dos poucos governadores aliados, no Congresso as forças dominantes contrárias a Goulart não foram substituídas pelo povo. Assim, ocorre a seguinte compreensão “As eleições de 1962 emitiram um segundo alerta: o

golpismo continuava articulado no país” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p.440). Estavam prontas e fortes para derrubar o governo, bastava a pressão necessária para que isso viesse ocorrer.

Outras características dessas eleições foram o modelo de financiamento e articulação de campanhas Brasil afora. “O Ibad despejou uma avalanche de dinheiro para o financiamento de 250 candidatos a deputados federais e seiscentos a deputados estaduais, além de oito candidatos a governadores – uma ilegalidade sem tamanho, de acordo com a lei eleitoral em vigor” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p.440).

Temos assim, uma verdadeira insurreição sendo financiada em eleições, contrariando as leis brasileiras. Ações como essas trazem grande prejuízo a liberdade e a integridade das eleições, prejudicando a decisão final do eleitor, e comprometendo o exercício democrático.

Essa insurreição teve o auxílio de outros dois órgãos, o IBAD e o IPES. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), foi fundado em 1961 tendo total alinhamento contrário ao comunismo, resultado da união de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo. Já o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), foi fundado em 1959, também sob a liderança de empresários do Brasil.

Entretanto, o que esses dois institutos têm de incomum, além da própria participação do empresariado é a sua influência na disseminação de ideias contra o Governo de João Goulart, não somente divulgador, mas financiador dessas ideias, utilizando-se de recursos internacionais, como afirma Oliveira (2008) “Para isso não basta dizer que o capital internacional utilizou-se somente de seu poder econômico. Desenvolveu, através do IPES e do IBAD, uma aptidão organizacional e capacidade política própria para influenciar e decidir diretrizes políticas no Brasil” (OLIVEIRA, 2008, p.31).

O fator internacional também foi muito importante para a desestabilização do Governo de Jango. E era através desses dois órgãos que as mãos de potências estrangeiras manipularam os destinos políticos do Brasil. Isso funcionou da seguinte maneira: “Por meio de uma inteligência, política, militar, técnica e empresarial, membros dos dois Institutos formavam uma estrutura no poder político representante efetivo do capital transnacional, no momento em que ocorria o processo de inserção e consolidação das corporações multinacionais no Brasil” (OLIVEIRA, 2008, p.31). Era notória a dominação e participação do capital como agentes manipuladores de informações em vários setores

da sociedade, combatendo de forma sistêmica o governo de Goulart e tudo que ele representava.

Para a tristeza dos opositores de Goulart, o povo soberanamente, em plebiscito, votou a favor da volta do sistema presidencialista, e em janeiro de 1963, após 14 meses, Jango retomava plenos poderes. “ Em janeiro de 1963, cerca de 9,5 milhões de um total de 12,3 milhões responderam “não” ao parlamentarismo. Retornava assim o sistema presidencialista, com João Goulart na chefia do governo”(FAUSTO, 2013,p.387). Assim, o povo escolheu o sistema que deveria vigorar e pôs fim a tentativa de golpe contra Jango.

Para enfrentar os problemas financeiros do Brasil, sob o comando do economista Celso Furtado, o governo lançou o Plano Trienal, um conjunto de medidas importantes como resposta à crise inflacionária e de baixo crescimento que assolava o país.

O objetivo principal do plano: retornar aos níveis de crescimento dos governos anteriores. E pra que esse feito fosse concretizado o governo preparou uma enorme alocação de recursos para investimentos em diversos setores e no âmbito do plano, para além de crescimento econômico, também estava previsto, distribuição de renda, base fundamental para um desenvolvimento amplo de uma sociedade. Essas reformas estruturais que previam uma distribuição mais justa das riquezas foi chamada de Reformas de Base.

Entre as principais pautas, defendidas nas chamadas Reformas de Base, estava a reforma agrária. Todavia, travar essa disputa com os latifundiários brasileiros seria muito difícil. E a organização que esteve na linha de frente dessa tarefa foram as Ligas Camponesas, Ligas camponesas, que para Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2018), foi “ A principal organização que lutou por essa pauta foram as Ligas Camponesas, dessa forma “ [...] e introduziu a questão agrária no centro da agenda política nacional, entre 1950 e 1960” (p.440).

É justamente em contestação aos grandes latifundiários que renegavam e não aceitavam o processo de reforma agrária. Tendo sua afirmação de luta da explicada por “ Por outro lado, as Ligas Camponesas se insurgem contra os proprietários rurais, criticando publicamente, através de passeatas, mobilizações, toda essa situação em que vive a grande maioria dos trabalhadores rurais do Nordeste” (FERREIRA;DELGADO, 2003, p. 261).

Como explicam Jorge Ferreira e Lucília Delgado(2003), muito além da reforma agrária, estava no centro da luta camponesa a difícil situação de trabalho vivenciada pelos trabalhadores rurais. Sua afirmação de luta vem justamente da mobilização das massas.

Contudo, com o golpe de 64 que derrubou o governo Jango e Ascensão dos militares ao poder, todo um aparato repressivo é montado e executado aos mais variados grupos da sociedade civil organizada que estavam em defesa da democracia, como bem afirma Ferreira e Delgado (2003) o golpe de 1964 irá interromper toda essa experiência histórica. Líderes sindicais, políticos e militares de esquerda foram alvo de prisões, torturas e assassinatos. Os proprietários terão o apoio dos militares para cercear qualquer tentativa de modernização das relações de trabalho no meio rural.

Porém, mesmo com todo o esforço do governo, e a elaboração de um Plano de desenvolvimento do Brasil, os resultados foram amargos. “Em meados daquele ano, tornou-se claro que o plano tinha fracassado” (FAUSTO, 2013, p.389). Vários os motivos que identificaram os péssimos resultados: primeiro, a inflação que batia a marca de 25% ainda no primeiro semestre; segundo os resultados do PIB, que em pretensões mais ambiciosas tinham como objetivo os 7%, entretanto o país teve amargar o baixo, 1,5% em 1963. Esses eram problemas graves que contribuíram ainda mais para a desestabilização do Governo de João Goulart.

Portanto, a década de 60 no Brasil tem as marcas da crise. Seja do ponto de vista político, seja do econômico. O país atravessou um período conturbado e dramático; Altas inflacionárias, baixos níveis de crescimento econômico, atritos e vinculações sociais, são marcas dos início dos anos 60. Problemas esse que iriam piorar ainda mais em 1964.

2.1 O GOLPE BATENDO À PORTA DO BRASIL

Ao final de Março de 1964, o Brasil inicia uma ditadura militar que duraria cerca de 21 anos, e terminaria somente em 1985. Para tanto, foi necessário a execução de um golpe de estado, retirando um presidente democraticamente eleito pelo povo do seu cargo.

Desde o início do seu mandato João Goulart vinha enfrentando dificuldades para governar o país. Essas dificuldades apenas pioraram em 1963. Nesse mesmo um ano, uma proposta muito cara e prioritária do governo seria rejeitada no Congresso, a Reforma Agrária. Essa derrota representou um baque muito sólido à força política de Jango, que não compreendia a capacidade de articulação das oposições.

Se de um lado Jango não conseguia agradar de forma coesa seus aliados, que exigiam maior contundência nas ações de enfrentamento às oposições. Por outro lado, a oposição ficava cada vez mais ofensiva e reacionária, ganhando cada vez mais adeptos e

inflamando setores da sociedade em conspiração ao governo. Em seus aliados o mais eloquente era, Leonel Brizola, que não poupava críticas: “Reclamava que o governo deveria endossar uma política de confronto com o capital estrangeiro, patrocinava a convocação de uma Assembleia Constituinte que incluísse operários, camponeses e os subalternos das Forças Armadas, e admitia se inevitável atropelar o Congresso para executar as reformas de base” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p.442).

Pode-se notar que a linguagem proposta por Brizola era enérgica possível, atravessando as barreiras Constitucionais para implantação das reformas necessárias ao Brasil. Para Boris Fausto (2013) outra ação que deixou os aliados de Jango destemperados foi: “Um acordo para compra de uma empresa estrangeira, concessionária do fornecimento de energia elétrica – American and Foreign Power Co (Amforp) -, considerado lesivo aos interesses nacionais, recebeu duras críticas dos brizolistas”. (FAUSTO, 2013, p.389). Se em sua própria base aliada existiam problemas, não seria diferente na oposição.

As forças contrárias a Jango não poderiam perder uma oportunidade como essa, inflamar ainda mais os setores da sociedade pedindo a saída do presidente. E mais uma vez, uma das vozes mais fortes contra Jango se levantava, era Carlos Lacerda. Agitando a polarização e criando todas as dificuldades para desestabilizar o presidente.

Aqui, cabe mostrar o papel um outro setor da sociedade brasileira, que agiu de forma muito poderosa na articulação do golpe de 1964, a imprensa. Dentro dessa perspectiva, de importante da imprensa nos fatos ocorridos em 1964, Melo (2014) afirma:

A rapidez com que foi desfechado o golpe de 1964 explica-se em grande parte pela adesão que os golpistas civis e militares receberam da quase unanimidade dos nossos jornais. Somente o jornal Última Hora permaneceu fiel ao presidente João Goulart. Por isso mesmo sofreu represálias, principalmente na cidade do Recife, onde foi empastelada a edição Nordeste (MELO, 2014, p. 9).

Seria inevitável suportar todo um aparato repressivo dessa magnitude contra o governo, tendo em vista a influência que a imprensa teve e ainda tem sobre a sociedade. Unir conglomerados jornalísticos em torno de um o único projeto, a derrubada do presidente João Goulart. A imprensa foi ponto importante de inflexão para manipulação das massas e consequentemente o fim do governo, como bem afirma Carlos Fico: “Sem a desestabilização (propaganda, ideológica, mobilização da classe média etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar impossível” (FICO, 2004, p. 55).

É justamente nesse processo e nessa inter-relação entre os grupos organizados da sociedade civil e as Forças Armadas que surge o debate dentro da historiografia, definindo que a ditadura posteriormente, que posteriormente ao golpe ocorreu, foi uma ditadura civil-militar.

Contra Lacerda, Jango tentaria algo que não apenas era inviável, mas que também o prejudicou ainda mais em sua relação de harmonia institucional entre os poderes, e especialmente entre os Estados federados da nação, a decretação do Estado de Sítio. A intenção era realizar intervenção no estado da Guanabara, o qual era governado por Lacerda. Tal ação, apenas pôs – mais lenha na fogueira, a reação dos governadores foi enérgica, afirmando contundentemente que isso jamais seria sancionado pelo Congresso.

Outro fato importante que colaborou ainda mais com a desestabilização do governo foi a insubordinação de setores militares, especificamente, sargentos e cabos da Marinha e Aeronáutica. Fato que segundo Boris Fausto (2013) “[...] ajudou a empurrar esse grupo para conspiração” (p.389). A rebelião foi um choque para os oficiais da alta cúpula das Forças Armadas, que enviou tropas para desfazer toda a contenda.

Porém, para tristeza ou alegria dos militares insubordinados, outro personagem causou ainda mais espanto aos oficiais: o presidente João Goulart. “É tão chocante para os quartéis quanto a insubordinação dos sargentos seria a reação de Jango, que assumiu posição de neutralidade – sem defender nem atacar os rebeldes – e silenciou diante do apoio aos sargentos expressado pela maioria das forças de esquerda” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p.443). Para quem estava na situação do presidente, o silêncio, não seria o melhor remédio, acabaria perdendo o apoio da alta cúpula – que já não estava ao seu lado – e dos militares de baixa patente, que haviam se rebelado. Jango caminhava para um precipício sem ao menos um galho de árvore para se segurar.

Se do ponto de vista político, o Governo perdia o rumo, no social não era diferente. Em outubro de 1963, estoura em São Paulo, uma paralisação de operários de diversos setores, desde a metalurgia a produção de papel, durando apenas alguns dias. Ao conseguir a vitória, aumentando os seus salários, de forma indireta e sem intenção, colaborou com o discurso golpista utilizado pela oposição. “O aumento seria rapidamente desfeito pela inflação. O espantinho da hiperinflação começou a ser agitado pelos partidários de um golpe, como prova de que o governo estava levando o país para um princípio” (FAUSTO, 2013, p.390). Se existe um problema que afeta de forma profunda os mais pobres é a inflação. Nela, a oposição utilizou-se também, como ferramenta de

agitação das massas e acima de tudo, como discurso canalizador de críticas à condução do país por Jango.

A partir de então a pressão sobre o governo de Jango se tornaria ainda mais forte. “Começou aí a inversão de sentido que permitiu aos golpistas se apropriarem da bandeira da defesa da legalidade, argumento capaz de, nos meses seguintes, fornecer credibilidade à campanha anti-Goulart patrocinada pelo Ipes. A partir de outubro, a instabilidade política e administrativa do governo ficou evidente” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p.443). Essa evidente constatação de vulnerabilidade do governo não seria desperdiçada. Todo o descrédito e desequilíbrio no trato governamental foi jogado sobre o governo em forma de pressão pela saída do presidente. O golpe já se desenhava no quadro branco do Brasil.

O último aspecto, e talvez um dos mais importante, foi o apoio internacional ao golpe. Essa participação internacional é considerada um elemento fundamental na concretização do golpe como podemos observar na afirmação de Moniz Bandeira:

No início da década de 1960, pela primeira vez na História do Brasil, os trabalhadores tiveram acesso às políticas de Estado e exerceram alguma influência nas decisões governamentais. Tal fato decorreu da habilidade de João Goulart nas relações desenvolvidas com o movimento sindical e demais organizações populares. Desde seu mandato como ministro do Trabalho e com maior ênfase quando presidente da República buscou nas demandas dos trabalhadores referências para suas políticas governamentais. Enfrentou, em razão dessa opção, forte oposição conservadora. Os mesmos setores que se opuseram à sua posse, em 1961, articularam-se para depô-lo, em 1964. Em sua mobilização conspiratória encontraram efetiva parceria na CIA e do capital internacional norte-americano (BANDEIRA, 2001, p. 123).

A conspiração já se tornará realidade, o Brasil caminhava a passos largos para um golpe. Jango, em seus últimos suspiros como governante, convocou um comício, o comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em apoio às reformas de base. Essa seria a resposta de Goulart a toda a crise e calor político vivido no Brasil, bradar em discurso ao povo defendendo as reformas que defendia.

Dias depois, enviou ao Congresso Nacional a mensagem ano do presidente da república a casa. Nela propunha a convocação de plebiscito para aprovação das reformas, e pretendia modificar o texto da Constituição de 1946. Ao fazer isso, Jango colocou ainda mais suspeição, frente aos seus opositores, em suas intenções no comando do executivo nacional.

Em resposta, ao comício da Central do Brasil, foi promovido em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, onde milhares de pessoas saíram às ruas pedindo nada menos que intervenção dos militares sobre o governo. Para Schwarcz o que definia o movimento era: “Na origem dessa frente, em primeiro lugar estava a compartilhada aversão de setores da sociedade ao protagonismo crescente dos trabalhadores urbanos e rurais. Em segundo, o dinheiro curto e o futuro incerto acenderam o ativismo das classes médias urbanas, cientes de que um processo radical de distribuição de renda e de poder por certo afetaria suas tradicionais posições naquela sociedade brutalmente desigual. E tudo isso junto ajuda a entender a intensidade e a extensão do movimento (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 444).

Todo um sentimento nacional de coesão de ideias e objetivos necessários ao golpe estava posto, Jango sem apoio político, social ou mesmo de militares. Bastava um único ato para deposição do presidente, e ele aconteceu em 31 de março.

No dia 30 de março, Goulart participou de festa na Associação dos Sargentos, na Cinelândia. Na madrugada do dia 30 para o dia 31, o general Olympio Mourão, decidiu marchar com suas tropas rumo ao Rio para depor o governo. O presidente, contrariando o incentivo de muitos correligionários, preferiu não resistir. Saiu do país às pressas, exilando-se no Uruguai. Estava instaurada uma ditadura civil-militar.

De certo, até hoje, ao se debater o golpe de 64, a historiografia não chegou ao real motivo que levou a não resistência de Jango ao golpe, nem mesmo de tantos outros grupos que o apoiavam. O que chega a ser consenso é que qualquer ato de resistência teria como consequência final, uma guerra civil, que não se imagina a gravidade que iria causar ao Brasil, o levante armado conseguiu o objetivo sem um único disparo.

Para consumir de vez o ato, o Presidente do Congresso, Senador Auro de Moura Andrade, declarou vaga a presidência da república, mesmo Jango ainda estando em solo brasileiro. Para além de um golpe de estado, que parte da classe política equivocadamente imaginou que duraria pouco tempo, o Brasil adentrava a uma longa, terrível e difícil ditadura de mais de duas décadas.

3 FRANCISCO LEITE NETO: UM SERGIPANO

Nascido em 14 de março de 1907, na pequena cidade de Riachuelo, interior de Sergipe, filho de Silvio César Leite e Lourença Rollemberg Leite. Para Luis Antônio Barreto (2006) “[...] um dos mais completos e respeitados políticos [...]”. Iniciou seus estudos em sua terra, porém anos depois cursou o ginásio no tradicional Colégio Salesiano, na capital sergipana, concluindo seus estudos na Bahia, no Colégio Antônio Vieira, em Salvador.

Teve duas formações em diferentes áreas. Após abandonar o curso de medicina que havia iniciado na Faculdade de Medicina da Bahia, formou-se em odontologia. Em 1935 foi diplomado em direito pela Faculdade de Direito da Bahia. Na vida pessoal, teve cinco filhos com Celina Carvalho.

De família tradicional e renome no estado, ingressou na vida pública em 1934, elegendo-se Deputado, como Constituinte de Sergipe. Terminado os trabalhos, ocupou a vaga de deputado estadual até 1937 com o início da ditadura do Estado Novo de Vargas. Ao assumir a cadeira de deputado, tinha seguinte tarefa “Francisco Leite Neto foi eleito pelo Partido Republicano de Sergipe, fundado pelo seu sogro, Antônio Manoel de Carvalho Neto, intelectual e político de renome nacional, para fortalecer a liderança do Interventor Augusto Maynard Gomes, contando com outras lideranças, da capital e do interior do Estado”. Barreto, 2006). Surgindo como político promissor na vida pública sergipana.

Figura 4 – Foto oficial da galeria dos ex-governadores de Sergipe



Fonte: https://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/site/detalhe_noticia.jsp?id=181

Torna-se Diretor da penitenciária do estado, segundo Barreto (2006) “[...] acompanhou a evolução dos debates sobre a delinquência, o sistema penal, a legislação e as novas correntes científicas que atraíam, cada vez mais, adeptos”. em sua passagem como diretor no governo do interventor federal em Sergipe, Eronildes de Carvalho. Assumiu como professor de economia e finanças da Escola Técnica de Comércio de Sergipe em 1938. Em 1941 com a elevação do capitão Milton Pereira de Azevedo como interventor federal, deixou a direção da penitenciária, assumindo a Secretaria Geral do Estado de Sergipe. Anteriormente, havia ocupado as secretarias da Fazenda e da Justiça e permaneceu Secretário Geral de Governo durante a intervenção de Augusto Maynard. Ao término do Estado Novo, em 1945, filia-se ao PSD, que acabara de ser fundado.

No dia 19 de outubro de 1945 substitui, interinamente, Augusto Maynard, no cargo de interventor federal de Sergipe, sendo efetivado no cargo no dia 27 do mesmo mês. Porém, com a posse de José Linhares na presidência da república, determinando que todos os estados sejam administrados pelos presidentes dos Tribunais de Justiça, em novembro do mesmo ano, deixa o governo.

Em 1945 é eleito deputado federal, participando da Assembleia Nacional Constituinte, assumindo a cadeira em 1946. Durante esse mandato, participou das Comissões de finanças, especial de Leis Complementares da Constituição e Mista de Leis Complementares. Reeleito nas eleições seguintes de 1950,1954,1958, continua sua participação ativa em diversas comissões, seja presidindo e/ou relatando, como o próprio orçamento da união.

Em meio à crise nacional, ocorrida com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, votou favorável a implantação do sistema parlamentarista. Em 1962, com a renúncia de Tancredo Neves do cargo de primeiro-ministro, votou contra a nomeação de Francisco de San Thiago Dantas, indicado pelo então presidente João Goulart, porém, votou favorável à nomeação de Francisco de Paula Brochado da Rocha.

No ano de 1962 é eleito Senador da República ainda pelo PSD, iniciando os trabalhos em fevereiro de 1963. Em sua atuação como parlamentar, defende a reforma agrária, favorável ao regime de disciplina dos investimentos estrangeiros e apoiou a regulamentação da lei de remessa de lucros. Defende o monopólio da exploração do petróleo pelo Estado e outros setores da economia nacional.

Teve passagem pelo jornalismo, participando da fundação de dois importantes jornais, A República e O Estado de Sergipe, sendo também presidente da Associação Sergipana de Imprensa e membro da Associação Brasileira de Imprensa. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 10 de dezembro de 1964, com 57 anos de idade, em pleno exercício do mandato de Senador da República, dois anos depois de tomar posse do cargo.

Publicou diversos estudos⁵, especialmente sobre economia, discutindo o sistema tributário e as finanças do Brasil. Também refletiu os problemas sergipanos em seus trabalhos. Foi membro da Academia Sergipana de Letras. Entre as obras publicada podemos citar: Estudos Sobre economia e finanças: Política, Doutrina e Crítica (1933); Sergipe e seus problemas (1937); Orações Provinciais (1940); Estudos e afirmações (1943); O Sistema Tributário na Constituição de 1946 (1946); Situação Econômica e Financeira do País (1962).

3.1 SERGIPE: UMA PARTE DO BRASIL

Assim, como no primeiro capítulo deste trabalho, iremos dar continuidade à discussão em torno do contexto histórico vivenciado ao mandato do Senador Leite Neto. Entretanto, sendo ele um representante do Estado de Sergipe no Congresso Nacional, não seria possível dar continuidade, sem observarmos a situação de Sergipe na década de 60.

Em janeiro de 1955, a UDN assumiu o governo de Sergipe, seu intérprete, Leandro Maynard Maciel. Vencendo o candidato do PSD, Edelzio Melo. Maciel obteve 52.884 votos, contra 51.522 votos⁶ do seu adversário. Dessa maneira, colaborou com o crescimento udenista em Sergipe e uma grande liderança no partido, não à toa foi alçado ao comando do executivo estadual. Promoveu a conclusão das obras do novo aeroporto de Aracaju. Ampliou a rede elétrica no interior e na capital. Mostrou-se truculento com os adversários, patrocinando diversas substituições na estrutura de funcionários do estado.

A disputa política em Sergipe estava destacada entre os Udenistas e Pessedistas. Em meio a todos os embates ocorridos, o que mais se destaca é o assassinato do então

⁵ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, FGV, 2009. Acervo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leite-neto-francisco>. Acesso em: 19 de ago. De 2021.

⁶ Dados dos resultados das eleições estaduais de 1954. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>

prefeito de Ribeirópolis, Josué Modesto dos Passos. Era consequência da briga entre famílias que dominavam a política local, mas que alcançou níveis mais altos do estado. “Chefe político daquele município, o governante estava no quarto mês de gestão. Era um desdobramento de lutas locais entre duas famílias que se rivalizavam: a dos “Ceará” e a dos Passos. A primeira, vinculada ao PSD, a segunda à UDN” (DANTAS, 2004, p.124). Tal acontecimento, somente causou ainda mais atrito entre os dois partidos. Causando uma verdadeira caçada aos criminosos, pelo governo estadual. Uma das consequências dessa aventura foi a intervenção do Exército em Ribeirópolis, como forma de tentar melhorar todo o radicalismo da disputa.

Para piorar mais os acirramentos políticos locais, outro assassinato é registrado; dessa vez de um médico renomado da capital sergipana, Carlos Firpo, esse também vinculado a UDN. O sintoma de problemas na segurança de alguns setores da sociedade estava claro, especialmente para os políticos.

Porém, para Ibarê Dantas (2004), nem todos estavam sob a mira de assassinos ou de perseguições políticas graves. “Falou-se muito em insegurança, mas não encontramos registros de atos contra o pessoal da imprensa, apesar das denúncias mais gritantes e das campanhas mais apaixonadas desenvolvidas pelos órgãos de oposição, entre os quais o Diário de Sergipe, jornal do PSD, e a *Gazeta Socialista*, órgão do PSB” (DANTAS, 2000, p.124).

Em meio às disputas entre a UDN e PSD, temos o PTB, que disputará diversas eleições para o governo de Sergipe. Sob a liderança de Francisco de Araújo Macedo, o PTB, participou das eleições de 1954 e 1958, sendo derrotados por Leandro Maciel e Luís Garcia, respectivamente. Não chegou em nenhuma das eleições ou objetivo final, comandar o executivo estadual, entretanto foi conduzindo seu jornal que ele exerceu destaque na política sergipana. Como afirma Railton Souza em sua dissertação de mestrado

É a partir dessa condição de liderança petebista no Estado de Sergipe, que Francisco de Araújo Macedo conduz o seu jornal, o qual se coloca como um ferrenho defensor do trabalhismo e do nacionalismo, sendo uma importante fonte para acessar os debates políticos tanto em torno de acontecimentos, a exemplo da implantação do sistema parlamentarista, em 1961, como para identificar táticas e estratégias articuladas para satisfazer as classes trabalhadoras, ao povo brasileiro (SANTOS, 2019, p. 45).

Se de um lado as relações políticas estavam preocupantes e a que níveis de descontroles poderia chegar, o lado das classes marginalizadas da sociedade em sua

relação com o governo mostrava-se tranquila. Poucas ou quase nenhum tipo de perseguição. Dando liberdade às ações de grupos e movimentos sociais em suas lutas cotidianas. “Por outro lado, os trabalhadores urbanos, ao contrário do ocorrido nos dois governos anteriores, não foram molestados em seus movimentos sindicais, quaisquer que fossem suas tendências ideológicas” (DANTAS, 2000, p.125).

Tal posicionamento chega a ser interessante, tendo em vista que o partido ao qual Leandro Maciel era membro não tinha suas origens, ou mesmo militâncias, em movimentos sociais, seja do operariado ou não. Entretanto, manteve-se aliado dos movimentos operários do estado, recebendo em algumas ocasiões homenagens pelos serviços prestados à luta dos trabalhadores. Todavia, naquele momento a grande liderança das classes trabalhadoras estava no PTB, sob a liderança de Francisco de Araújo Macedo, que era opositor ao governo de Leandro Maciel.

Para sucessão do comando do Estado de Sergipe, um novo confronto entre a UDN e PSD foi marcado. O escolhido pelos udenistas para dar continuidade ao governo de Maciel foi Luis Garcia. Contrária à sua candidatura pelo pesseebista estava José Rollemberg Leite, que já havia governado entre 1947 e 1951 e posteriormente, em pela segunda vez, governaria Sergipe entre 1975 e 1979. Novamente, participando das eleições estava Francisco de Araújo Macedo, pelo PTB. A disputa foi travada entre Luis Garcia e José Rollemberg Leite, o primeiro foi vencedor do pleito, Garcia obteve 56.837 votos, contra 52.530 votos⁷ de seu adversário, José Rollemberg Leite.

Nascido em Rosário do Catete no dia 14 de outubro de 1910. Luís Garcia era Filho de um funcionário público, viu a militância do seu pai em apoiar o movimento tenentista⁸ em Sergipe na década de 30, que era liderado por Augusto Maynard. Bacharel em direito exerceu sua função de advogado em Aracaju e no Rio de Janeiro. Para além da advocacia, foi diretor de jornais do estado. Pela sua produção literária foi eleito para membro da Academia Sergipana de Letras.

Sergipe, nos primeiros anos da década de 60 estava administrado por Luiz Garcia (1958-1962), seu governo é marcado por um cenário político agitado em todo o país, aflorando-se os debates ideológicos. Também é um período caracterizado diferente de seu

⁷ Dados dos resultados das eleições de 1958. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>

⁸ Para Maynard (2007), Em Sergipe, a deflagração ocorre em 13 de julho de 1924. O movimento seguia a mesma linha do movimento nacional, que exigiam a deposição do presidente da República. O levante em Sergipe ocorre em solidariedade ao levante paulista, não permitir que o 28º Batalhão de Caçadores, com sede em Aracaju, fosse auxiliar no combate aos revoltosos em São Paulo.

antecessor: “De Leandro Maciel, seu mestre e companheiro, assimilou o pragmatismo, a valorização do clientelismo e, em menor proporção, a subestimação das questões ideológicas” (DANTAS, 2000, p.126). Uma estratégia interessante, tendo em vista o período conturbado que se vivia. Mantendo assim um relacionamento tranquilo e pacífico junto aos trabalhadores, prova disso é a homenagem que o Centro Operário Sergipano, confere a sua esposa, dando o nome de a uma escola da instituição.

Do ponto de vista partidário, existia uma organização dos partidos em seus alinhamentos com a imprensa local. Segundo Ibarê Dantas:

Embora o PSD tenha abdicado de seu órgão oficial, o *Diário de Sergipe*, alienando-se, a *Gazeta de Sergipe* firmou-se como o jornal mais combativo e corajoso, exercendo grande influência, concorrendo para o desgaste do domínio da UDN. O partido situacionista tinha a seu favor o *Diário Oficial*, o *Correio de Aracaju* e a *Folha Popular*, sendo este de tendência comunista (DANTAS, 2000, p. 128).

Isso evidencia uma aglutinação das forças políticas em torno de veículos de comunicação, defendendo os interesses partidários e ideológicos. Em 1961, o não reconhecimento da posse de João Goulart, e a aprovação do parlamentarismo intensificou ainda mais as disputas políticas em Sergipe. Como afirma Railton Souza Santos em sua dissertação de mestrado em que apresenta as opiniões dos editoriais do Jornal da cidade de Estância, Folha Trabalhista “Na opinião do periódico estanciano, a emenda parlamentarista representava, dentro daquela conjuntura política, “uma experiência das mais perigosas” que “além de não solucionar, como haveremos de ver, os nossos males, foi importuna e amoral” (SANTOS, 2018, p. 98).

Assim como vários estados do Brasil, Sergipe não ficou de fora da luta pelo respeito à Constituição de 1946, amplos setores da sociedade sergipana reuniram em defesa da posse de Jango. Manifestações, passeatas e manifestos foram realizados na luta pela obediência à Carta Magna. Para tanto, o parlamentarismo foi instaurado e somente o retorno ao presidencialismo aconteceu em 1963.

Durante o governo de Garcia, importantes instituições foram criadas a exemplo do Banco de Fomento de Sergipe (atual Banese), Energipe e outras importantes construções. Do ponto de vista econômico, o estado foi marcado por transformações importantes. Sergipe seguia a linha de desenvolvimento do Brasil. Porém, é verdade que todo o Nordeste estava atrasado no desenvolvimento industrial. Era um desequilíbrio regional de desenvolvimento latente. Como resposta a esses problemas, em 1959, no

governo de Juscelino Kubitschek, criou-se o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

Após estudos e pesquisas realizadas sobre as realidades e potencialidades da região, foi elaborado um plano de desenvolvimento econômico, desde a intensificação dos investimentos industriais até transformações na economia agrícola que melhorasse a sua capacidade de produção em regiões semiáridas, como também, uma regulação da oferta de produtos.

Todas as bases de um importante empresa foram lançadas. Em 1959 ocorre a criação da (SUDENE), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste:

Como na maioria dos estados nordestinos no período anterior à criação da Sudene, Sergipe caracterizava-se, no fim da década de 1950, por apresentar uma estrutura produtiva pouco diversificada com predomínio, no setor rural, da cana-de-açúcar, algodão e pecuária, complementada pelas chamadas culturas de subsistências (SOBRINHO, 2009, p. 338).

Assim, sendo podemos constatar a importância da estrutura agrária na economia sergipana. O Brasil atravessava um momento importante em sua economia, com crescimento acelerado do seu Produto Interno Bruto (PIB)⁹, e era nessa disparada de crescimento produtivo que Sergipe deveria ser colocado com o apoio da SUDENE¹⁰.

Resultado disso é o desenvolvimento urbano marcado pelo domínio do terceiro setor da economia, que consta do comércio e serviços. Compromete ainda mais o povoamento do Estado. Com uma população residindo em sua maioria nas zonas rurais, com uma produção de baixo valor agregado, e baixos níveis de distribuição de renda, seria difícil o desenvolvimento de um forte poder industrial.

⁹ Segundo dados do IBGE, a média de crescimento acumulado da década de 1950 era superior a 50%, com níveis de crescimento anuais de mais de 4%. Disponível em: IBGE (1990), Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988, Rio de Janeiro: IBGE e IBGE (2006), Estatísticas do Século XX, Rio De Janeiro: IBGE.

¹⁰ Segundo Cavalcante e Feitosa (2019) a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste surgiu para fazer frente ao desequilíbrio regional entre o Nordeste e o Centro-Sul do país. 1956, nascia o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Somente em 1959 seria criada a SUDENE que teria segunda sua própria Lei de criação, a missão de coordenar e promover programas para o desenvolvimento do Nordeste.

Tabela 1 - Sergipe: população rural e urbana (1950-1970)

Anos	Total	Rural	%	Urbana	%
1950	644.361	439.377	68,18	204.984	32,00
1960	760.373	462.327	60,80	289.929	39,20
1970	911.251	485.329	53,25	415.415	46,75

Fonte: IBGE, Censo Demográfico e Contagem da População.

Como se observa na tabela acima, ainda na década de 60 a população do Estado de Sergipe permanece sendo em sua maioria na zona rural, somente a partir dos anos 80 que os números começam a mudar. E teremos uma população urbana maior que a rural.

Até 1960, o crescimento urbano de Sergipe esteve lastreado em atividades mercantis e de prestação de serviços, com uma participação ínfima do setor industrial, porém, com elevação da multiplicação dos serviços públicos, isso em razão “dada à necessidade de geração de emprego e renda” (FEITOSA, 2006, p. 347).

Passados apenas três anos, o setor industrial ganha dinamismo e, com isso, o Estado começa a progredir. Surge então, o desenvolvimento de atividades de extração mineral, que impulsionou a expansão do comércio, a criação de novos postos de trabalho e a contratação de empresas prestadoras de serviços, induzindo dessa forma, o crescimento do setor imobiliário e, conseqüentemente, da economia da região.

Por outro lado, Sergipe insere-se no desenvolvimento da economia brasileira, com uma atividade econômica divisora: a descoberta de petróleo em terras Sergipanas. A implantação da Petrobras ¹¹trouxe inúmeros investimentos, diversificando a matriz produtiva sergipana.

Com o término do mandato de Luis Garcia, em 1962, os sergipanos escolhem para substituir um novo governante. João de Seixas Dória foi eleito governador pelo PSD, em

¹¹ Em 3 de outubro de 1953, a lei nº 2.004 é sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, criando a Petrobras, que teria a finalidade de explorar em de forma monopolista o petróleo no Brasil.

disputa contra o ex-governador José Rollemberg Leite. Além do governador, também foram escolhidos os senadores, Leite Neto e Júlio César Leite.

O período da UDN no comando do governo de Sergipe é marcado por característica próprias regionais, e adaptações aos cenários existentes na política sergipana “Em Sergipe, a atuação da UDN, de certo modo, corresponde a uma atualização ou a uma tentativa de adequação do projeto político da classe dominante local aos padrões nacionais, na medida em que reproduziam as tendências populistas” (DANTAS, 2004, p. 131).

Tal entendimento estratégico político pode ser visto natural, tendo em vista os altos níveis de crescimento do país durante o período populista, em contrapartida, como consequência aprovação popular, copiar esse modelo de economia-política seria uma tentativa de aproximação maior com as classes populares. Porém essa tentativa acabou fracassando, pois nas próximas eleições um opositor acabaria rompendo o domínio udenista, chegando ao comando do executivo estadual.

Ao assumir o comando do Estado, Seixas Dória a situação era complicada. Implantou medidas de austeridade fiscal, para melhorar o andamento da máquina pública, criou comissões para melhor deliberar sobre os problemas do estado. Para piorar a situação, um terrível seca pairava sobre Sergipe, afetando a produção agrícola. Na educação deu os primeiros passos para criação da Universidade Federal de Sergipe, criando a comissão para esse fim.

Os problemas de violência política ainda se arrastavam pelo estado. Várias eram as disputas de oligarquias municipais nas diversas regiões do estado. Um dos mais graves acontecimento dessas disputas foi o assassinato do líder político itabaianense, Euclides Paes Mendonça. Não havendo condenação, ocorreu o estardalhaço por parte das lideranças da UDN.

Em meio às movimentações em apoio às reformas de base, que unificaram as esquerdas em torno do projeto de Goulart, em Sergipe, cabia a Seixas Dória ecoar as transformações propostas pelos movimentos populares nacionais. Para colaborar com esse processo, explodiram em todo o estado as sindicalizações rurais, inflando também o sentimento reformista entre os movimentos que entendiam como o momento ideal para ocupações de terra, um “adiantamento” do processo que viria a ser concretizado pelo governo. Porém, a resposta dos latifundiários à campanha pela reforma agrária começou “[...] partir da reunião na Federação de Associações Rurais de Sergipe, decidiram criar o seu sindicato. Num encontro na sede da Associação Comercial, houve grande

comparecimento de fazendeiros, sobretudo da UDN e do PSD, unidos, acima das diferenças partidárias, identificados pelos interesses maiores: a propriedade da terra”. (DANTAS, 2000, p. 138).

Os fazendeiros e latifundiários estavam dispostos a lutar, não queria que reformas importantes para o desenvolvimento do Brasil e de Sergipe acontecessem. As lideranças que estavam sendo atacadas, O governador, Seixas Dória e o bispo D. José Vicente Távora¹². O clima apenas piorava, eram intensas as movimentações nas zonas rurais. Os ânimos dos trabalhadores estavam exaltados, seja em usinas de cana-de-açúcar ou mesmo em plantações no sertão. O governo perdia o controle das disputas sociais e políticas em Sergipe. “Sem bases de sustentação amplas e consistentes, o governo foi perdendo a luta político-ideológica e projeto nacional-popular foi atropelado por uma coalizão civil-militar que interveio, levando ao seu termo o domínio populista, interrompendo o processo democrático” (DANTAS, 2004, p.163). De fato, a permanência do governador Seixas Dória seria posteriormente colocada em xeque pelos militares, o golpe caminhava a passos largos no Brasil e em Sergipe. João de Seixas Dória, foi uma das vozes mais contundentes contrárias à deposição do presidente Goulart. Posição essa, que o levaria a ser deposto, junto com o presidente da república.

3.2 O GOLPE CIVIL-MILITAR EM SERGIPE

Com a rápida ascensão dos militares ao poder em 1964, apenas dois governadores no Brasil se puseram contrários, o governador de Pernambuco Miguel Arraes, e o governador de Sergipe João de Seixas Dória. Levantou a voz contrária ao golpe e chamou bastante atenção das potências internacionais que auxiliavam naquele momento a ruptura política no Brasil.

É necessário apontar algumas situações que representam a importância dos Estados em tela se situaram como espaços de atenção da diplomacia norte-americana: primeiro, observar que uma das maiores lideranças brasileiras da esquerda é justamente o governador João de Seixas Dória, eleito ao final de 1963, vindo de uma expressiva atuação enquanto deputado federal, tendo liderando as campanhas pela nacionalização do

¹² Para Santana (2018), o Padre pernambucano, ganhou visibilidade nacional com sua luta e defesa pelos “progressos” na área social. Sendo Bispo auxiliar do Rio de Janeiro, passou a ser identificado como “bispo dos operários”, chegando a Sergipe em 1958, desenvolvendo seu episcopado em torno de programas assistências.

petróleo e pela implantação da presença de empresas estatais na exploração de bens minerais (PEREIRA, 2017, p.08).

Mesmo com o ímpeto de resistência, Seixas Dória não conseguiu evitar a concretização do golpe. Foi preso e deposto do Governo do Estado. Para além do governador outras práticas de repressão ocorriam em Sergipe.

Em uma entrevista dada a TV Cultura,¹³ Seixas Dória em 2010, relata como foram os últimos momentos antes de ser preso e levado para prisão em Fernando de Noronha. Segundo ele, teve vários encontros com lideranças políticas do Brasil, dentre eles, Magalhães Pinto, que havia aderido ao golpe civil-militar. Em sua fala, Seixas deixa claro sua relutância, mesmo com todas as ameaças e insistências, em assinar qualquer manifesto de apoio ao golpe.

Além de substituírem o governador, cassar deputados e interferirem no judiciário, os militares desenvolveram também a operação definida como combate à subversão e corrupção pelo interior. Os prefeitos, identificados com a política das reformas de base e/ou acusados de corrupção, foram presos, enquanto as respectivas câmaras municipais eram pressionadas a formalizar deposições (DANTAS, 2014, p. 34).

Um verdadeiro sequenciamento de golpes locais foi provocado, qualquer chefe de executivo que se colocasse a favor das reformas seria deposto. E claro, deveras prisões foram realizadas a quem se subverte se, desde jornalistas, operários, estudantes, professores.

Todo um sistema repressivo estava montado para diluir e não permitir qualquer tentativa de resistência, seja qual fosse a classe social, inclusive os artistas que foram brutalmente reprimidos em Sergipe, com toda a arbitrariedade imposta pela ditadura, como bem afirma Thayza Carvalho (2017) em sua dissertação de mestrado:

Com a tomada militar em 1964, toda manifestação popular e artística passou a ser controlada pelo Estado. Com discurso de que reorganizaria a política e a economia, os militares impuseram novos padrões e um clima constante tensão na sociedade; insatisfeitos, grupos de esquerda passaram a reagir. Em Sergipe o movimento era bastante ativo e reprimiu toda forma de insubordinação e, sem mandado judicial, levou preso os revoltosos para o quartel do 28º BC (CARVALHO, 2017, p. 34).

¹³ Entrevista dada a TV Cultura no Programa Provoações, publicada no canal do Youtube da emissora em 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0PoRZUZKjpQ&t=208s>

Podemos observar, que as tentativas de resistência eram duramente reprimidas e seus opositores levado presos na ilegalidade. Além de criar todo o clima de insegurança jurídica na sociedade sergipana.

Movimentos de apoio ao golpe, assim como em todo o Brasil, também ocorreram em Sergipe. Além de políticos e outros setores da sociedade que declaram apoio, temos também, agrupamentos sociais. Um movimento que ficou bastante conhecido no país foi a Marcha de Deus pela Liberdade, sobre esse fato Janaina Cordeiro (2021) afirma

[...] suplicando por salvação ou celebrando a redenção pela intervenção militar, fato é que o Brasil marchou em 1964. Nas capitais e nos interiores, de norte a sul, desde os últimos dias de março e ao longo dos meses que sucederam o golpe, grupos sociais diversos foram às ruas do país manifestando sentimentos e reivindicações também diversos (CORDEIRO, 2021, p. 03).

Em Sergipe não foi diferente dos outros estados brasileiros. Em seu artigo Raphael Costa Reis aborta a realização de Marchas por Deus e pela Liberdade, ocorridas em 1964, em algumas cidades do interior sergipano. As suas informações foram extraídas de periódicos na Biblioteca Pública Epifânio Dória, fazendo as seguintes afirmações: “Ao iniciarmos as investigações sobre a realização da Marcha em Sergipe para a inserção dos resultados preliminares neste manuscrito, descobrimos que a manifestação foi realizada, inicialmente, no município de Própria, aos 29/03/1964, isto é, dois dias antes da deflagração do golpe militar” (REIS, 2016, p. 9).

Essa manifestação anterior a deposição de Jango, tem como premissa a luta pela derrubada do presidente de caráter de salvação nacional que dependeria da ação dos militares. Após o 31 de março de 1964, outra manifestação é abordada em seu artigo por Raphael Reis, agora presente no periódico Gazeta de Sergipe, com a segunda afirmação:

Em 13 de abril de 1964, autoridades religiosas, civis, políticas e eclesiásticas capitanearam a realização da Marcha em Aracaju. Na oportunidade, os populares reuniram-se em frente à Assembleia Legislativa e seguiram, conforme a reportagem, para a rua Pacatuba, Avenida Barão de Maruim e rua Santa Luzia, aglutinando-se no Parque Teófilo Dantas. Foi celebrada, por conseguinte, uma missa em Ação de Graças para comemorar o triunfo da revolução (REIS, 2016, p.09).

Nessa segunda Marcha, o caráter é diferente, não mais se suplica a salvação da nação contra a ameaça comunista de Goulart e seu governo, mas sim um caráter festivo de que o Brasil e Sergipe estavam salvos. E dessa vez, é observável também a participação

das elites no ato, sendo a Marcha da Família é marcada pela colaboração intrínseca das classes médias.

É notório, que setores da sociedade sergipana se mobilizaram de forma organizada em favor do golpe, seja na capital ou cidade do interior. Estavam articulados na derrubada do presidente João Goulart. Esses desdobramentos são reflexo do que ocorria no Brasil, de uma sociedade ventilada pelos ventos do golpismo. O Senador Francisco Leite Neto está intimamente ligado a esse processo histórico vivenciado no final dos anos 50 e início dos 60, veremos essa participação mais concreta quanto aos seus discursos e posicionamentos no plenário do Senado Federal.

4 COM A PALAVRA, O SENADOR.

Neste primeiro discurso proferidos por Leite Neto em sua rápida passagem como Senador por Sergipe, as análises buscaram entender as temáticas e seus posicionamentos, sendo necessário para esses questionamentos uma observação do contexto vivenciado no seu mandato. As análises seguiram ordens cronológicas das realizações do discurso, podendo serem encontradas no site do Senado Federal.¹⁴

Após sua passagem pela Câmara Federal, Francisco Leite Neto é eleito Senador da República nas eleições de 1962, tomando posse em 1963. Para tanto, usa a tribuna do senado pela primeira vez em 27 de março de 1963, como consta no Diário do Congresso Nacional.

4.1 O SENADOR EM SUA APRESENTAÇÃO

Neste primeiro discurso, que na descrição dos arquivos do Senado Federal está sob o título “Rememora fases de sua carreira política. Refere-se ainda ao parlamentarismo” (1963) De fato, em seu primeiro pronunciamento faz rememoração de sua carreira política. Entretanto, ao observar de forma mais detalhada, ao descrever sua trajetória política, evidencia momentos importantes da história do Brasil e do Mundo. Insere em sua reflexão a observação enquanto participante dos processos históricos do século XX. Em meio a tudo isso faz uma reflexão sobre o Parlamentarismo enquanto regime político utilizado no planeta.

Para iniciar seu discurso exprime suas emoções de prazer e felicidade de subir mais um degrau na sua trajetória política. Ao mesmo tempo, demonstra humildade reconhecendo-se tímido por estar discursando no Senado Federal.

A partir desse momento volta-se suas palavras para sua trajetória política e profissional. Afirmando que os problemas brasileiros, mesmo depois de dezessete anos de sua primeira experiência no parlamento federal, como deputado, continuavam a assolar o país e seu povo.

Vou, por conseguinte, Sr. Presidente, tomar, neste instante, outro caminho. Entrei para a Câmara dos Deputados no idos de 1946, ao tempo da Constituinte. Modesto professor de Economia e Finanças, orientei minha atuação no sentido de lutar, permanentemente, sem alarde e sem preocupação publicitária, pela solução dos magno, problemas que afligem o nosso País, problemas que, ainda hoje

¹⁴ Disponível: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes>. Acesso em 15 maio 2021.

decorridos dezessete anos, são os mesmos: o problema financeiro e o problema do desenvolvimento econômico¹⁵

Naquele momento, o Senado Federal era presidido por Auro de Moura Andrade¹⁶. Em seu discurso, evidencia sua crítica aos governos que se passaram: Dutra, Vargas, Café Filho, Kubitschek, Quadros. Suas afirmações sobre o quadro econômico financeiro do Brasil não estão somente em seus discursos, mas aplicou todo seu conhecimento em sua formulação na publicação de estudos, como o que foi publicado em 1946, “Orações provinciais e o Sistema tributário na Constituição de 1946”. Ao afirmar a sua condição de professor de economia e finanças, tenta orientar seu argumento em torno do peso de sua condição de especialista na área. Era conhecedor do assunto, e queria deixar claro em suas palavras.

Sr. Presidente, àquela época, bem diferentes eram as situações do mundo e do Brasil. O mundo acaba de sair de uma terrível conflagração que além de ceifar grande número de vidas preciosas, destruiu quantidade astronômica de riquezas, deixando os povos cujas pátrias haviam sido teatro da terrível hecatombe em situação econômica deplorável, quase arrasados. Foi o que ocorreu com a Alemanha. Foi o que ocorreu com a França e com a Itália. Mas o tremendo conflito que se travou pelas armas em parte. Também foi resultado do conflito de terras¹⁷

Aqui o Senador inicia toda uma digressão relativa aos problemas mundiais, o mais notório deles, que termina em 1945, a Segunda Guerra Mundial. Porém, dentro desse trecho existe um equívoco em sua observação da Segunda Guerra, o que levou ao conflito bélico. De fato, o conflito entre terras ajudou, e muito, na realização da Guerra. Entretanto existe um outro elemento importante nessa disputa, o ideológico. Os elementos ideológicos, especialmente o nazista, de superioridade de raça foi vital para criar o ambiente interno na Alemanha para deflagração da guerra.

Em meio a sua interpretação dos desígnios da Grande Guerra, acaba por apresentar um elemento revelador da sua visão e posicionamentos anteriores e posteriores sobre um tema pertinente ao contexto do seu mandato. Ao definir como resultante da Guerra o conflito de terras ele tenta apresentar as consequências que a disputa por terras pode

¹⁵ Discurso do Senador Leite Neto proferido em 03/1963. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver>

¹⁶ Era o então presidente do Senado Federal, e fazia oposição permanente ao governo João Goulart. Foi responsável por presidir a Sessão da Casa Legislativa que depôs Jango, em 1964. Teve uma longa trajetória política. Especialmente no Senado, que iniciou seu primeiro mandato em 1954 e somente terminando em 1971. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/auro_de_moura_andrade

¹⁷ Idem;

causar. É fato que sem a Primeira Guerra Mundial, não existiria a Segunda. Em sua visão, a disputa por terras é um elemento definidor das mudanças históricas no mundo.

Entretanto, a definição de um conflito de tal magnitude e de consequências tão graves na história da humanidade é muito mais complexo, como afirma Eric Hobsbawm “Em suma, o desenvolvimento do capitalismo empurrou o mundo inevitavelmente em direção a uma rivalidade entre os Estados, à expansão imperialista, ao conflito e à guerra” (Hobsbawm, 1995, p.437).

De certo, a disputa econômica foi crucial para a guerra entre os países. Foi através da Guerra que indústrias se desenvolveram, em especial, a indústria bélica. Aquecendo as economias locais, além, claro do próprio desenvolvimento tecnológico que ocorreu em detrimento da Grande Guerra.

No momento do seu discurso o Brasil estava apartado pelas lutas sociais das Reformas de Base, propostas por João Goulart, e dentro de tais propostas estava justamente uma reforma agrária para o Brasil.

A Reforma Agrária fez parte de sua atuação política, era uma de suas bandeiras de lutas sociais. Enquanto deputado federal apresentou projeto de lei (PL) em 21 de fevereiro de 1962, que criaria O Fundo Nacional da Reforma Agrária e Colonização. Na justificativa de seu Projeto de Lei nota-se em suas palavras um discurso mais inflamado e incisivo em seu desejo de repartição de terras “ Reforma agrária ou Revolução”¹⁸. Porém, para descontentamento de Leite Neto passaram-se dois anos de tramitação e não foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Dando continuidade ao seu discurso desenvolvendo seu raciocínio sobre a Segunda Guerra, faz uma observação histórica sobre a guerra, refletindo a união de eixos distintos do planeta, as democracias liberais e o socialismo. Compreendendo como uma união benéfica a humanidade naquele momento.

Houve essa associação e, por fim, os aliados, vencedores da guerra, tiveram, no pós-guerra, que se separar. Os parceiros socialistas e democratas tiveram, cada qual, que retornar aos seus campos e a associação vitoriosa da guerra que impediu fosse o mundo dominado pelo nazi-fascismo, infelizmente, não conseguiu, até hoje, Sr. Presidente, vencer e solucionar os problemas da paz.¹⁹

¹⁸ Idem;

¹⁹ Idem;

Lamenta profundamente o não estabelecimento da paz mundial no pós guerra. Como se observa no decorrer da história, com o término da guerra o mundo se dividiu em dois polos, o capitalismo e o socialismo, representados especialmente por Estados Unidos e União Soviética no contexto do pronunciamento dos seus discursos as animosidades do planeta estavam em seus limites. As potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética viviam seu momento mais tenebroso da Guerra Fria, o exemplo mais forte disso foi o episódio conhecido como crise dos mísseis, no ano de 1962²⁰. Sobre esse período compreende Alexandre Valim:

Os conflitos ocorridos durante o período da Guerra Fria estavam inseridos em uma complexa teia em que se entremeiam os interesses geopolíticos das potências mundiais e dos seus respectivos blocos, as rivalidades existentes no interior de cada um desses blocos, as disputas entre os parceiros menores em busca da consolidação de hegemonias regionais e as tensões existentes em cada uma dessas sociedade (2010, p. 62).

Refletindo sobre o papel ideológico pós-guerra, uma inter-relação das doutrinas existentes que se combatiam ferozmente, sobre isso, o Leite Neto faz a seguinte afirmação:

Ninguém poderá negar que o comunismo consolidado na Rússia Soviética e nos países da Cortina de Ferro exerceu uma força, até certo ponto benéfica em relação ao mundo democrático cujo sistema de capitalismo integral chegava ao paroxismo da desumanidade ultrapassando a do próprio comunismo.²¹

Aqui o senador faz uma crítica ao capitalismo selvagem e seu pudor, o capitalismo sem olhar para o humano, apenas para o lucro em detrimento da pobreza de muitos. Para ele essa falta de empatia do capitalismo se tornará mais lenta que a própria ideologia comunista. Era um paralelo complexo entre dois sistemas existentes, cada um com seus defeitos e benefícios.

Em sua visão, o fio de esperança na dicotomia terrível que assolava o planeta viria da Igreja Católica. O então Papa Leão XIII definindo a doutrina social da igreja propunha uma solução ao impasse que manteria inerte a sociedade e seu pleno desenvolvimento.

Quase concomitantemente surgiu a *Rerum Novarum* de Leão XIII que consabeja as doutrinas sociais da Igreja e notadamente se inspirando nos ensinamentos de Tomás de Aquino abriu para o mundo uma cortina

²⁰ Com explica Bravo (2015) a crise desencadeou-se em outubro de 1962 com a descoberta de mísseis da URSS em Cuba, consequentemente gerando um período de tensão de treze dias sobre o planeta.

²¹ Idem;

de esperança, deixando entrever a possibilidade de o mundo não ficar entregue ao Capitalismo desumano ou ao Comunismo ateu.²²

Conclamar eu seu discurso o Papa Leão XIII em defesa do seu argumento não é algo feito sem a devida preocupação. O Brasil tinha a grande maioria de sua população católica, basear os argumentos do seu discurso sobre uma encíclica tão importante para a Igreja Católica é de fato algo muito pertinente.

A mais famosa das encíclicas de Leão XIII – a *Rerum Novarum* – valeu-lhe o epíteto de papa dos trabalhadores, e é ainda hoje um dos textos pontifícios mais conhecidos e divulgados em todas as línguas na sua qualidade de carta magna fundadora da Doutrina Social da Igreja (SARDICA, 2004, p. 24).

O social deveria começar a fazer parte como elemento primordial do sistema capitalista. Continua seu discurso afirmando de forma primordial. E ainda em sua reflexão afirma de forma contundente: A democracia somente política é regime precário que por vezes escraviza economicamente os homens como também as potências.²³

Assim sendo, seu discurso apresenta um teor de preocupação social sem deixar de lado a preocupação com a economia, observando o conceito democracia como algo muito mais ampliado, não se restringido ao teor político, mas entendendo que se deve promover uma democratização da econômica, de oportunidade de desenvolvimento e condições de vida para todos. Buscar uma democracia econômica é formular um sistema sólido, capaz de atenuar os danos causados pelas disputas dos mercados e, mais que isso, edificar uma justiça social sólida.

Com a renúncia de Jânio, João Goulart deveria assumir a presidência, havendo o impasse imposto pelos militares uma das saídas para tal problema foi a mudança do regime político, de presidencialismo para parlamentarismo. O Senador, aproveita a sua digressão e faz uma observação sobre seu posicionamento.

Tenho a consciência tranquila, Senhor Presidente, porque foi, desde o primeiro momento, daqueles que ostensivamente repudiaram esta ideia. Mas, não quero fugir à responsabilidade de ter participado dos passos que se deram para implantar o parlamentarismo.²⁴

²² Idem;

²³ Idem;

²⁴ Idem;

De forma contundente, quer explicar o seu posicionamento e sua responsabilidade na aprovação da emenda do Parlamentarismo, que retirou poderes do presidente da república. Assim segue sua narrativa.

A seguir, avistei-me com o Dr. San Thiago Dantas, então Deputado e hoje Ministro da Fazenda, para lhe fazer uma consulta. Informei-o de que por duas vezes apoiara a candidatura João Goulart, no meu Estado, à Vice-Presidência da República, pelo que gostaria de saber como S. Ex^a receberia a ideia de implantação do parlamentarismo. Disse-me S. Ex^a que ia conversar, no telefone internacional, com o Presidente João Goulart, e que realmente ocorreu, e não somente da parte do Deputado San Thiago Dantas mas de outros representantes do Parlamento Nacional. Obtive então a certeza de que o Presidente João Goulart opinara favoravelmente à implantação do parlamentarismo.²⁵

Aborda em seu discurso uma conversa que teve com o então parlamentar San Thiago Dantas, que logo depois viria a ser Ministro da Fazenda. Aponta seu apoio às candidaturas de Jango em Sergipe, tentando demonstrar lealdade ao presidente. Ele queria saber do posicionamento do Presidente sobre o Parlamentarismo. Ele afirma que tinha total convicção que o presidente João Goulart era favorável à implantação do novo regime político. É sobre esse argumento que ele tenta apoiar o seu voto favorável ao parlamentarismo enquanto deputado.

De certo, o então deputado poderia assumir outro posicionamento e participar juntos com tantos outros da Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, que queria garantir a posse de João Goulart na presidência da república. Sua opção em votar favorável à emenda, pode ser interpretada como a falta de compromisso com os ritos democráticos ou simplesmente a demonstração de sua habilidade política, com o intuito de distensionar uma crise nacional. É verdade também que ele não foi o único político apoiador de Jango que votou favorável. Juscelino Kubitschek, então senador, votou favorável à implantação do parlamentarismo. Com tudo isso, Leite Neto pode-se dizer que não fugiu sua responsabilidade, assumindo ela em seu primeiro pronunciamento enquanto Senador da República: Daí, então Sr. Presidente, não fujo à responsabilidade, os primeiros passos no sentido de se marchar para esta solução²⁶

Entretanto, aponta que tal responsabilidade não somente é exclusivamente sua, é também da Casa Legislativa, que deu prosseguimento e aprovação da emenda constitucional.

²⁵ Idem;

²⁶ Idem;

Daí para a frente, Sr. Presidente, a responsabilidade cabe à grande maioria do Congresso Nacional, a todos os que votaram a Emenda Parlamentarista, entre os quais figurei. Mas, Senhor presidente faleceu o Parlamentarismo. Nós já assistimos aos seus funerais no dia 6 de janeiro, e estas palavras eu as pronuncio como se estivesse à beira da campa. Não vim insultar o parlamentarismo. Este é um discurso de despedida à beira da campa.²⁷

Ao tempo que reconhece sua responsabilidade na aprovação da emenda, não pretende em seu discurso criticar o sistema parlamentarista, pois segundo o mesmo, já estava morto. E de fato o povo tinha votado contrário ao Parlamentarismo e o país retornava ao Presidencialismo, e Goulart com plenos poderes. O Brasil teria outro plebiscito apenas em 1993, que novamente o povo reafirmou seu desejo de seguir sob o regime de República Presidencialista.

Seu discurso deixa claro seu apreço e preferência pelo Parlamentarismo e sua crítica ao Presidencialismo, possivelmente, tenha vista naquela emenda a possibilidade de o Brasil firmar-se enquanto país Parlamentar. Para sua crítica, explica segundo ele a origem do presidencialismo.

Sr. Presidente, muito se disse neste país sobre presidencialismo e parlamentarismo. Por vezes fiquei atônito em ouvir de pessoas de responsabilidade conceitos tão errôneos. Mas uma primeira pergunta teríamos de fazer: como surgiu no mundo o presidencialismo? O presidencialismo foi um desvio na história política americana.²⁸

Como forma de criticar o presidencialismo, afirma que ele foi produzido pelos americanos, em um deslize, algo não preparado ou feito de forma assertiva, mas sim um desvio. Explicando agora sua interpretação das causas que levaram os americanos a instituir o presidencialismo.

Os Estados promoveram a sua independência tendo a preocupação seus Legisladores, aqueles que elaboraram a grande Constituição americana – notadamente Jefferson. Hamilton e tantos outros – de se aproximarem tanto quanto possível das instituições inglesas. Mas em ponto (ilegível) que os levava a ser (ilegível) do modelo inglês. Quando os Estados Unidos eram colônia, ali existia a figura do representante do Rei com poderes excepcionais. E a Constituinte americana teve que pensar no problema porque era necessário substituir a figura do representante do Rei. E foi assim que surgiu a figura do Presidente da República.²⁹

²⁷ Idem;

²⁸ Idem;

²⁹ Idem;

Para ele, o motivo que levou os Estados Unidos a não seguirem o modelo Parlamentarista foi a centralização do poder existente enquanto colônia, na figura do representante do monarca inglês. De certo, o parlamentarismo seria um regime muito mais apropriado à realidade americana, sua formação surge em Estados Confederados, e não de estado unitário, como o caso brasileiro. Estabelecer a centralidade do poder em torno de uma única figura, no caso o presidente, pode ser interpretado, de fato, como uma tentativa de homogeneizar o simbolismo o poder político: O Parlamentarismo nos Estado Unidos não evoluiu mais porque ficou preso a dispositivos expressos da Constituição.³⁰

É fato que essa evolução não existiu, tendo em vista a sua Constituição, o respeito à Constituição manteve o presidencialismo firme e permanente. Diferentemente do que ocorreu no Brasil em 1961, onde o Congresso usurpando a legitimidade e o respeito à Constituição de 1946, aprovou uma simples emenda, alterando radicalmente um dispositivo legal presente na Carta Magna.

Seguindo sua linha de reflexão, adentra as motivações que levaram o Brasil ao presidencialismo. O presidencialismo vigorou no Brasil até 1961 e retornou em 1963, após consulta ao povo através de plebiscito.

O presidencialismo foi implantado no Brasil por uma simples imitação da Constituição americana. Se examinarmos o que se passou nos primórdios da república, verificaremos que na Constituinte de 91 havia representantes do Parlamentarismo. Apenas esses com a proclamação da República não tiveram coragem suficiente de defender as suas ideias. Também havia indiferentes, incluindo o próprio Ruy Barbosa, que nunca morreu de amores por questões de formas de Governo.³¹

Entende que o sistema presidencialista implantado no Brasil, foi uma cópia do sistema Americano. De fato, no Brasil durante o fim do Segundo Reinado e o início da República, o positivismo passou a dominar o espectro de debates na nação. Ele cita, por exemplo, que 91 representantes eram favoráveis ao parlamentarismo. Faltou a eles, segundo Leite Neto coragem para impor e lutar contra a forma de governo que viria a ser implantada. Pelo que se observa, todo seu discurso tem como finalidade uma defesa intransigente do seu posicionamento em apoio ao regime parlamentarista.

Para concluir seu discurso utiliza-se de um último exemplo de nações que utilizam o regime parlamentarista, a Inglaterra. Como exemplo de nação forte e soberana.

³⁰ Idem;

³¹ Idem;

Para contestar tal afirmação, exemplifico com o ocorrido na última Guerra quem comandou a reação contra a ofensiva nazi-facista senão o Gabinete Inglês pela figura verdadeiramente genial de Winston Churchill.³²

Entretanto, cabe aqui discordar do Senador em sua análise, pouco importaria para a resposta Inglesa contra os nazistas, a forma de governo que chefiava a nação, o que importava mesmo era sobre quem a liderança do país estaria. Os pretextos e determinações do líder da nação, sendo presidente ou primeiro-ministro, como era o caso de Churchill. Porém, ao encerrar sua fala ele praticamente, de forma estranha, quase que afirmando tudo aquilo diferentemente do que havia defendido até então.

Estamos muito à vontade para declarar que nunca tivemos o misticismo de forma de Governo – Parlamentarista ou presidencialista – o essencial é que ele funcione visando ao bem da coletividade, e poderei ir até a doutrina de Thomás de Aquino “Todo o Governo é bom contato que se dedique com segurança e honestidade à defesa dos interesses do povo e defesa dos interesses da coletividade.”³³

Aqui, é importante entender o contexto da fala do Senador em sobre o Parlamentarismo. O início do ano de 1963 é marcado pela volta do sistema presidencialista, como regime de governo do Brasil. Naturalmente, esse debater permaneceria ainda muito intenso no país. Entretanto, Cristiano Paixão e Leonardo Barbosa, apontam esse debate ainda na década de 1940:

Logo no segundo mês de funcionamento da Constituinte, na sessão de 12 de março de 1946, o Deputado Rul Pill, um dos fundadores do Partido Libertador, solicitaria a inscrição de um ensaio de José Maria dos Santos nos Anais da Constituinte, posteriormente reproduzido em separata sob o título Manifesto Parlamentarista (BARBOSA; PAIXÃO, 2013, p. 49).

Nesse sentido, foi uma proposta já debatida anteriormente no Brasil. Porém, em 1961, quando passou a vigorar, não se tratava de uma discussão sobre regime político, apenas uma forma de reduzir os poderes do então presidente João Goulart, mas também com outro propósito, assim como afirma Ferreira: “Tratou-se de uma solução que resultou de uma ampla coalizão para impedir o golpe militar, isolando os grupos civis e militares que não se conformaram com a sua posse, garantindo, assim as intuições democráticas” (FERREIRA; DELGADO, 2003, p.348).

³² Idem;

³³ Idem;

A saída para o Parlamentarismo, foi a encontrada para manter a posse de Goulart na presidência, sem comprometer as instituições ou provocar rupturas profundas ao Brasil. Um exemplo da discussão sobre o sistema parlamentarista foi propagado no Jornal *Correio de Manhã*, como afirma Renato Pereira da Silva, em sua dissertação de mestrado, apresentando o editorial do jornal:

A preocupação com a manutenção do parlamentarismo fora constante nos editoriais do *Correio da Manhã*. No entanto, defendia a ideia que para seu fortalecimento o governo deveria agir, movimentar-se para implantar as reformas. Quando destaca a questão dos salários, o jornal deseja chamar a atenção para o fato da desvalorização face ao aumento do custo de vida (SILVA, 2015, p.50).

É notório, a circulação e discussão do Parlamentarismo nesse período. Seja nos jornais ou nos locais de poder, o debate era presente na sociedade brasileira. E é justamente em 1963 que termina o período parlamentarista, e retorna-se ao presidencialismo. Em 1993, esse tema voltaria ao centro do debate nacional, e através de plebiscito, os brasileiros decidiram manter o país sob o sistema presidencialista.

Encerra seu discurso e sua reflexão sobre as diversas formas de governo, não mais preocupado ou defensor do modelo Parlamentarista, apenas entendendo que o essencial para o governo é o seu trabalho. O que importa a um governo, muito mais que seu próprio modelo, é sua conduta e a sua capacidade de funcionamento, especialmente a atender os mais necessitados e a todos aqueles que representa.

4.2 O SENADOR E A REFORMA AGRÁRIA

Nesse discurso, proferido na sexta-feira do dia 19 de julho de 1963, identifica-se como elemento central a sua posição e seus pensamentos quanto à reforma agrária, no Brasil e no mundo. Observa-se sua relevante preocupação com um problema tão grave da vida brasileira.

Para tanto, em princípios do seu discurso, orienta-se em uma justificativa anteriormente citada em seu projeto de lei para criação de fundo para reforma agrária. Nele, exprime todo um sentimento de luta sem destemor ou preocupação com as consequências da luta, exprime também, que sem o atendimento à pauta não existe outra saída que não seja uma ruptura em todo o sistema vigente que atrapalha a consolidação da reforma.

Entretanto, reconhecendo a evolução do tempo e o contexto político e social vivenciado no Brasil, muda a sua frase, não desviando o foco central da luta, mas afirmando de forma contundente de que o tempo da teoria já passou

Hoje, entretanto, com a evolução do tempo, completo a minha afirmação: “Reforma agrária sem demagogia.” Reforma agrária em consonância com os ditames da técnica e da ciência, especialmente dessa ciência tão esquecida por todos aqueles que falam em reforma agrária – a economia rural e as ciências agronômicas.³⁴

Muito além da teoria, a prática deve ser perseguida por todos aqueles que acreditam na reforma. No plano de fundo que deixar claro que não é somente a distribuição de terras sem qualquer eixo programático e técnico, mas uma reforma que oportunize aos beneficiados a produzirem.

Observa-se o seu estreitamento claro com o Direito, tem nele um dos seus princípios filosóficos de atuação. Tal afinidade vem de sua própria formação. Entendendo essa ciência como elemento modificado e em pleno desenvolvimento junto a história.

Dessa maneira compreende-se a fundamental importância do Parlamento para atuação do direito, é na Casa Legislativa que os anseios do povo se corroboram e entrelaçam com a norma jurídica.

Algo também revelador de sua identidade e personalidade, que está presente em seu discurso é a sua religiosidade. É pronunciado em vários trechos do seu discurso todo um embasamento cristão Católico de sua atuação parlamentar e mesmo de cidadão. Sua índole é baseada em preceitos cristãos, entendendo o desenvolvimento da civilização cristão no princípio da coletividade.

Enquanto jurista, o direito é marca em seu discurso, apresentando seus conceitos sobre o direito ele faz a seguinte afirmação: É o Direito legislado nada mais deve ser do que a consubstanciação, em norma jurídica, daquilo que realmente representa as grandes aspirações da coletividade brasileira.³⁵

Assim, podemos observar através do modelo de Chelton e Schäffner (2001), uma clara tentativa de legitimar o direito legislado aos anseios da sociedade brasileira. Porém, essa legitimação trouxe consequências gravíssimas ao Brasil. E é justamente o Legislativo, da qual é detentor do direito legislado que acabará aplicando a deposição de

³⁴ Discurso do Senador Leite Neto proferido em 07/1963. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver>

³⁵ Idem;

Jango e eleição indireta de Castelo Branco, tudo isso seguindo um enredo de manifestações de coletivos da sociedade.

Em outro trecho, mas seguindo a mesma linha de pensamento, o Senador coloca em evidência o seu pensamento referente ao direito de propriedade: Sou dos que defendem, dos que entendem que ele não pode ser proscrito, não só em face da nossa Constituição, mas em face dos princípios que norteiam a civilização cristã da nossa gente.

Em mais um trecho, observa e defende os elementos cristãos na sociedade brasileira como algo fundamental em seus princípios. Ter em seu discurso a presença de elementos cristãos tão profundos – haja vista, em uma sociedade de maioria católica – pode ser observado como uma tentativa de aglutinação de forças políticas e apoio popular, em torno do seu projeto maior, a Reforma Agrária. Do ponto de vista do seu posicionamento e pensamento de como deve ser feita tal reforma ele apresenta da seguinte maneira: A sua existência, porém, está condicionada ao uso da propriedade como função social. A propriedade, hoje, já não pode ser usada contrariando os interesses fundamentais da coletividade.

Tais afirmações, naquele momento tão conturbado da história brasileira, poderiam nitidamente ser visto como um pensamento comunista, ou ideias do comunismo. É importante lembrar que o então presidente da república, João Goulart, teve sua instabilidade governamental piorada, justamente pelo posicionamento e defesa, dentre outras propostas, da reforma agrária. Essas ideias eram vistas por parte da sociedade como o início de ações de implantação do comunismo no Brasil.

Dessa maneira, observando o modelo de Chelton e Schäffner (2001), uma tentativa de legitimar seu discurso utilizando-se de fundamentos e doutrinas da Igreja Católica para sua defesa do uso social da terra, os riscos de seus discursos serem interpretados como comunistas seriam reduzidos, tendo em vista, que naquele momento a Igreja Católica era intransigente ao comunismo, participando ativamente da luta contra esse ideário no mundo, especialmente no Ocidente.

Novamente, além de todas as esferas do direito tratarem a reforma agrária como causa do interesse do coletivo, jamais individualizada. Em 1961, a Igreja Católica, levantou voz, na pessoa do Papa João XXIII, através da Encíclica³⁶ “Mater et Magistra”,

³⁶ É uma circular, utilizada pelos Papas de orientações da vida cristã. Disponível em: <https://blog.cancaonova.com/felipeaquino/2007/08/09/quais-os-documentos-usados-pelo-papa/>

para atualizar e reafirmar princípios da “Rerum Novarum”, que exprime os ideais cristãos favoráveis ao uso social da a propriedade privada: “A propriedade privada, mesmo dos bens produtivos, é um direito natural que o Estado não pode suprimir. Consigo, intrinsecamente, compor uma função social, mas é igualmente um direito que se exerce em proveito próprio e para o bem dos outros” (JOÃO XXIII, 1961, n.p).

Dessa maneira, a Igreja Católica, entende a terra como um direito privado irrenunciável, entretanto, deve estar em benefício da coletividade. A produção advinda dessa terra, terá como destinação a coletivo. Segundo Victor Barbuy (2020), ao analisar e definir o uso social da terra ele explica “[...] propriedade particular deve ser uma propriedade individual a serviço de todos e deve ser, ademais, difundida ao máximo” (BARBUY, 2020, p. 244). Para tanto, é nesse entendimento que segue o pensamento da Igreja Católica, quando ao uso social da terra.

No Brasil a manifestação desse entendimento e concepção doutrinária da Igreja surge ainda na década de 1950, como explica João Tedesco e Emerson Silva (2019) em seu artigo

A partir da década de 1950, houve uma mobilização das populações rurais em torno da reforma agrária, sobretudo sob influência de novos atores sociais, cabendo aos comunistas o papel de protagonistas na disputa pelo “controle” da população empobrecida do meio rural com a Igreja Católica em particular. (SILVA; TEDESCO, 2019, p. 107).

A Igreja Católica, foi nesse sentido, foi influenciadora e incentivadora da formação dos núcleos de luta pelo uso social da terra, e mais ainda, por uma reforma agrária. Em meio a esse tema, foi atuante e importante, tendo em vista a sua ligação com o meio rural através da religiosidade, aproveitando esse espaço para uso de mobilização social na luta da reforma agrária.

O Senador, sempre com uma visão estratégica e futurista, amplia os seus ideais reformistas para além de uma simples distribuição de terras para os assentados. Nota-se que sua formação colabora – e muito – com seu pensamento reformista. Deseja que as técnicas de implementação e produção agrícola sejam também implantadas concomitantemente a distribuição de terras. Não basta a terra improdutiva ou com baixa produção. Sua perspectiva é de crescimento de produtividade colaborando ao desenvolvimento social dos beneficiados. Como bem explica o Senador em outro trecho

De passagem, chamo a atenção do Senado para o fato de que a maioria desses que pregam a reforma agrária, esquecem-se completamente de ouvir a palavra autorizada dos técnicos que vivem nos campos, dos agrônomos, dos técnicos rurais, dos veterinários, desses homens que, no dia a dia do exercício das suas profissões, estão capacitados para opinar sobre as conveniências e os processos adequados a uma reforma agrária.³⁷

Outro ponto muito relevante do seu discurso que deve ser observado é sua reflexão aos princípios norteadores da reforma, mas acima de tudo a conciliação dessa pauta, com outro tema de importância para o Senador, a colonização: Já registrei, Sr. Presidente, a necessidade de associarmos os princípios da reforma agrária aos da colonização.³⁸

Primeiro, é importante compreender melhor as palavras do Senador Leite Neto. O Brasil tinha – como tem até os dias de hoje – uma ocupação demográfica desigual, notadamente pelo próprio processo de colonização brasileiro nos séculos passados, que concentrou o crescimento das grandes cidades no litoral. O interior do Brasil sempre foi pouco ocupado.

Contudo, é importante salientar que no contexto do discurso do Senador, o processo de interiorização do Brasil já estava iniciado, prova disso é a construção da própria capital federal, Brasília. A região Centro-Oeste do Brasil necessitava de ocupação e esse processo foi iniciado com Juscelino Kubitschek, construindo uma cidade, onde não havia nada. Todavia, o processo empreendido naquele momento não se tratava de uma distribuição de terras para cultivo, era uma colonização urbana, nascia uma cidade, não fazendas. Para tanto, define as regiões onde poderiam ser realizadas intervenções:

Aconselhei-o a que, com espírito revolucionário metesse mãos à obra a fim de realizar, imediatamente, grandioso plano de colonização no Vale do Amazonas, no Vale do São Francisco, no Vale do Rio Doce, em todos os vales úmidos do Brasil.³⁹

Nas palavras do Senador, observa-se a preocupação com o aproveitamento maior de áreas inóspitas e de baixo crescimento econômico do Brasil, ao tempo que isso não seria feito de forma superficial, mas com um acompanhamento técnico, como já havia proposto em seu discurso.

Em seu discurso, muito além de defender a reforma agrária, propõe perspectivas ainda mais complexas, amplas e modernizantes. Pode-se afirmar, mesmo com todo o seu

³⁷ Idem;

³⁸ Idem;

³⁹ Idem;

entusiasmo existente em torno da reforma agrária, permanece alerta e cheio de receio quanto ao sucesso do projeto, que caso mal manejado pode ter resultados positivos.

A história tem demonstrado – não somente em nosso país, devido a algumas experiências fracassadas, mas em outros países inclusive os socialistas – que não adianta distribuir terras se não se dão ao agricultor, ao colono, ao camponês, os instrumentos adequados a fim de que, realmente, essas terras lhes possam da razoavelmente, tudo quanto racionalmente esperado.⁴⁰

Ou seja, seu discurso, não fica preso a um passado de erros, mas quer iluminar o pensamento da elite política brasileira sobre importância de auxiliar as práticas agrícolas daqueles que por ventura serão assentados em reformas agrárias. Nesse sentido, suas palavras denotam que é vital para o êxito do desenvolvimento do país que a ciência esteja cooperando com a agricultura.

Por fim, todo seu discurso demonstra, um político preocupado com os desígnios do seu país, ao tempo que tem em sua principal bandeira de luta, uma agenda política – de fato – necessária ao Brasil, conclui-se que seu discurso mostra todo um contexto vivido no país na década de 60, em que a maior das pautas, das reformas de base propostas no governo de Jango era defendida sem temor pelo Senador. Para isso, utilizou-se de documentos Igreja Católica, para tentar ganhar prestígio e apoio perante a sociedade, ao tempo que demonstra sua afinidade ideológica e social com a instituição milenar.

4.3 BRASIL: UM PAÍS DE PROBLEMAS COM SOLUÇÕES

Nessa etapa, faremos a análise do discurso do Senador Leite Neto, proferido na quinta-feira do dia 4 de junho de 1964. Seu último discurso no plenário do Senado Federal, antes de sua morte, aconteceu em um dos períodos mais turbulentos da história republicana. Nele o senador faz toda uma análise que levou o Brasil a situação ora vivenciada, atrelando as soluções dos problemas.

⁴⁰ Discurso do Senador Leite Neto proferido em 06/1964. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver>

Ao iniciar sua fala, faz reverências ao Senador e Presidente da Casa, Auro de Moura Andrade. Apontando em sua fala que o referido Senador, teve posicionamentos corretos e íntegros.

Inicialmente, quero referir-me ao Presidente desta Casa, Senador Auro de Moura Andrade, a quem quero prestar minhas homenagens pela maneira correta com que se houve, neste período da história brasileira, defendendo intransigentemente, os direitos e prerrogativas desta Casa do Congresso Nacional.⁴¹

Entretanto, afirmar que o Senador Auro de Moura Andrade, defende as prerrogativas da Casa naquele momento, é um tanto equivocado, dado a realidade dos fatos históricos que ocorriam naquele momento.

O Senador Auro de Moura Andrade, enquanto Presidente do Congresso Nacional, comentou um erro histórico, naquele dado momento. Foi ele que em março de 1964, determinou a vacância da Presidência da República, mesmo João Goulart ainda estando em território nacional, assim, indo de encontro ao que afirmava a Constituição de 1946. Ao rasgar a Constituição, ele feriu todo o prestígio e respeitabilidade do seu cargo, e mostrando total descompromisso com os deveres do Senado Federal. De todo o seu discurso, o ponto crucial e mais importante, em que se exprime todo o seu pensamento sobre os fatos ocorridos em 1964:

Senhores Senadores, o povo brasileiro vive, atualmente atormentado por um angustiante dilema: tivemos um movimento revolucionário e democrático, levado a cabo em defesa dos grandes ideais civilizadores: do ideal de paz, de progresso econômico e de justiça social ou, simplesmente assistimos à eclosão de um movimento banal e medíocre, de um golpe de estado tão comum nas repúblicas latino americanas? Oxalá o tempo venha a nos demonstrar, que os homens que encabeçaram o movimento vitorioso estavam e estão realmente conscientes das suas responsabilidades perante a história do Brasil.⁴²

De certo, o momento era perturbador para a sociedade brasileira. Naquele contexto as forças políticas estavam completamente desorientadas com tudo que havia ocorrido. No dia que o discurso era proferido, o Brasil já estava sob o comando de Castelo Branco, o primeiro ato institucional já havia sido editado e estava em vigor. Os questionamentos levantados por Leite Neto, seriam, de fato, respondidos com o decorrer da história.

⁴¹ Idem;

⁴² Idem;

Entretanto, o posicionamento do Senador Leite Neto, sobre todo o contexto vivenciado, não estava em igualdade com sua atuação parlamentar, ou mesmo com todos seus posicionamentos, favoráveis e intransigentes, em defesa do melhor direito e da Constituição. para se conseguir apresentar esse cenário foi necessário o encobrimento de informações, umas das estratégias defendidas por Chelton e Schäffner (2001).

Outro questionamento, é se o movimento de 1964, foi em apoio a justiça social, e defesa dos desvalidos. A resposta, tudo ao contrário. O golpe de 1964, ocorreu justamente em detrimento de lutas sociais empreendidas ainda no governo Jango. Ocorre para combater todo o itinerário de reformas propostas por Goulart, e anteriormente defendidas pelo Senador Leite Neto. De certo modo, suas palavras quase que se contradizem com todos seus discursos anteriores, ao tempo que credibiliza esperança em um movimento que desrespeita a democracia.

O *modus operandi* do movimento de 1964, tem todas as características de um golpe de Estado. Por não existir resistência armada, passou-se a impressão de que fará o movimento legítimo, responsável. Além, claro, de toda a movimentação de setores da sociedade em apoio ao golpe. As formulações das determinações oficiais para retirar aos poucos os direitos também foi uma estratégia utilizada.

Se entretanto, para desgraça do nosso País tal movimento, envolto de malhas da ignavia e da mediocridade visou, tão somente. A substituição de um governo por outro, culminando na implantação de um regime discricionário e de violências. Então se trataria de um golpe de estado para implantação de uma ditadura.⁴³

Refletindo os dilemas que o movimento de ruptura causou no Brasil, faz uma digressão da linha de ações que o movimento de 1964 poderia seguir, e inevitavelmente, nessa segunda opção, estaria certo em sua análise. O único caminho traçado foi o da violência e da tirania. Porém, mais adiante apresenta outras pistas do seu pensamento sobre os acontecimentos vivenciados no ano de 1964.

Contudo, cumpre acentuar, que nos horizontes da pátria surgiu um clarão que encheu de esperanças os corações dos brasileiros: a eleição do general Castelo Branco para Presidência da República.⁴⁴

⁴³ Idem;

⁴⁴ Idem;

Fica claro, sua tentativa de legitimar o movimento golpista de 1964. A eleição do General Humberto de Alencar Castelo Branco, serviu apenas para consagrar o golpe. A sua subida à chefe da nação não foi por meio de eleições diretas, livres e democráticas. Mas sim, pelo voto indireto, de um Congresso que afastou o presidente Jango, sem cometimento de crime e legitimamente eleito.

Figura 5 – Capa do jornal O Globo sobre a posse de Castelo Branco



Fonte: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>

Sua esperança, do Senador Leite Neto, expressa mais adiante é de que o novo presidente revogasse o Ato Institucional N°1, que foi o primeiro de uma série de medidas implementadas na ditadura civil-militar, para perseguir opositores, com a retirada de direitos políticos, censura, cassação de mandato e prisões arbitrárias. O senador tem plena convicção do autoritarismo do Ato Institucional N° 1, mesmo assim, acredita que a eleição de uma das lideranças do movimento golpista, irá revogar um ato consumado e legalizador da perseguição política. Assim afirma o Senador: Cumpre, pois, ao eminente Chefe de Estado restabelecer os direitos fundamentais da pessoa humana, ora ameaçados.⁴⁵

Entretanto, não foi isso que aconteceu. A base de toda a estrutura repressiva seria montada no governo de Castelo Branco. Essa base começa, justamente, com o Primeiro Ato Institucional. A tentativa de legitimação vem expressa na própria justificativa para edição da lei:

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo

⁴⁵ Idem;

governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. (Ato Institucional N°1, 1964)⁴⁶

A mesma legitimação do poder Revolucionário do movimento de 1964 é dado pelo Senador em uma tentativa, ingênua ou não, de validar a credibilidade dos objetivos do processo: Creio, contudo, na sinceridade dos objetivos do movimento vitorioso.⁴⁷

Ao afirmar a sinceridade dos objetivos do movimento, observamos através do modelo de Chelton e Schäffner (2001), mais uma formulação de legitimação e propostas empreendidas pelo movimento golpista contra a democracia brasileira. Outro conceito que pode ser utilizado na análise é proposta de Chilton e Schäffner (2011), que tem como premissa a estratégia denominada coerção, quando o uso da força é empregada para se chegar ao objetivo entendido como correto pelo Estado

Toda a sua atuação política, evidenciada em seus discursos, é de liderança preocupada com as classes e lutas sociais. Contudo, temos aqui um dilema: quais os motivos que levaram o Senador Leite Neto a credibilizar o movimento golpista de 1964? Queria apenas enganar os militares, dando a impressão de apoio, para não sofrer represálias? Ou simplesmente, resolve aderir ao golpe, tornando-se um traidor da democracia? São questionamentos complexos, que exigiriam uma pesquisa mais aprofundada, e que não fazem parte do objetivo deste trabalho.

Em outro trecho do seu discurso, novamente uma nova tentativa de legitimação do Golpe de 1964, mais que legitimar o golpe, tenta de certa maneira, legitimar sua posição favorável a saída de Goulart da presidência, e depositando sua esperança no governo de Castelo Branco.

O povo, alarmado, saiu às ruas pedindo tranquilidade para o País que marchava inseparavelmente para o caos. Os governadores e as forças armadas confraternizaram e saíram às ruas em defesa da Constituição, do regime democrático e das tradições cristãs do povo brasileiro.⁴⁸

Aqui, mais uma tentativa de manipulação. O que ele afirma ser defesa da Constituição e do regime democrático foi justamente ao contrário. Um desrespeito à Constituição e às prerrogativas democráticas é consumada na deposição do Presidente João Goulart em abril de 1964.

⁴⁶ Idem;

⁴⁷ Idem;

⁴⁸ Idem;

Para alguns setores golpistas, o governo de João Goulart, representava uma ameaça aos valores cristãos, conclamando famílias para sair em ato pelas ruas do país. Segundo Cordeiro (2021), em seu artigo, definindo de forma mais clara as características do movimento, diferenciando em dois momentos, antes e depois do golpe, antes da culminância do golpe, as marchas tinham um ideário de salvação nacional do comunismo, o Brasil sob a liderança de Jango estaria ameaçado de se tornar um país comunista. Logo após a consolidação do golpe, tudo passava agora a ser celebração da vitória sobre a ameaça existente.

Todavia, é importante destacar que havia um verdadeiro racha na Igreja. Setores mais conservadores eram favoráveis e apoiaram o golpe, os outros setores eram favoráveis às reformas propostas por Goulart. Por mais que a Santa Sé posiciona-se favorável aos apelos sociais, como afirma a Encíclica “Mater. et Magistra”, na qual o Papa João XXIII, explana ao mundo o pensamento da igreja sobre o papel do Estado: “De igual modo o Estado deve se eximir do dever de contribuir ativamente à melhora das condições de vida dos operários” (João XXIII, 1961, n.p).

Era justamente esse ideário que era combatido no Brasil, pelos setores de oposição a João Goulart. Dessa maneira, setores conservadores aproveitaram-se da falta de apoio popular de Jango, e desprestigiando os próprios pronunciamentos papais para conclamar os católicos a irem às ruas protestar contra o governo. De certo, ocorreu uma divisão profunda na Igreja Católica sobre o apoio ou não ao golpe, assim afirma Renato Rosa (2014) em seu artigo afirma que não houve unanimidade dentro da Igreja Católica quanto ao apoio ou não ao golpe civil-militar de 1964, com a divisão acontecendo entre os conservadores e progressistas, liderados respectivamente, por Dom Agnello Rossi, Arcebispo de São Paulo, e Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, se mantendo neutro, sem compromisso com os golpistas ou golpeados. Assim sendo, essas lideranças foram fundamentais para definição dos posicionamentos da Igreja Católica frente ao golpe civil-militar de 1964.

Encerrando seu discurso, após longa apresentação dos problemas brasileiros, o Senador Leite Neto, aponta os caminhos necessários que devem ser tomados pelo novo presidente para restauração da paz e do progresso do Brasil.

fundamentais da pessoa humana inscritos na Constituição; Restabelecer em sua plenitude a autonomia dos Estados e dos municípios que vigorou no transcurso de todo o período republicano; restabelecer o princípio de independência e harmonia dos poderes. Tranquilizar o povo brasileiro. Se

assim proceder, o Presidente Castelo Branco imitará Caxias, O Pacificador: grande na guerra e generoso na paz.⁴⁹

Nenhuma de suas indicações foram seguidas pelo Marechal. O Governo aprofundou ainda mais as perseguições políticas contra opositores. Após os pedidos de Leite Neto para revogação do AI 1º, mais dezessete atos institucionais foram editados.

O mais grave e poderoso de todos os atos, o AI 5º foi editado no governo Costa e Silva, aplicando ainda mais censura e prisões arbitrárias. Deixando os estados e municípios ainda mais reféns da ditadura, sem a realização das eleições, foram nomeados interventores para os Estados, aumentando ainda mais os poderes do Presidente.

Por fim, afirma que, caso Castelo Branco, providencie todas as mudanças necessárias, será lembrado como pacificador, responsável por levar a ordem jurídica e a paz social ao Brasil em tempos sombrios. Todavia, ao término do seu mandato presidente em 15 de março de 1967, ficaram claras todas as ações para a queda de todos os outros pilares de uma nação livre, democrática e soberana.

⁴⁹ Idem;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho promoveu a análise de discursos do Senador Leite Neto, no plenário do Senado Federal, nos anos de 1963 e 1964. Ao todo, foram analisados três discursos, com o propósito de observar características de temáticas discutidas pelo senador, seja em aspectos sociais e políticos relacionados ao contexto histórico.

Para tanto, pode-se constatar na pesquisa, que dentre os temas mais debatidos está sem sombra de dúvidas, a Reforma Agrária. Essa temática é discutida pelo Senador Leite Neto em todos os três discursos, mesmo não sendo, alguns deles, a proposta inicial do seu debate. A Reforma Agrária é vista como elemento primordial da sua luta política.

Para defender a importância da terra na sociedade e o seu uso social, fundamenta-se em documentos da Igreja Católica, a exemplo de encíclicas papais, e a doutrina social da igreja. Que estabelece as linhas de pensamento cristão quanto ao uso social da terra e da propriedade privada.

De igual modo, é importante destacar que era um debate circulante no contexto de suas falas, que o país estava debruçado sobre o tema da reforma agrária e era centro da luta política nacional.

Outro tema bastante presente em seus discursos é o parlamentarismo. Não à toa, outro conceito debatido e presente no seu contexto dos discursos, tendo em vista, que o sistema parlamentarista vigorou entre 1961 e 1963, início do mandato de Francisco Leite Neto, como senador da república.

Nele, também se percebe uma intensa defesa. Primeiro, pelo fato de o próprio Senador ter votado favorável ao sistema, enquanto deputado federal em 1961, e segundo pelo contexto vivenciado, com pouco tempo de findado o curto regime parlamentar. É observável seu apreço pelo modelo político. Fundamentando sua opinião com vários exemplos de países, como a Inglaterra ou mesmo, criticando os que não têm o parlamentarismo como sistema vigente, como é o caso dos Estados Unidos.

Os debates propostos pelo Senador em seus discursos, para além de uma visão política ou mesmo acadêmica é também um elemento de sintonia com o contexto histórico vivenciado pelo parlamentar. Sobre ele se debruçam elementos primordiais para o entendimento de determinada dos anos de 1950 e 1960. Dessa maneira, o questionamento proposto pelo trabalho é respondido.

Essa conclusão foi possível graças a utilização de livros de historiadores renomados que relatam o contexto histórico e todo o processo político social existente. Servindo de arcabouço referencial sem igual para as conclusões deste trabalho.

A utilização dos conceitos propostos por Michel Foucault e Luiz Fiorin, como também a metodologia, em especial de Chilton e Schaffner (2011), foi posta em prática para uma observação melhor entendimento dos discursos analisados.

Para melhorar ainda mais o trabalho uma poderia ser realizada uma pesquisa ainda mais aprofundada e ampliação da bibliografia, com a observação de mais elementos sociais e políticos presentes nos discursos. Outro ponto de dificuldade da pesquisa é encontrar fontes e trabalhos relacionados à análise do discurso político. Também encontraram dados mais concretos sobre a atuação parlamentar de Francisco Leite Neto, enquanto Senador ou mesmo ocupando outros cargos públicos. Poucos são os trabalhos que discutem Francisco Leite Neto, sendo ele um dos grandes políticos sergipanos de sua geração. Outra dificuldade é encontrar imagens de sua presença no parlamento, especialmente proferindo discursos na Casa Legislativa.

Para próximas pesquisas, é sugerível um aprofundamento da atuação parlamentar de Francisco Leite Neto, como também um aprofundamento das motivações que o levaram a ter posições favoráveis aos líderes do golpe civil-militar de 1964 e a votar positivamente no sistema parlamentarista, mesmo sendo conhecedor da Constituição de 1946 e das leis vigentes do país naquele momento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SILVA, Alessandro Soares da; PEDRO, Felipe Corrêa. **Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012.
- ALVES, Cleber Francisco. **O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana: O Enfoque da Doutrina Social da Igreja**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 1-9.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Edson Bini. Edipro: Ed. especial, 2017.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra, São Paulo: Forense, 1981.
- BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil (1961-1964). Brasília: Unb, 2001.
- BARBUY, Victo Emanuel Vilela. **Da concepção individualista à função social da propriedade: a contribuição da doutrina social da igreja no cenário jurídico brasileiro**. 2020. 281. (História do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2020.
- Barreto, Luis Antônio. Centenário de Leite Neto – Pensador, intelectual e político. **Infonet**. 2006. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/centenario-de-leite-neto-pensador-intelectual-e-politico/> . Acesso em: 19 ago. 2021.
- BARROS, José D´ Assunção. História Política: o estudo historigráfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. **Educere ET Educare**, Paraná, v. 4, n° 7, p. 147-162, jan/jun, 2009.
- BOLÍVAR, Adriana. La lectura del discurso político. In: **Lingüística y Interdisciplinarietà: Desafíos del nuevo milenio**. Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso de la UCV. p. 309-333, 2002.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 12, n. 23-24, p. 7-18, ago. 1992.
- BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do Discurso**. Campinas: Ed Unicamp, 1993.
- BRASIL. Censo Demográfico: 1950, 1960, 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1953, 1963, 1973.
- BRAVO, Juliano dos Santos. A política internacional e a crise dos mísseis: 13 dias sob o terror nuclear. **Novas Fronteiras**, Porto Alegre-SC, v. 2, n.1, p.08-17, Jan-Jun, 2015.
- CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARVALHO, Thayza Souza. **Aparelho repressivo de estado: memórias da ditadura em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, p.77. 2017.

- CORDEIRO, Janaína Martins. A marcha da família com Deus pela liberdade em São Paulo: Diretas, participação política e golpe no Brasil, 1964. **Revista de História**, São Paulo, v. 1, n. 180, p. 1-18, mar, 2021.
- CHILTON, Paul. e SCHÄFFNER, Christina. Discurso y Política. In: VAN DIJK, T. A. (Ed.), **El discurso como interacción social**. Barcelona: Gedisa, 2001, pp.279-329.
- DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.
- FAIRCLOUGH, Norman; DE MELO, Iran Ferreira. **Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica**. Linha d'agua, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucialia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil**. Letras, n. 27, p. 39-46, 2003.
- FÉLIX, Loiva Otero. A História Política Hoje: Novas Abordagens. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, v. 10, n. 5, p. 49-66, 1998.
- FIORIN, José Luiz. **Tendências da Análise do Discurso**. Cad. Est. Ling, Campinas, 19, p. 173-179, jul/dez 1990.
- FIORIN, José Luiz. **Língua, Discurso e Política**. ALEA, Rio de Janeiro, Vol. 11, Nº1, p. 148-165, Jan/Jun 2009.
- FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- JOÃO XXIII, **Carta Encíclica Mater et Magistra**. Vaticano: 1961. In: www.vatican.va
- JODELET, Denise., 1985. **La representación social: Fenómenos, concepto y teoría**. In: *Psicología Social* (S. Moscovici, org.), pp. 469-494, Barcelona: Paídos.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. **Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 187-208 – 2009.
- MAINGUENEAU, Dominique. **A análise do discurso e suas fronteiras**. Matruga, rio de janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-37, 2007.
- MAYNARD, Andreza. Tenentismo em Sergipe: outras histórias. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, São Leopoldo. **Anais**, São Leopoldo: Associação Nacional de História – ANPUH, 2007. p. 02-09.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda; SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos; FEITOSA, Cid Olival. **Indústria e Desenvolvimento em Sergipe**. Banco do Nordeste, 2009. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/355>. Acesso em: 01 set. 2020.

MINAYO M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação Brasileira os ensinamentos desde a crise dos anos 30. **Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.1, p. 59-87, jan/jun, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar**. São Paulo: Contexto, 2016.

NOGUEIRA, André. Campanha da legalidade: Há 58 anos Leonel Brizola barrava o primeiro golpe contra Jango. **UOL**, 2019. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-leonel-brizola-criou-campanha-da-legalidade-para-barrar-o-primeiro-golpe-contra-jango.phtml>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

OLIVEIRA, Ione. História política e historiografia do Brasil República. **Textos de História**. Brasília, v. 15, n. 1-2, p. 93-107, out. 2007. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/962>. Acesso em: 12 set. 2021.

OLIVEIRA, Carlos Felli. Ipes e Ibad: A crise política da década de 60 e o advento do golpe civil-militar de 1964. **História em reflexão**, UFGD-Dourados, v. 2, n.3, p 1-33. jan/jun 2008.

PAIXÃO, Cristiano; BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. Crise Política e Sistemas de Governo: origens da “Solução Parlamentarista” para a Crise Político-Constitucional de 1961. **Universitas JUS**, Brasília- DF, v.24, n. 3, p. 47-61, set/2013.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ao acontecimento**. Campinas:Pontes,1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**.Campinas: Ed. Da UNICAMP,1988.

PEREIRA, Francisco Diemerson de Souza. História Comparada da Ditadura civil-miliar na Bahia e Sergipe a partir da documentação consular dos Estados Unidos. **Boletim Historiar**, São Cristovão, v.1 n.19, p. 03-16, abr/jun, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 24, p. 78-109, abr, 2006.

RAMOS, Rui. O discurso de opinião como discurso polêmico-aspectos da sua configuração e da interação social. **Comunicação e Sociedade**, v. 2, p. 235-247, 2000.

REIS, Raphael Vladmir Costa.Marcha por Deus e Pela Liberdade em Sergipe (1964). In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 2016, São Cristovão. **Anais**. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2016.

REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROSA, Renato Torres Anacleto. A Igreja Católica e o golpe civil militar de 1964: novas abordagens. **Temporalidades**, (Revista de História), Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 125-133, jan/abr. 2014.

SANTANA, Glêyse Santos. **A guinada da Igreja Progressista em Sergipe**: O Bispado de Dom José Vicente Távora. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, p. 123. 2011.

SANTANA, Marco Aurélio. **Ditadura Militar e resistência operária**: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. Santa Catarina. Política e Sociedade, v. 7, n 13, 2008

SANTOS, Amanda Marques dos. **Igreja, poder e imprensa**: o ideário anticomunista no seminário sergipano A Cruzada (1937-1970). Dissertação-Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, p. 144, 2019.

SANTOS, Railton Souza. **Entre o Trabalhismo e o Comunismo**: Projeto Para o Brasil nas Páginas dos Jornais Sergipanos, Folha Trabalhista e Folha Popular (1961-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, p. 183. 2018.

SARDICA, José Miguel. O Legado histórico de João XXIII. **Didaskalia**. Portugal, v.34, n.2 , p. 03-55, Jun, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TEDESCO, João Carlos; SILVA, Emerson Neves. Igreja Católica, questão agrária e a luta social no campo (1950-1980). Cadernos do CEOM, Chapecó (SC), v. 33, n. 52, p. 105-121, jun. 2020.

TITO, João Paulo Carneiro. **Trabalhadores e sindicatos**: representação e luta no Jornal Gazeta de Sergipe (1961). São Cristóvão, SE, 2018. Monografia (Graduação em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

VILLA, Marco Antônio. **Jango**: um perfil (1945-1964). São Paulo: Globo, 2004.

WONDAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso-LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp. p. 233-243, 2004.

jurídica, seis meses antes da data da reunião da assembleia.

1º Na representação prevista na alínea c, haverá um terço de engenheiros, um terço de engenheiros agrônomos e um terço de engenheiros arquitetos.

2º Recaindo a escolha para Presidente sobre um dos membros do Conselho, será este substituído por indicação das congregações ou assembleia reunida nas letras b e c.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais

Art. 22. Os casos omissos que se verificarem na aplicação desta lei, serão resolvidos pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

Art. 23. O Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura fará, em colaboração com a Sociedade Brasileira de Agronomia, a elaboração de um Código de ética profissional, em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, pela ordem do Sr. Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, como preliminar indeclinável à minha intervenção assim no início de nossos trabalhos, tem o fato de colaborar com a Mesa do Senado, que deve ter como de seu mais vivo interesse a produção legislativa, o trabalho parlamentar que só poderá ser alcançado e levado a bom termo desde que exista, de um lado, o atendimento e o respeito às normas regimentais e, de outro, as condições psicológicas existentes no estímulo que se deve outorgar à comunidade funcional da Casa.

Há, Sr. Presidente, longe de qualquer dúvida — e já deve estar na percepção de todos os Srs. Senadores — um ambiente de mal-estar no seio dos honrados servidores do Senado da República. Esse mal-estar, por certo, não redundará em obstáculos, em fatores negativos no cumprimento dos deveres do pessoal da Casa, mas pode, Sr. Presidente, não servir ao Senado porque, quando aqui chegamos, produzindo das variadas regiões geopolíticas do País, assumindo, lendo e assimilando na consciência, o compromisso indeclinável de guardar, de respeitar, de executar a Constituição e as leis da República. Longe de mim apontar qualquer outro propósito, menos benéficos ou menos lícitos nas decisões da Comissão Diretora da Casa mas, há um ponto em que a liderança administrativa do Senado, agora eventualmente exercida por V. Exa., que se atrita, que se conflita com disposição regimental contudente e, por isso mesmo, irrecusável e irreversível. Houve, por via de consequência, um equívoco da Comissão Diretora, pelo menos um equívoco quando estudou e baixou as últimas previsões destinadas à atenção e ao cumprimento por parte da Secretaria do Senado. Esse equívoco decorreu de falta de atualização. Orientou por certo, a Mesa Diretora o dispositivo constante de uma resolução adotada em 1955, estabelecendo, prefixando, delimitando o horário de trabalho para a administração da Casa e, em consequência dessa aplicação concessiva, em regime de caducidade, a Comissão Diretora não flem primeiro dos seus atos recém-postulados decidir:

1) O tempo normal de trabalho a que estão sujeitos os servidores do Senado é de seis horas

diárias, nos dias úteis, para o pessoal da Secretaria e de oito horas para o pessoal da Portaria e da Garagem, podendo ser prorrogado ou antecipado de uma hora, conforme a conveniência do serviço.

Esse dispositivo está em consonância com o Art. 32 da Resolução nº 4 que reza:

“O tempo normal de trabalho a que estão sujeitos os servidores do Senado é de seis horas diárias nos dias úteis para o pessoal da Secretaria e de oito horas para o pessoal da Portaria”.

Com relação a este dispositivo, estamos na rota das caravelas; mas, agora, Sr. Presidente, mercê da Resolução nº 6, já estamos na rota dos *sputniks*. E o Art. 146 de uma Resolução, posterior a retro mencionada, que esculpe a seguinte regra:

“O tempo normal de trabalho a que estão sujeitos os servidores do Senado é de seis horas diárias nos dias úteis, excetuados os sábados”.

Assim, a norma regimental, em pleno vigor, com plena saúde de execução fixa horário promiscuo de seis horas de trabalho diário, não estabelecendo nenhuma discriminação ou especificação de qualquer espécie. E por que além de conter uma discriminação incompatível com o regime democrático e, principalmente por se atribuir, por dessangrar a norma regimental em vigor o setor aqui focalizado, as Provisões baixadas pela Comissão Diretora merecem retificações. Esta questão de ordem tem por finalidade provocar os esclarecimentos necessários da Mesa, em obsequio da regularidade de nossos trabalhos e em favor da fiel execução do Regimento Interno da Casa.

Sr. Presidente, confio em que V. Exa., jurista emérito e Presidente precluído, dará pela procedência de minha questão de ordem, restabelecendo a plena vigência do Art. 146 da Resolução nº 6, do Senado da República. Ela foi fruto de deliberação do Plenário da Casa e somente o Plenário poderá modificá-la ou derogá-la.

Era o que tinha a dizer. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE:

A questão de ordem suscitada pelo nobre Senador Eurico Rezende refere-se a decisão da Comissão Diretora. Assim, a matéria será oportunamente examinada, quando esta comissão se reunir para o exercício de suas atribuições.

O assunto foi ventilado, ontem, neste plenário, pelo nobre Senador Arthur Virgílio, visando aos mesmos objetivos.

Vai-se proceder à leitura do expediente.

LEITURA DO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE:

O expediente vai à publicação. Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Leite Neto.

O SR. LEITE NETO:

(Não foi revisto pelo orador) Senhor Presidente, é com certa emoção e por que não dizê-lo — com alguma timidez que uso da palavra, pela primeira vez, no Senado da República nesta Casa onde já ressoou a voz circular do apóstolo da democracia brasileira — Ruy Barbosa é o que está para nossa democracia como Jefferson para a democracia americana. — Ruy que defendeu no Império a causa da instrução primária; Ruy que estruturou, na primeira fase da República as nossas instituições jurídicas; Ruy que foi o primeiro a traçar, para a vida republicana, normas financeiras a serem seguidas pelo Ministro da Fa-

zenda; Ruy que, na famosa Conferência de Haria, chamou para o Brasil a atenção do mundo, que ainda não conhecia este País da América Latina.

Ao começar aquela conclave memorável, em que se reuniram representantes das grandes nações, Ruy era um desconhecido e, ao se encerrar a conferência, era a figura de maior vulto e de maior porte.

Ruy, ainda, Sr. Presidente, por fim, o professor emérito dos princípios gerais do Direito que nortearam o Congresso Nacional; Ruy que, no Parlamento, demonstrou conhecimentos excepcionais de Direito e da língua portuguesa, quando tornou armas com Clóvis Bevilacqua, Carneiro Ribeiro e com o velho Seabra.

Sr. Presidente, ao assomar, pela primeira vez, à tribuna desta Casa, quero prestar minha homenagem à memória daquele que se afigura a expressão maior do Parlamento Brasileiro, em todos os tempos.

Era meu intuito, na sessão de hoje fazer um estudo pormenorizado da situação financeira e econômica do País. Acoteco, porém, estar ausente de nossa Pátria o eminente Ministro San Tiago Dantas, e prefiro aguardar que S. Exa. retorne ao Brasil para então formular minhas considerações.

Vou, por conseguinte, Sr. Presidente, tomar, neste instante, outro caminho. Entrei para a Câmara dos Deputados nos idos de 1946, ao tempo da Constituinte. Modesto professor de Economia e Finanças, orientei minha atuação no sentido de lutar, permanentemente, sem alarde e sem preocupação publicitária, pela solução dos magnos problemas que afligiam o nosso País, problemas que, ainda hoje, decorridos dezessete anos, são os mesmos: o problema econômico e o problema financeiro, o problema do saneamento financeiro e o problema do desenvolvimento econômico.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exa., um aparte?

O SR. LEITE NETO — Com prazer. O Sr. Ruy Carneiro — A interrupção que desejo fazer à brilhante exposição de V. Exa. é apenas para proclamar, a sua modestia, quando declara ao Senado ser um modesto professor de Economia da Província de Sergipe. V. Exa. é um grande professor de Economia e um notável parlamentar. Assim o foi na Câmara, por várias legislaturas, e o será no Senado.

O SR. LEITE NETO — Bondade de V. Exa. Muito obrigado.

Sr. Presidente, àquela época, bem diferentes eram as situações do mundo e do Brasil. O mundo acabara de sair de um terrível conflagração, que, além de coarçar grande número de vidas preciosas, destruíra quantidade astronômica de riquezas, deixando os povos cujas pátrias haviam sido tentro da terrível hecatombe em situação econômica deplorável, quase arrazados. Foi o que ocorreu com a Alemanha, e em parte com a França e com a Itália. Mas o tremendo conflito que se travou pelas armas em parte, também foi resultante do conflito de terras.

Inicialmente, houve renhida luta travada pelos países democráticos ou de formação democrática, contra o nazifascismo que ameaçava dominar o mundo; pouco depois, uma associação, uma aliança entre os povos do mundo democrático — que simbolizavam economicamente o capitalismo burguês — com os países do mundo socialista que representavam as doutrinas marxistas da revolução permanente, da luta de classes, do materialismo histórico.

Porve essa associação e, por fim, os Aliados, vencedores da guerra, tiveram, no pós-guerra, que se separar. Os parceiros socialistas e democratas tiveram, cada qual, que retornar aos seus campos e a associação vitoriosa

da guerra que impediu fosse o mundo dominado pelo nazifascismo, infelizmente, não conseguiu, até hoje, Sr. Presidente, vencer e solucionar os problemas da Paz.

Em que pese as aspirações de todos os povos em prol da coexistência pacífica a verdade é que a humanidade, vez por outra, flutua em sobressalto, na iminência de uma guerra nuclear, de uma guerra, verdadeiramente calamitosa que será a destruição da própria civilização ocidental.

Mas, Sr. Presidente, observou-se, em consequência dessa aliança provisória, entre a Democracia e os países socialistas, um fenômeno que se verifica através de toda a História — a interpenetração das doutrinas, a influência de determinadas doutrinas sobre os que as combatem. Ninguém pode negar que o comunismo, consolidado na Rússia Soviética e nos países chamados da Cortina de Ferro, exerceu uma força, a um certo ponto, benéfica, em relação ao mundo democrático cujo sistema de capitalismo integral chegava ao paroxismo da desumanidade ultrapasando a do próprio Comunismo.

Dessa interpenetração de idéias no campo socialista, especialmente a partir do fim do século passado e graças à influência de atividades benéficas também no próprio campo democrático, apareceu aos olhos do mundo o documento que serviria de base ao marxismo e, mais tarde, ao marxismo-leninismo. Quase concomitantemente surgiu a *Rerum Novarum* de Leão XIII, qualicosa base para as doutrinas sociais da Igreja e, notadamente, se inspirando nos ensinamentos de Tomás de Aquino, abriu para o mundo uma cortina de esperança, deixando entrever a possibilidade de o mundo não ficar entregue ao Capitalismo desumano ou ao Comunismo ateu. Apresentava ainda uma terceira solução que atendia, realmente, aos anseios e às aspirações dos verdadeiros democratas — a democracia social, a democracia não somente política mas a democracia econômica.

A democracia somente política é regime precário que, por vezes, escariza economicamente os homens como também as potências. Em muitas ocasiões ocorreu na história contemporânea, deste século, que países, politicamente independentes sob o aspecto econômico continuaram menas colônias pelo tempo a tora.

Sr. Presidente, não posso alongar-me sobre assunto tão do agrado de alguns dos Srs. Deputados. Desejo apenas entrar numa apreciação rápida sobre a situação do Brasil.

Ao se encerrar o memorável conflito, o Brasil encontrava-se sob o regime disciplinar. O grande Getúlio Vargas era o Chefe da Nação Brasileira. Em consequência dos movimentos externos e da evolução interna da política brasileira foi convocada a Constituinte de 1946.

Formaram-se, Sr. Presidente, sob a inspiração do insigne brasileiro, dois partidos que tiveram a sua origem no governo: o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro.

Apareceu, concomitantemente, um terceiro grande partido a União Democrática Brasileira. Foram contemporâneos. O Presidente Vargas, segundo parece, teve a intuição de estimular a fundação de dois partidos, o Social Democrático e o Trabalhista Brasileiro. O primeiro deles seria um partido do centro, o outro um partido das classes trabalhadoras.

Esses dois partidos, conforme assinala, desempenharam função histórica no período compreendido entre 1946 e o ano corrente.

Também a União Democrática Nacional teve uma origem completamente diferente. Nasceu na Oposição. Da mesma forma, observamos que os dois partidos Social Democrático e Trabalhista Brasileiro tiveram, e tanto quanto possível conservam, as suas origens governamentais. Ocorre que a União Democrática Nacional, na oposição ao governo, sempre apresentou perante a Nação a evidência das suas origens, porque, até no governo ela é oposicionista.

Sr. Presidente, há poucos dias ouvi do Senador João Agripino uma verdade que se coaduna com o meu pensamento. Examinando os programas desses três partidos, verificamos que, sob o aspecto doutrinário, as distâncias são mínimas, por vezes quase imperceptíveis. As diferenças, as grandes diferenças, sim, essas existem dentro das próprias agremiações partidárias. Uns, do Centro, com tendência para a direita; outros, também do Centro, mas com tendência para a esquerda e mesmo esquerdistas declarados.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. LEITE NETO — Pois não. O Sr. Vasconcelos Torres — Este assunto, da nossa melhor sociologia política, está exigindo uma análise fria, porque V. Ex. encontra, nos chamados Partidos conservadores, homens da denominada esquerda e encontra, na esquerda, grupos eminentemente conservadores. Seria, talvez, dentro da nossa tradição política, aquilo que já se observava no Império, quando se dizia que nada se assemelhava tanto a um liberal como um conservador. Então, nobre Senador Leite Neto, examinando a filo e dentro do seu espírito analista, o que me parece deva ser dito, embora um pouco duro, é que os Partidos, hoje, não raro servem de abrigo apenas para o registro de candidaturas, tanto as majoritárias, quanto as proporcionais. Dentro do PSD, V. Ex. encontra elementos de vanguarda; dentro da UDN, há o caso do próprio Líder da Minoria desta Casa, o nobre Senador João Agripino, que se situou, embora disciplinado e obediente à programática do seu Partido — como Líder avançado, no bom sentido da defesa dos interesses nacionais: Dentro do Partido ao qual estou filiado, V. Ex. encontra elementos nitidamente conservadores. Conclui, acrescentando a atenção com que V. Ex. me ouve, por dizer que temos de reformular a posição político-partidária deste País, porque os Partidos não estão, no meu modo de entender, preenchendo devidamente suas finalidades. Então, quando se fala em reformas de base — se V. Ex. me permite concluir esta intervenção — gostaria de aludir à ideia do próprio Líder da Minoria, já aventada em brilhante discurso quando Deputado Federal, de que nas chamadas reformas de base — como a agrária, a bancária, etc. — se incluíse a reforma eleitoral, para que um Deputado ou Senador representasse, de fato, o povo, se eliminasse a plutocracia na vida política brasileira, se organizassem as representações, inclusive por Distrito, para que não assistíssemos a esse quadro desolador, de representantes do povo tidos como tal mas que infelizmente não representam a grande maioria da população brasileira. Há também o fato, nobre Senador Leite Neto, de que o número de eleitores não condiz com o número da população brasileira. Representamos apenas uma pequena parcela do eleitorado, haja vista o número de eleitores por Estado e mesmo desconhecendo sua resposta acredito que V. Ex. há de concluir, — peço a V. Ex. que sinta a sinceridade do meu aparte — porque urgentemente se faça, neste País, paralelamente às outras reformas de base, a reforma eleitoral.

O SR. LEITE NETO — Estou de inteiro acordo com V. Ex.

Para não me desviar, porém da linha central do meu discurso, continuo dizendo que, após o afastamento do Presidente Getúlio Vargas, por força de um golpe de Estado, este País, vez por outra, está sujeito a essas contingências históricas. Ficou da obra de Getúlio Vargas, aquela primeira fase, como marco indelevel para a arrancada rumo ao desenvolvimento econômico do País, a construção da Usina de Volta Redonda. Incontestavelmente, quem estuda a história da evolução econômica do Brasil, chega à conclusão de que foi Volta Redonda o ponto de partida para a arrancada contra o subdesenvolvimento brasileiro.

Sr. Presidente, afastado o Presidente Getúlio Vargas, processadas as eleições, eleito e empossado o Presidente Eurico Gaspar Dutra — não me demorei nesse assunto porque não pretendo delinear páginas de história, mas apenas prestar um depoimento — S. Ex. iniciou o governo sob os melhores auspícios. Desejava, realmente, sanear as finanças nacionais. Iniciou bem seu governo. Infelizmente não pôde fazer isso, os Srs. Ministros da Fazenda...

O Sr. Pedro Ludovico — O nobre orador permite um ligeiro aparte?

O SR. LEITE NETO — Com todo prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Aliás, em 1945, quando o Presidente Getúlio Vargas deixou o governo, a situação financeira do Brasil era ótima. Dispunha de setecentos e cinquenta milhões de dólares no exterior e nenhum atrasado comercial.

O SR. LEITE NETO — Aliás, embora tivesse dito inicialmente que iria examinar a situação financeira do País, resolvi adiar essa apreciação para outro momento.

Um dos pontos que já tocar era exatamente a situação do nosso comércio exterior daquela época e a dissipação posterior das nossas divisas, que poderiam ter servido definitivamente, para promover a arrancada desenvolvimentista do País que, hoje, estaria, não há negar, em situação econômica incomparavelmente melhor do que aquela em que nos encontramos.

Essa parte foi adiada, Sr. Presidente. Meus desejos, na mais rápida síntese, fazer justiça ao Presidente Eurico Dutra, ainda no setor do desenvolvimento econômico. Sua Excelência teve a coragem de levar a cabo três empreendimentos, e pelo menos esses tiveram repercussão no desenvolvimento econômico do Brasil. O primeiro foi o asfaltamento do rodovia-São Paulo. Só quem se der ao trabalho de calcular o que é essa obra e o que representa para a economia nacional, poderá ajuizar sobre o estímulo que foi, dado não somente à intercomunicação das duas grandes capitais, mas para o desenvolvimento econômico do país.

Como nordestino, não poderia deixar de mencionar, também, a ligação Rio-Bahia que agora, decorridos quase quinze anos, está sendo asfaltada, trabalho que, para alegria nossa, deverá estar concluído em maio próximo.

Outro empreendimento de grande monta foi a Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso, que realmente representou o ponto de partida para a renascença econômica do Nordeste. Citando assim, apenas de memória e rapidamente, posso dizer que num pequeno Estado como o meu, Sergipe, sem nenhuma ajuda da SUDENE, já temos algumas dezenas de municípios com energia de Paulo Afonso, que está sendo levada até para a zona rural. Já há inúmeras fazendas beneficiadas.

O Sr. João Agripino — O nobre orador permite um aparte?

O SR. LEITE NETO — Pois não. O Sr. João Agripino — O empreendimento relativo à Hidroelétrica de Paulo Afonso, do Presidente Eurico Gaspar Dutra, deve ser destacado por todos nós, não só pela própria natureza da realização como, sobretudo, pelo caráter apolítico que lhe deu sua Excelência.

Naquela oportunidade, os auxiliares do Presidente tinham candidatos aos cargos da empresa que se criava. S. Ex. resistiu a todos os pedidos e entregou-a técnicos, exclusivamente a técnicos. Asseguro a V. Ex. que na época, qualquer Presidente ou Ministro que quisesse fazer política dentro da empresa, não o conseguia em virtude da mentalidade ali existente de dignificá-la como empresa privada. Graças a essa mentalidade todos os empreendimentos hidroelétricos não lucrativos, mesmo aqueles confidados ao Estado; enquanto que nos setores ferroviário e marítimo e empresas industriais da União, temos déficits incalculáveis. Isso se deve, repito, à política conduzida pelo Presidente Eurico Dutra. Estou atento às palavras de V. Ex., sobretudo porque o conecção há ocupado V. Ex. na Câmara nos Deputados, cargo de maior destaque que inclusive a Presidência da Comissão de Orçamento, sabe pois, melhor do que todos nós, da calamitosa situação financeira que nos envolve e nos ameaça. Nenhuma palavra, portanto, mais autorizada sobre o assunto que a de V. Ex.

O SR. LEITE NETO — Vinha hoje exatamente disposto a tratar desse problema; dado, porém a ausência do Sr. Ministro da Fazenda, resolvi adiar-lo até que S. Ex. retorne e possa eu fazer as declarações que julgo necessárias ao seu conhecimento, por serem do interesse da Nação.

Mas, Sr. Presidente, desviando um pouco da política brasileira, para dar um tom mais agradável a esta falação, devo dizer que já fiz justiça ao Presidente Dutra, ao reconhecer-lhe essas qualidades.

O problema da sucessão do Presidente Eurico Dutra foi dos mais angustiosos, e posso dizê-lo porque fui testemunha pessoal, dentro do Partido Social Democrático.

Vitoriosa, quase por unanimidade, cerca de noventa por cento a candidatura do saudoso e inesquecível brasileiro, Senador Nereu Ramos, quando, por contingências da política — penso, Sr. Presidente, que não há inconveniente que registre aqui, alguns pormenores de que fui testemunha — alguns obstáculos insuperáveis, lhe foram opostos pelo próprio Presidente Dutra, pelo inesquecível brasileiro, General Góis Monteiro, e pelo meu querido Líder da Bancada do Partido Social Democrático, Senador Benedito Valladares, que contiveram, que detiveram a candidatura Nereu Ramos. E, em memorável reunião, a que estive presente, surgiu o nome do Dr. Cristiano Machado, nome — dizia-se — não seria aceito pelo representante de Minas no Conselho Diretor do Partido Social Democrático, Senador Benedito Valladares. Mas, com surpresa geral, verificamos que S. Ex. aprovou a indicação do nome do saudoso mineiro, Cristiano Machado.

Sr. Presidente, estou passando, como que tangenciando porque, para chegar ao assunto mais importante, tinha que seguir este caminho. Aconteceu que, derrotado Cristiano Machado, foi eleito o Presidente Vargas. O seu segundo Governo, foi perturbado por agitações políticas, que culminaram no golpe de Estado que, se não se consumou, foi tão sin-

plesmente porque S. Ex. perdeu a vida, naquele momento indelevel para o povo brasileiro. Assumiu então o Governo o Senador Café Filho, que foi, por assim dizer, um Governo intermediário, também perturbado por agitações políticas, e com epílogo semelhante ao de golpe de Estado. E verdade que se dizia que esse golpe de Estado foi para evitar outro golpe... E a sorte do Brasil.

Em nome e em defesa da Constituição surgiu a candidatura do senhor Juscelino Kubitschek, que se pedia-mos defensor intransigente da Constituição. Processaram-se as eleições, S. Ex. assumiu o Governo.

Não analiso aqui, no momento o que seria impróprio a obra governamental do Presidente Kubitschek, mas, apenas digo que a considero sob dois aspectos contraditórios: um, benéfico ao País, e outro, maléfico. Infelizmente, sob o aspecto financeiro a situação em que S. Ex. deixou o País, foi realmente lamentável. Entretanto, ninguém pode negar que ele realmente levou por diante a arrancada contra o subdesenvolvimento econômico e conseguiu implantar em nosso País em tempo recorde, a indústria automobilística, conseguindo construir Três Marias e abrir estradas por todo este País.

Atualmente chegou ao Poder o Sr. João Quadros. Representou ele, realmente, em certa fase da nossa História, as aspirações máximas da maioria dos brasileiros. Infelizmente, apesar de que sua obra administrativa se ia caracterizando benéficamente, em determinados setores, com surpresa para a Nação, renunciou ao mandato que lhe fora outorgado por uma imensa maioria de brasileiros. Talvez, sem o supor, lançou o País em casos de problemas se agudizaram. A situação financeira do País tornou-se crítica. A inflação ameaçava devorar a economia nacional. E a guerra e o porto caminhávamos para o caos.

Al. Sr. Presidente é que quero referir-me ao episódio do parlamentarismo no Brasil.

Encontrava-me eu presidiendo a Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, quando me deram a notícia da renúncia do Presidente João Quadros. Não acreditei. Achei que não era um ato racional. Não aceitei a hipótese. Pouco depois citava-me a evidência. S. Ex. renunciava.

No dia seguinte, no plenário da Câmara ouvia-se, a cada momento, que as Forças Armadas exigiam não o Parlamentarismo, exigiam a decretação do impedimento do Presidente João Goulart.

Tenho a consciência tranquila, Senhor Presidente, porque foi, desde o primeiro momento, daqueles que ostensivamente repudiaram esta ideia. Mas, não quero fugir à responsabilidade de ter participado dos passos que se deram para implantar o parlamentarismo. Realmente, nesse mesmo dia, encontrava-me com o Deputado, Raul Pila a quem perguntei por que a sua emenda, apresentada em julho, não seria levada por diante a uma ser transformada em reforma constitucional. Disse-me S. Ex. que o seu estado de saúde não lhe permitia maiores esforços. A seguir, avistei-me com o Dr. San Thiago Dantas, então Deputado e hoje Ministro da Fazenda, para lhe fazer uma consulta. Informei-o de que por duas vezes apoiara a candidatura João Goulart, no meu Estado, à Vice-Presidência da República, pelo que gostaria de saber como S. Ex. receberia a ideia de implantação do parlamentarismo. Disse-me S. Ex. que ia conversar, no telefone internacional, com o Presidente João Goulart, o que realmente ocorreu, e não somente da parte do Deputado San Thiago Dantas mas de outros representantes do Parlamento Nacional.

Obtive então a certeza de que o Presidente João Goulart opinava favoravelmente à implantação do parlamentarismo.

Dai, então, Sr. Presidente, não fujo à responsabilidade, os primeiros passos no sentido de se marchar para esta solução. Encontrando-me na Comissão Especial incumbida de emitir parecer sobre a Emenda Raul Pila ou seja, da Emenda Constitucional Parlamentarista, dirigi-me ao líder do P.S.D., Deputado José Maria Akimin, a quem solicitei a complementação daquela Comissão, e como encontrei certo entusiasmo da parte do Deputado Nelson Carneiro, indiquei o seu nome. Convocamos a Comissão que, naquele mesmo dia, à noite, se reuniu, iniciou o seu trabalho e o levou por diante.

Dai para a frente, Sr. Presidente, a responsabilidade cabe à grande maioria do Congresso Nacional, a todos os que votaram a Emenda Parlamentarista, entre os quais figurei. Mas, Sr. Presidente, faleceu o Parlamentarismo. Nós já assistimos aos seus funerais no dia 6 de janeiro; e estas palavras eu as pronuncio como se estivesse à beira da campa. Não vim insultar o parlamentarismo. Este é um discurso de despedida à beira da campa.

Sr. Presidente, muito se disse neste país sobre presidencialismo e parlamentarismo. Por vezes fiquei atônito em ouvir de pessoas de responsabilidade conceitos tão errôneos. Mas, uma primeira pergunta teríamos de fazer: como surgiu no mundo o presidencialismo?

O presidencialismo foi um desvio na história política americana.

Os Estados promoviam a sua independência tendo a preocupação aos Legisladores, aqueles que elaboraram a grande Constituição americana — notadamente Jefferson, Hamilton e tantos outros — de se aproximarem tanto quanto possível das instituições inglesas. Mas um ponto havia que os levava a se afastarem do modelo inglês. Quando os Estados Unidos eram colônia, ali existia a figura do representante do Rei, com poderes excepcionais. E a Constituição americana teve que pensar no problema porque era necessário substituir a figura do representante do Rei. E foi assim que surgiu a figura do Presidente de República.

Houve a evolução política e parlamentar dos dois povos. Mas é de notar aqui a ocorrência de fenômeno para o qual o nosso saudoso e inesquecível Medeiros de Albuquerque chamava a atenção. O Parlamentarismo nos Estados Unidos não evoluiu mais porque ficou preso a dispositivos expressos da Constituição. Ele continuou a evoluir na Inglaterra e em outros países onde não existia a figura do Presidente da República com poderes presidencialistas conforme constava da Constituição americana, e no século passado, assistiu à consolidação plena do parlamentarismo na Inglaterra e entre outros povos.

Meio assim, Sr. Presidente, eu me absteio de fazer uma afirmação. É que o presidencialismo americano não foi estudado e bem examinado, notadamente conforme o fez um dos maiores americanos o saudoso e grande Presidente Wilson, o presidencialismo americano é um Governo do Congresso e para usar a própria expressão que até certo ponto não são bem em nosso País, é um Governo congressual.

Outra indagação, Sr. Presidente, seria: por que o Brasil tendeu para o presidencialismo?

O SR. PRESIDENTE (*Fazendo soar os sinos*) — Lamento informar ao nobre orador que dispõe apenas de cinco minutos para conclusão do seu brilhante discurso, porque mais dois Senadores estão inscritos nos termos do Art. 163, parágrafo 2.º, do Regimento Interno.

O SR. LEITE NETO — Vou concluir, Sr. Presidente.

O presidencialismo foi implantado no Brasil por uma simples imitação da Constituição americana. Se examinarmos o que se passou nos primeiros dias da República, verificaremos que na Constituinte de 1911 havia representantes do Parlamentarismo. Apenas esses com a proclamação da República não tiveram coragem suficiente de defender as suas idéias. Também havia os indiferentes, incluído o próprio Ruy Barbosa, que nunca morreu de amores por questões de formas de Governo. Eu me enquadro exatamente dentro desta tese: o que menos importância tem é a forma de Governo. Ruy chamava a atenção para o fato de que Monarquia constitucional como a Inglaterra, muitas vezes é mais democrática do que República como as que proliferam na América do Sul.

Sr. Presidente, a verdade, porém, é que na Constituinte de 1911 um grupo ativista, o grupo chamado Grupo Parlamentarista, foi que encaminhou o movimento para implantação do presidencialismo na Constituição de 1911, sem plebiscito, sem que a opinião pública nacional fosse ouvida tal como ocorreu com o parlamentarismo há poucos anos. Logo, Sr. Presidente, a crítica que se fazia ao parlamentarismo não procedia.

Sr. Presidente, é também meu intuito no discurso que ora faço à beira da campa do parlamentarismo, após seu sepultamento e ocorrência de seus funerais, dizer que não procede a alegação de que o parlamentarismo é sistema de governo fraco.

Para contestar tal afirmação, exemplifico com o ocorrido na última Guerra, quem comandou a reação contra a ofensiva nazifascista senão o Gabinete Inglês pela figura verdadeiramente genial de Winston Churchill?

Sim, Sr. Presidente, foi com emoção que há pouco tempo, ao mês passado, visitei os subterrâneos e o Gabinete sob sua chafia. Conheci Churchill a Última Guerra, especialmente num dos seus momentos mais cruciantes para humanidade, quando declarava não mais existir na Inglaterra sequer um avião para levantar vôo mas que ele confiava nos destinos de sua Nação e na capacidade de resistência dos ingleses. Pois bem, nobres Srs. Senadores, que exemplo de mais firmeza de governo do que do Gabinete Inglês chefiado por Winston Churchill?

Sr. Presidente, o fato ocorrido aí está, o parlamentarismo foi sepultado. Estamos muito a vontade para declarar que nunca tivemos o mistério de forma de Governo — Parlamentarista ou presidencialista — o essencial é que ele funcione visando ao bem da coletividade, e poderéi ir até a doutrina de Thomas de Aquino "Todo o Governo é bom contanto que se dedique com segurança e honestidade à defesa dos interesses do povo e à defesa dos interesses da coletividade". Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, era de meu desejo vir a tribuna somente quando pudesse fazer ecoar nesta Casa um pouco daquelas reivindicações que, meu coetâneos, meus irmãos da Amazônia, anseiam sejam formuladas aqui.

Neste momento, porém, tenho que cumprir delegação que me foi solicitada por pais e mestres das escolas do Plano Piloto de Brasília.

Tenho participado de reuniões do Círculo de Pais e Mestres, nas quais tenho ouvido e sentido não somente a preocupação mas, principalmente, a angústia daqueles que vêem os filhos sacrificados nas matriculas nos Ginásios do Plano Piloto e deles excluídos sob a promessa de matrícula no Ginásio Industrial do Plano Piloto cuja

construção ainda não está concluída, e não há prazo estabelecido para sua conclusão. Assim, Sr. Presidente, impressionado pelo problema, fui encontrado na Escola Classe da Superquadra 308, o teto emergendo ruir; e, na Escola-Parque, a única existente em Brasília, o pavilhão destinado ao ensino de artes industriais com as paredes de concreto, emarradas com arame, ameaçando desabar, nas salas onde as crianças estão tendo aula, ficando assim, ameaçadas na sua integridade física.

É longa, Sr. Presidente, a história de certos fatos de Brasília. No que diz respeito ao ensino, é realmente triste o que se ouve. É lamentável o que se conhece, o sofrimento que tem sido exigido aos professores, que para lá vieram ansiosos de servir à Pátria. Há, ainda, histórias, sobre as quais é melhor não mencionar, silenciar para não agravar, ainda mais, a situação.

O de que se trata agora, Sr. Presidente, é de fazer chegar ao Senhor Presidente da República todas as solicitações, todos os apelos formulados anteriormente a outras autoridades que, por este ou aquele motivo, não atendem às reclamações, e não cumprem, ao menos, as promessas feitas de apressar a reparação de tudo o que está positivamente errado.

Sr. Presidente, valendo-me do que me facilita o Regimento desta Casa, vou encaminhar a Mesa requerimento de informações, que endereço com todo respeito ao Senhor Presidente da República, para que as autoridades ou os órgãos competentes do Executivo se dignem informar não somente por que as escolas do Plano Piloto de Brasília chegaram a tão triste situação como, também, por que não se dá atenção aos reclamos dos professores, que continuam recebendo salários írisórios e permanecem sem habitação condigna. Agora, não é somente o professor o atingido, mas também os alunos, na sua integridade física, pelo ambiente de certas escolas de Brasília. Assim sendo faço eco, nesta Casa, às palavras de pais que têm estado de repartição em repartição, de casa em casa, nesta Brasília que tanto está a clamar para que solucionem os problemas que aí estão, há muito tempo, e que, apesar de comentados nesta Casa, não têm recebido a atenção merecida.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Pois não.

O Sr. Vasconcelos Torres — Por este motivo, minha família que comigo veio para Brasília, um ano depois teve que retornar ao meu Estado. Vim para Brasília — trazendo quatro filhos menores — acreditando naquilo que me diziam na Câmara Federal: que as escolas aqui, seriam completas, porque obedeceriam a um sistema de ensino moderno. Meu filho mais velho teve que ir para a Cidade Livre estudar num galpão; minha filha abaixo dele foi para uma escola primária, onde a professora teve, honestidade de declarar, que há quinze anos não lecionava. (Riso) Não teve outra alternativa senão transferir para meu Estado as minhas crianças que para cá vieram na certeza de que encontrariam ensino adequado. Se há eminente Senador Cattete Pinheiro um problema crucial aqui em Brasília — perdoo-me V. Ex.ª dizer com toda honestidade, com toda a pureza, eu que também cá nesta espécie de condomínio-viário é o da educação. Hoje, eu que relatei o Projeto que criou a Universidade de Brasília, na Câmara Federal, vejo que o sonho de um punhado de idealistas se esborça diante da realidade que tão cruentamente Vossa Ex.ª define, no dia de hoje. Este é um assunto que está a requerer a atenção das nossas autoridades, e eu só não desejo que os outros pais com man-

dato parlamentar como eu tenho, passem pela mesma decreção por que passem. Vejo um sem número de Deputados e Senadores que se estão radicando em Brasília mas sentindo que aqui, só o que funciona é o Legislativo. Funciona também o Judiciário, mas o sistema educacional é falho. Tem uma ampla cobertura publicitária, mas põe em risco até a própria vida dos alunos, como cita agora, Vossa Ex.ª, por exemplo. No que diz respeito ao ensino superior, é grande o número de brasileiros que para aqui vêm cursar a Universidade. Polímeros garantido que aqueles que passassem no vestibular teriam assegurada sua estadia nesta capital, proporcionada pela própria Universidade de Brasília. Outro conto-do-viário! Conheço dezenas de moços que não têm onde morar, nem têm o ganho suficiente para sua subsistência. Apenas aparelho V. Ex.ª para fazer coro com as suas palavras e pedir às autoridades responsáveis por Brasília e pelo País que esse estado de coisas não permaneça e o assunto seja definitivamente resolvido.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Agradeço ao nobre Senador Vasconcelos Torres o depoimento sincero e honesto com que V. Ex.ª vem enriquecer a justificativa deste requerimento.

O Sr. Joaquim Parente — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Pois não.

O Sr. Joaquim Parente — Ouvei com a maior atenção as justas ponderações de V. Ex.ª em relação ao ensino em Brasília e estou inteiramente solidário com o requerimento que encaminhá a Mesa. Realmente o assunto está a merecer das autoridades a maior atenção possível. O Sr. Presidente numa escola do Plano Piloto — da Superquadra 193 — a um Deputado procurar uma vaga para um dos seus filhos e não encontrá-la. A tarde, estando com o Prefeito do Município a S. Ex.ª disse fato e recebeu dela uma notícia muito agradável: a de que dentro de poucos dias, serão inauguradas, no Plano Piloto, mais quatro escolas que, certamente, poderão receber cerca de noventa alunos. Mesmo assim o assunto está a merecer melhor atenção. Por esta razão, associo-me inteiramente aos justos repates que V. Ex.ª faz no momento, ao sistema educacional de Brasília.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Obrigada a V. Ex.ª.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Não acho justas nem razoáveis as censuras do nobre Senador Vasconcelos Torres, digno representante do Estado do Rio de Janeiro, para se erigir uma capital no centro-oeste do País, num lugar de poucos recursos e preço tão altos de uma parcela de sofrimento a esse ideal. Lembremos, a propósito, o que houve na Austrália, o que houve no Turquia: nos primeiros tempos das novas capitais os alunos não recebiam instrução em casas de palha e de madeira. Acho que não há motivo para censuras tão acres e profundas. Não é exato que não haja escolas em Brasília. Pelo contrário, em Brasília há muitas escolas boas, principalmente colégios particulares. Parece-me que todos os brasileiros que desejam o progresso da Pátria que desejam que Brasília se reflita em toda a nossa hinterlândia devem fazer algum sacrifício para que essa obra se realize, se complete e se estratifique.

O Sr. Vasconcelos Torres — Perdo-me o nobre Senador Cattete Pinheiro esta nova intervenção. Como Senador, recebo o reparo do eminente

Art. 62. O titular da patente poderá obter o cancelamento da licença de exploração, quando provar que o respectivo concessionário faltou com as obrigações que assumiu, deixando de iniciar a exploração do invento dentro do prazo estabelecido no art. 59, ou interrompendo-a por prazo superior a um ano.

Art. 63. Do despacho que conceder ou denegar o cancelamento da licença de exploração da invenção, caberá recurso, dentro de sessenta dias.

Projeto de Lei do Senado

DECRETO-LEI Nº 7.903, DE 27 DE AGOSTO DE 1945

CAPÍTULO XIII

Das invenções ocorridas na utilização do invento, do modelo de utilidade, de desenho e de modelo industrial.

Art. 64. Se durante a vigência do privilégio, os interesses nacionais exigirem a vulgarização do invento, do seu uso exclusivo pela União, poderá esta desapropriar a patente, mediante indenização ao seu titular.

§ 1º A desapropriação será efetivada por ato do Presidente da República, mediante proposta do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ou face do parecer e avaliação da Comissão por este designada e constituída de três membros, dentre os quais um perito da Propriedade Industrial.

§ 2º Não aceitando o titular da patente o valor arbitrado, proceder-se-á judicialmente na forma do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

CAPÍTULO XVI

Da extinção e caducidade das patentes de invenção, de modelo de utilidade, de desenho ou modelo industrial

Art. 76. As patentes extinguem-se:

1º) a de invenção, pela expiração do prazo legal;

2º) a de modelo de utilidade, pelo transcurso do prazo de cinco anos, sem que o concessionário ou cessionário haja obtido a prorrogação, ou pela expiração do prazo total de dez anos;

3º) a de desenho ou modelo industrial, pelo transcurso do prazo de três anos, sem que o concessionário ou cessionário haja obtido a prorrogação, ou pela expiração do prazo total de quinze anos;

4º) pela renúncia do respectivo proprietário constante de declaração em forma legal.

Art. 77. Caducarão as patentes automaticamente:

1º) as de invenção e modelo de utilidade, se não forem pagas as anuidades nos prazos legais, ressalvado o caso de restauração previsto no art. 207;

2º) as de desenho ou modelo industrial, se não forem pagas, dentro dos respectivos períodos, as contribuições trienais, ressalvado o caso de restauração previsto no art. 205, parágrafo único.

§ 1º Caducarão, ainda, as patentes de invenção, modelo de utilidade e desenho ou modelo industrial, a requerimento de quem, com legítimo interesse, provar perante o Departamento que os respectivos titulares, ou seus representantes legais, sem motivo de força maior, não fizeram no país uso efetivo da invenção, modelo ou desenho conforme for o caso, por tempo superior a três anos consecutivos.

§ 2º O uso efetivo se comprova com o funcionamento regular da atividade a que se refira a patente

Art. 78. Apresentado o pedido de caducidade, será notificado oficialmente o titular da patente, marcando-se-lhe o prazo improrrogável de sessenta dias para dizer o que for do seu interesse.

Art. 79. A caducidade da patente será sempre declarada por despacho do Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, devidamente publicado.

§ 1º Do despacho que conceder ou denegar a caducidade, caberá recurso, dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º Passando em julgado o despacho concessivo da caducidade, será expedida portaria do Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, para conhecimento de terceiros, caindo a invenção no domínio público.

O SR. PRESIDENTE:

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Leite Neto.

O SR. LEITE NETO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, venho a tribuna a fim de fazer algumas considerações à margem do problema da reforma agrária no País.

Quando na Câmara dos Deputados apresentei projeto criando o Fundo Nacional da Reforma Agrária e estabelecendo um plano de emergência, declarei na justificativa: "Reforma agrária ou revolução." Hoje, entretanto, com a evolução do tempo, completo a minha afirmação: "Reforma agrária sem demagogia." Reforma agrária em consonância com os ditames da técnica e da ciência, especialmente dessa ciência tão esquecida por todos aqueles que falam em reforma agrária — a economia rural e as ciências agrônomicas.

Sr. Presidente, antes de entrar nas considerações específicas da matéria gostaria de firmar, perante este Senado, determinados princípios de filosofia política, que norteiam o meu comportamento nesta Casa.

O Direito, como todas as criações fundamentais da humanidade, está sujeito a perene evolução. A ciência não pára porque ela está condicionada a novas pesquisas, a verdades que, diariamente, vão sendo descobertas na evolução dos conhecimentos humanos.

Por isso o Direito brasileiro — o Direito Constitucional como o Direito privado — não pode parar, não pode estacionar, sofre obrigatoriamente o processo da evolução e do aperfeiçoamento, em consonância com as realidades sociais que surgem momento a momento.

Sr. Presidente, a função precípua de um Parlamento, do Parlamento brasileiro — Câmara e Senado — outra não é senão a de representar o papel de órgão específico, revelador do Direito. E o Direito legislado nada mais deve ser do que a consubstanciação, em norma jurídica, daquilo que realmente representa as grandes aspirações nacionais, os grandes anseios da coletividade brasileira. Esses princípios aplicam-se, de preferência, ao direito de propriedade. Sou dos que o defendem, dos que entendem que ele não pode ser proscrito, não só em face da nossa Constituição, mas em face dos princípios que norteiam a civilização cristã da nossa gente. A sua existência, porém, está condicionada ao uso da propriedade, como função social. A propriedade, hoje, já não pode ser usada contrariando os interesses fundamentais da coletividade. Em matéria de reforma agrária, por exemplo, se tomarmos como base a existência de grandes latifúndios improdutivos, chegaremos à conclusão de que, em face do Direito moderno — do Direito Privado e do Direito Público Constitucional — e em face da evolução do Direito Público

Interno, e ainda em consonância com os princípios pregados pela própria Igreja Católica, notadamente nas duas Encíclicas famosas — a *Rerum Novarum*, no final do século passado, e a *Mater et Magistra*, há poucos anos — se o direito de propriedade representa realmente um dos direitos fundamentais concernentes à pessoa humana, esse direito deve ser exercido no interesse da coletividade.

Baseado nesses princípios, Sr. Presidente, é que hoje sustento e defendo a necessidade do estabelecimento de uma lei adequada à implantação de uma reforma agrária para o Brasil. Chegarei até, se necessário for, para diminuir dificuldades e afastar-las do caminho da evolução social da Pátria brasileira, a apoiar uma emenda constitucional que vise, não a abolir o direito de propriedade, mas a disciplinar esse direito, em consonância com a evolução dos tempos modernos.

Sallient há pouco que, em linhas gerais, prego para o Brasil uma reforma agrária, não norteada por "slogans" inúteis, por princípios demagógicos, mas que se alicerce verdadeiramente na realidade brasileira e se harmonize com os preceitos da economia agrária e das ciências econômicas.

De passagem, chamo a atenção do Senado para o fato de que a maioria desses que pregam a reforma agrária, esquecem-se completamente de ouvir a palavra autorizada dos técnicos que vivem nos campos, dos agrônomos, dos técnicos rurais, dos veterinários, desses homens que, no dia a dia do exercício das suas profissões, estão capacitados para opinar sobre as conveniências e os processos adequados a uma reforma agrária.

Reforma agrária, Sr. Presidente, significa, até certo ponto, concorrer para o desenvolvimento econômico do Brasil, para que o nosso País saia realmente da fase de subdesenvolvimento, e alcance uma plena maturidade, uma fase de bem-estar social. Sob esse aspecto, nenhuma outra providência mais se justifica, do que a reforma agrária. Somos, como uma grande parte da humanidade, uma população sujeita aos efeitos da fome e da subfome. Infelizmente, quase dois terços da humanidade sofre, no momento, esses efeitos nefastos. No Brasil, apesar da sua extensão territorial com grande área agricultável, infelizmente, em determinadas regiões passa-se fome e sofre-se de subfome.

No Norte e no Nordeste, o fenômeno, por assim dizer, endêmico, especialmente nas épocas calamitosas das secas. Paradoxalmente, na Amazônia, por circunstância inversa — o excesso de água — as inundações tornaram precárias as condições de vida naquela Região.

Por conseguinte, admito a revisão das nossas leis, no que tange à estrutura agrária do País. Admito a reforma da Constituição, tendo também por objetivo precípua a reestruturação agrária da nossa Pátria. Entretanto, tenho insistido em que a reforma agrária deve ser feita dentro dos princípios que norteiam, não só a ciência como a própria realidade nacional.

Já registrei, Sr. Presidente, a necessidade de associarmos os princípios da reforma agrária aos de colonização. Em nosso País, que dispõe de áreas de grandes dimensões totalmente abandonadas, para resolver o duplo problema — a reforma agrária e o povoamento — não precisamos de leis nem de reforma da Constituição. Para a concretização de um grandioso plano de colonização agrária é suficiente apenas que o governo se movimente, que o Ministério da Agricultura passe a existir, porque, infelizmente, até o presente momento, esse

Ministério não executa as funções fundamentais próprias de órgão específico, como realmente o é.

Sr. Presidente, não há neste País sequer a organização perfeita de um cadastro rural que sirva de orientação para estudos adequados sobre os problemas da reforma agrária. Isto ainda não se fez.

Outro passo elementar que o Governo deveria dar seria a nomeação de técnicos, agrônomos, veterinários e especialistas em economia agrária, os quais, uma vez convocados, colaborariam com o Ministério da Agricultura na solução dos problemas mais complexos, mais elementares, até hoje inexistente numa instituição pelo Ministério específico.

Falando em reforma agrária, quero acrescentar, como já o fiz mais de uma vez, que entendo que a existência de latifúndios improdutivos não tem mais razão de ser; e um atentado contra o próprio espírito da Constituição, um atentado contra o espírito da legislação moderna, fariamos ao mesmo tempo dos proprietários de latifúndios, porque eles realmente não exercem atividades rurais nem agrícolas. O grande latifundiário, via de regra, reside nas grandes capitais, nos grandes centros urbanos e não compartilha das lides do verdadeiro fazendeiro, que vive integrado com a terra na luta gigantesca para colar a produção de alimentos indispensáveis à satisfação de necessidades imperiosas para a nossa população. Mas, dizia eu que muitas das medidas que estabelecem as precondições para a reforma agrária — as medidas e as precondições — já de há muito deveriam ter sido atacadas, inclusive pelos Governos anteriores.

Não se concebe que ainda hoje estejamos sem solução problemas fundamentais de assistência ao pequeno lavrador. Falo "pequeno lavrador", porque quem enfrenta o problema da reforma agrária pressupõe, na distribuição equidista da terra, a elevação gradativa e bastante substancial do número de proprietários novos. Fentão, temos que ficar entristecidos, ao observar que os pequenos agricultores já existentes ainda não dispõem da menor assistência técnica por parte do Ministério que, infelizmente, até hoje, não quis existir no Brasil — o Ministério da Agricultura. Oxalá, nesta nova fase, ele realmente se disponha a atacar essas medidas elementares.

Sr. Presidente, o pequeno proprietário rural do Brasil, quer se dedique à agricultura, quer à pecuária, e um homem desconhecido pelos Poderes Públicos da União; não dispõe de assistência para fomentar e aperfeiçoar o seu rebanho nem de sementes selecionadas, em tempo oportuno, de maneira a que possa verdadeiramente aproveitar o ciclo vegetativo das culturas. E um homem esquecido por aqueles responsáveis pela distribuição do crédito rural no Brasil. Iniciaram-se lítebras experiências, que não têm sido levadas adiante com espírito prático e pertinácia.

Mitnas afirmações nada encerram de novo, mesmo porque nada há de novo sobre a terra, especialmente em matéria de ciência. E nada digo de novo porque quem abre as páginas da *Mater et Magistra*, as já corriqueiramente e reflexionadas sobre os capítulos referentes às injustiças cruciais que se perpetram contra a economia agrária, contra aqueles que vivem no campo duramente, trabalhando de sol a sol; contra aqueles que não têm oportunidade de frequentar cinemas; contra aqueles que não dispõem da mais elementar assistência médica; contra aqueles cujos filhos permanecem na noite da escuridão do analfabetismo — infelizmente, as escolas estão localizadas a grandes distâncias

e são insuficientes para atender os seus filhos porque, lamentavelmente, e uma vergonha dizer-se, neste País cerca de cinco milhões de crianças não frequentam escolas porque elas não existem — verificará que antes de atacar fundamentalmente o problema da reforma agrária, urge que o Governo não perca tempo e seja o primeiro a dar o passo decisivo. Estou certo de que obterá resultados compensadores se ele realmente implançar todos os setores da agricultura e da pecuária, se der assistência ao pequeno agricultor e se tirar a preocupação que reputo fundamental, como medida preparatória, como uma das pre-condições para a solução do problema agrário no Brasil — organização cooperativista em nossa Pátria.

Sr. Presidente, não acredito no fruto da reforma agrária em nosso País se ela não se orientar rigorosamente pelos princípios do cooperativismo, cooperativismo que hoje prevalece em todos os países do mundo, não só de regime democrático, como também nos da chamada "Cortina de Ferro", que tanto se aproximam, sob certos aspectos, dos princípios democráticos embora e muitos deles se afastam lamentavelmente.

Na verdade, tanto na Rússia soviética e nos países da sua órbita, nos países satélites, como nos Nacões Democráticos do Velho Mundo verificamos que uma das vantagens primárias, preponderantes de maior influência na luta contra o subdesenvolvimento econômico é, incontestavelmente, a organização cooperativista. Vou demonstrar como isto é verdade.

O objetivo principal, fundamental da reforma agrária é a elevação da produtividade nos campos: é fazer que a mesma terra produza com mais eficiência, na luta contra a tremenda fome que assola o mundo e em particular o Brasil. Essa produtividade só pode ser elevada por três processos: mecanização, irrigação e aduba-

ção. Mas acontece, Sr. Presidente, que cada um dos três processos agrários está em um limite mínimo e o limite mínimo da propriedade. Por exemplo, como a Prússia, a Tchecoslováquia, a Jugoslávia, que, inicialmente, fixaram como limite para uma reforma agrária apenas dez hectares, com a experiência da queda da produção, chegaram à conclusão de que é necessário elevar, se mínimo e a Prússia elevou-o até cem hectares e o que considero um limite razoável, inclusive para o Brasil. Entretanto, não considerando a propriedade de na faixa de cem hectares, não é admissível que um proprietário rural de apenas cem hectares disponha de recursos para adquirir um trator, máquinas de irrigação e os adubos indispensáveis à fertilização de suas terras. Se o proprietário de cem hectares não pode adquirir essas máquinas, uma cooperativa que compreenda vinte ou cinquenta pequenos proprietários dessa natureza poderá ter as suas equipes mecanizadas para atender a todos.

A questão apenas, Sr. Presidente, de resolver os problemas de maneira racional. Sem a organização cooperativista vamos distribuir terras àqueles que não têm possibilidades de elevar a sua produtividade, terras que continuam a ser cultivadas, em poucos dias em grande parte da nossa Pátria, na maioria dos Estados — eu não conheço todos e não afirmo — no processo de terra colonial. O processo da enxada é simplesmente utilizado em Estados de elevada grau de civilização e prosperidade.

Esta observação é o produto das estatísticas que tenho feito, mesmo em São Paulo, ainda hoje em grande parte de cultivo. A utilização do processo colonial da enxada.

Então, Sr. Presidente, como mecanizar, como primeiro distribuir a terra, fazer a distribuição equitativa, dar oportunidade a todos aqueles que desejam cultivá-la em que tenham possibilidade de fazê-lo?!

A História tem demonstrado — não somente em nosso País, devido a algumas experiências fracassadas, mas em outros Países inclusive os socialistas — que não adianta distribuir terras se não se dão ao agricultor, ao colono, ao camponês, os instrumentos adequados a fim de que, realmente, essas terras lhes possam dar, razoavelmente, tudo quanto racionalmente esperado.

Sr. Presidente, a diferença de produtividade entre uma terra cultivada pelo processo rudimentar da enxada e uma terra cultivada pelo processo moderno de revolvimento, por meio do trator e outros equipamentos agrícolas, da irrigação e da adubação é maior, digamos assim, do que a distância que separa o período colonial dos dias de hoje.

Sr. Presidente, todas essas medidas poderiam se tomadas imediatamente. Certa feita sugeri ao eminente Presidente da República que S. Exa. com arrojo, com espírito revolucionário revolucionário no bom sentido, empreendesse o trabalho, porque, sem esse espírito, pouco se consegue em países novos como o nosso. Aconteceu o que, com espírito revolucionário metesse mãos à obra a fim de realizar, imediatamente, grandioso plano de colonização no Vale do Amazonas, no Vale do São Francisco, no Vale do Rio Doce, em todos os vales úmidos do Brasil. Ali seriam organizados núcleos coloniais com meios para enfrentar os problemas que implicam: o problema da educação para os filhos dos lavradores; o problema da assistência médica; o problema da saneamento; o problema da abastecimento; o problema da assistência social, enfim, todos os problemas que se relacionam com os direitos fundamentais da pessoa humana.

Se, ao revés dessa orientação, entregarmos terras do Brasil a novos proprietários sem se amparar, assistências, dentro em pouco, ao espetáculo doloroso do mais cruento fracasso de uma aspiração nacional. Veremos brasileiros hospedados em casas de cachorro, como dizia o grande José Américo de Almeida: brasileiros dominados pelas verminosas, brasileiros, nascidos naquelas regiões, continuam, desgraçadamente, pelo tempo aferrados, sem conhecer os princípios elementares da civilização, através da alfabetização mínima. Não iríamos, por conseguinte, resolver problemas e sim criar novas e angustiantes questões para a nossa Pátria.

Naquela ocasião dizia eu ao Presidente João Goulart que se S. Exa. iniciasse, imediatamente, plano de reforma e colonização, estabelecendo no primeiro ano apenas a amostra com núcleos-piloto, e mil núcleos no segundo ano, e assim, num crescendo sucessivo, aproveitaríamos racionalmente, no espaço máximo de 5 anos, cerca de 20.000.000 de hectares de terras. Dármos oportunidade a todos os brasileiros que, tangidos pelos efeitos climáticos da seca, emigram do Nordeste em busca de regiões mais felizes, capazes de lhes possibilitar auferir da terra os meios indispensáveis à satisfação das suas necessidades de alimentação. Além disso, estaríamos concorrendo, eficientemente, para resolver o problema de abastecimento das grandes cidades.

Sr. Presidente, não me quero alongar em assunto ao qual terei de voltar, porque é tão complexo que, quanto mais se o estuda, mais se chega à conclusão de que é necessário encontrar para ele, imediatamente, uma solução. Divagações acadêmicas e teóricas nada resolvem. Então, por que

não se consegue 100%, nada se faz, fica-se na estaca zero? Não! Uma das questões que mais aflige o nosso povo, por que peculiar ao Brasil — embora não seja eu quem o reconheça — é a que também ocorre na África e na Ásia: o êxodo rural. Notem bem V. Exas., a gravidade do fato. Num momento em que se cogita da reforma agrária, o mais angustiante problema deste País é o êxodo rural.

Tem ele suas causas específicas, vamos dizer, adjudicantes, resultantes, sobretudo, do abandono completo do homem rural. Não tendo ele assistência social, assistência educacional, distrações no campo, é, por assim dizer, seduzido pela vida trepidante das grandes cidades. Sabe ele que, deixando as fileiras dos que moagem no exército dos que trabalham nas indústrias, terá melhores vencimentos, o amparo da legislação trabalhista e assistência social. Então, abandona o campo.

Observemos, Sr. Presidente, as consequências: de produtor de alimentos passa ele a consumidor de alimentos, agravando, ainda mais, a situação econômica do nosso País.

O SR. PRESIDENTE — Peço licença ao nobre Senador Leite Neto para fazer uma comunicação ao Plenário.

O SR. LEITE NETO — Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Srs. Senadores, é com imenso prazer que anuncio a presença na tribuna de honra do plenário, dos Excelentíssimos Senhores Arcebispo de Diamantina, Bispo de Campos e Professor Plínio Correia de Oliveira.

Vieram os três a esta Casa em visita especial, trazendo copiosa colaboração para o estudo da reforma agrária, depositando aqueles subsídios no Gabinete da Presidência. São manifestos assinados por cerca de vinte e sete mil pessoas, interessadas nas atividades do campo, que vivem, no momento, os problemas suscitados pelas discussões entre doutos na matéria.

Convidei S. Exas. a comparecerem ao recinto do plenário a fim de que, assistindo um pouco à nossa sessão, testemunhem e apreçam, a consideração, o acolhimento e sobretudo, o respeito do Senado a visitas tão ilustres e eminentes, dispensando a colaboração que nos trazem e nos oferecem, o apêgo que ela merece.

Tive o prazer de informar a Suas Exas. que o Senado já ofereceu cooperação concreta ao debate do magno problema, aprovando um projeto que consolida ou consubstancia todos os estudos feitos até o presente sobre o assunto. Esse projeto acha-se hoje em discussão na Câmara, conhecido como Projeto Milton Campos.

Creio traduzir o pensamento de todos os Srs. Senadores, assegurando — como já o fiz às três eminentes figuras que nos visitam — que o Senado continuará dispensando ao estudo da matéria, como o faz, em terra, com relação a todos os problemas nacionais, a serenidade e o equilíbrio costumeiro, e sobretudo, agindo com desejo de acertar, no interesse de atender às justas necessidades e realidades do nosso povo.

Esta é a comunicação que me julguei no dever de fazer aos Srs. Senadores, interrompendo, por momentos, o ilustre orador, nobre Senador Leite Neto, a quem peço continue seu discurso a quem, de novo, cedeo a palavra.

O SR. LEITE NETO — Sr. Presidente, a *Mater et Magistra* consubstancia, ensinamentos verdadeiramente admiráveis sobre o problema da reforma agrária. Estou convencido de que, na elaboração desse notável documento, colaboram homens eminentes, do mais alto nível intelectual e técnico.

Examinando as injustiças perpetradas contra o homem do campo, os agricultores, os camponeses, essa Enciclica representa um grito de libertação da consciência cristã do mundo inteiro. Em poucos anos o Papa João XXIII fez progredir os princípios sociais da Igreja, com uma rapidez de séculos, por assim dizer.

Partindo da "Rerum Novarum", no final do século passado, S. Santidade consubstanciou as grandes conquistas da Humanidade na era presente e tornou a Igreja uma pregoeira, uma defensora intransigente desses princípios fundamentais.

Sr. Presidente, esses princípios, que de maneira geral poderão aplicar-se a toda legislação do nosso tempo, estabelecem uma série de regras, dentro as quais figuram:

"Dar emprego ao maior número possível de trabalhadores; evitar que se constituam categorias privilegiadas, mesmo entre trabalhadores; manter uma justa proporção entre salários e preços; tornar acessíveis bens e serviços de interesse geral ao maior número de cidadãos; eliminar ou reduzir os desequilíbrios entre os setores da agricultura, da indústria e dos serviços; realizar o equilíbrio entre a expansão econômica e o desenvolvimento dos serviços públicos essenciais adaptar, na medida do possível, as estruturas produtivas aos progressos das ciências e da técnica Moderar.

Note bem, Sr. Presidente:

"... moderar o teor de vida. A melhorado, da geração presente, tendo a intenção de preparar um futuro melhor, às gerações futuras."

Em seguida, Sr. Presidente, examinando por maior, os problemas da agricultura, faz estudo realmente admirável — sobre o qual não me deterei de referência à política econômica apropriada à agricultura, ao regime fiscal, ao regime de capitais, a juros convenientes, ao regime de seguros sociais e previdência, enfim, à defesa dos produtos da agricultura.

Sr. Presidente, já salientei que a reforma agrária representa uma parcela da luta contra o subdesenvolvimento econômico do País. Quem fala em subdesenvolvimento tem que rever uma série de pre-condições que devem ser enfrentadas e resolvidas na luta contra este subdesenvolvimento.

Em cada país, variaram essas pre-condições.

Países como a Inglaterra e os Estados Unidos orientam-se na sua luta contra o subdesenvolvimento econômico determinando sobretudo, a abertura de estradas de ferro, que muito concorreram, como elementos primordiais, para a conquista do desenvolvimento econômico e do bem estar social.

Ao terminar, e resumido, Sr. Presidente, quero que, como pré condições para a reforma agrária, temos de, em primeiro lugar, resolver e implançar, de maneira decisiva o problema educacional em nosso País, mas em caráter revolucionário, no sentido de conseguir a erradicação do analfabetismo. Mais ainda, Sr. Presidente: levar ao meio rural o ensino e a educação indispensáveis à adaptação local dos camponeses à terra onde vivem.

Outra condição indispensável é a defesa sanitária do meio rural. Infelizmente, as endemias rurais infestam o nosso País, dizem as populações dos campos, sem que haja qualquer providência racional por parte dos Poderes Públicos.

Assim sendo, é necessário, estabelecer essas pre-condições. Resolvidos os problemas de educação, saúde, transporte e racionalização da própria

agricultura, estaremos em condições de dar uma orientação científica à reforma agrária em nosso País, problema que requer solução adequada, urgente e patriótica. Sim, porque não podemos permanecer indefinidamente catastróficos.

O Sr. Presidente terminou como começou: a ciência jurídica, como todas as ciências, está sujeita a perene evolução, e o direito que rege a propriedade no Brasil tem que receber os influxos benéficos da realidade do nosso tempo, das aspirações e dos anseios da comunidade brasileira. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador José Kairala, na forma do Art. 65, do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ KAIRALA:

(Lendo)

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1963

Estende aos magistrados e membros do Ministério Público dos Territórios Federais e do Estado do Acre as vantagens da Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos magistrados dos Territórios Federais e do antigo Território Federal do Acre, hoje Estado do Acre, e atribuída, pelo efetivo exercício naquelas áreas, uma diária correspondente a 1/20 (um vinte avos) de seus vencimentos.

Art. 2º Aos membros do Ministério Público dos Territórios Federais e do antigo Território Federal do Acre, hoje Estado do Acre, e atribuída, pelo efetivo exercício naquelas áreas, uma diária de 1/20 (um vinte avos) de seus vencimentos.

Art. 3º As diárias concedidas por esta lei, a partir de 21 de abril de 1963, irão sendo gradual e obrigatoriamente absorvidas na razão de 30% (trinta por cento) do aumento ou reajustamento dos atuais vencimentos dos beneficiários por esta lei.

Art. 4º Anula-se, no que couber, os Decretos que regulem a Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, e alterações posteriores.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei serão atendidas, no presente exercício, pelo crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), que fica desde já aberto.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões. — José Kairala, Senador.

Justificação

As vantagens fixadas inicialmente por Decretos do Poder Executivo, e, finalmente, pela Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, tiveram como principal fundamento as difíceis condições de vida na nova Capital da República. Não se pode, porém, negar que as condições de vida nos Territórios Federais apresenta características muito mais difíceis que a vida em Brasília.

Os Territórios estão situados em longínquos rincões de nossa Pátria, onde o custo de vida é maior do que em qualquer outro ponto do País e onde não existe o mínimo de condições de habitabilidade tais como luz elétrica permanente, água encanada, esgotos, facilidade de comunicações, redes telefônicas e estradas de rolagem. Daí mesmo a dificuldade que vem encontrando o Excmo. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios em nomear os inúmeras vagas de Juiz Substituto, e Promotor Substitu-

to, igualmente, que existem há vários anos naquelas áreas.

O exercício das altas funções de magistrado e de promotor impõe, naquelas regiões, uma soma de sacrifícios que não se verificam na nova Capital da República, de forma alguma.

A Justiça dos Territórios constitui a primeira instância da Justiça do Distrito Federal. Os Juizes dos Territórios tomam posse perante o Presidente do E. Tribunal de Justiça do Distrito Federal, após concurso público de provas e títulos prestado perante o mesmo Colendo Tribunal (arts. 50 e 58 do Decreto-lei nº 6.887, de 21 de setembro de 1944, e arts. 10, letra e e 14, parágrafo único da Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960 (Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal de Brasília), pelo que, a rigor, assumem seus cargos em Brasília. Distritos Federal e são mandados servir nos mais diversos lugares dos Territórios.

O Procurador-Geral da Justiça do Distrito Federal é o chefe do Ministério Público dos Territórios Federais, quem organiza o concurso para Promotor Substituto dos Territórios, quem lhes dá posse, concede licenças, aplica penalidades, etc.

Nada mais justo, portanto, que estender-se, desde a data em que seus colegas de Brasília passaram a receber, as vantagens da Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, aos magistrados e aos membros do Ministério Público dos Territórios Federais, inclusive do antigo Território Federal do Acre, hoje Estado-membro da Federação.

Conveniente ressaltar que são apenas oito os Magistrados e quatorze os Promotores Públicos que seriam beneficiados por este projeto, que constitui, além de medida da mais elementar justiça, um estímulo ao preenchimento das vagas existentes, tanto de magistrado como de promotor, cujo número atinge mais de metade das Comarcas existentes nos Territórios Federais.

Sala das Sessões, em 11 de julho de 1963 — José Kairala, Senador.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.019, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

O Presidente da República decreta:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Aos Membros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal de Contas da União, ao Procurador, aos Auditores e aos Procuradores-Adjuntos do Tribunal de Contas da União e atribuída, pelo efetivo exercício em Brasília, uma diária correspondente a 1/20 (um vinte avos) de seus vencimentos.

Art. 2º Aos funcionários públicos federais e autárquicos, pelo efetivo exercício em Brasília, é concedida uma diária na base de até 1/30 (um trinta avos) dos respectivos vencimentos.

Art. 10. Aos Membros do Tribunal de Justiça e da Justiça da 1ª Instância do Distrito Federal e ao Juiz-Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília fica assegurada a percepção de diária prevista no art. 1º desta lei.

Parágrafo único. Por igual fica assegurada ao Procurador-Geral da Justiça e demais Membros do Ministério Público do Distrito Federal, a percepção da diária prevista no art. 2º da presente lei.

Art. 16. Ficam aprovadas as diárias e ajudas de custo concedidas até esta data, a qualquer título, aos beneficiários pela presente lei, em virtude da transferência da Capital da União para o Planalto Central do País.

O SR. PRESIDENTE:

Com a palavra o nobre Senador Lopes da Costa. Previno a V. Exª de que dispõe apenas de dez minutos.

O SR. LOPES DA COSTA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, vários têm sido os apelos que recebo das classes conservadoras, do Presidente da Associação Comercial e do Prefeito Municipal de Corumbá, com relação à paralisação do comércio daquela praça com a República da Bolívia, em virtude de haver o Senhor Ministro da República vindo baixar Portaria determinando às autoridades alfandegárias, em Porto Suarez, que proibam a entrada das mercadorias brasileiras, mesmo aquelas que estejam dentro do Convênio com aquele País.

Esta é razão por que, Senhor Presidente, vou encaminhar ao Senhor Ministro das Relações Exteriores requerimento de informações nos seguintes termos:

(Lendo):

“Sr. Presidente: Nos termos do Regimento Interno desta Casa, solicito a Vossa Excelência, se digna encaminhar ao Excmo. Senhor Ministro das Relações Exteriores, o seguinte requerimento de informações:

1º — Se o referido Ministério tem conhecimento de que o Convênio Interregional Brasil e a Bolívia, assinado entre as partes no dia 29 de março de 1958, promulgado dia 13 de julho de 1962, está sendo violado por parte do Governo Boliviano?

2º — Sabe esse Ministério que o Ministro da Fazenda do País amigo, baixou instruções severas a Alfândega de Porto Soares que fizesse cumprir as tarifas (Arancel) que são elevadíssimas proibindo dessa forma o comércio fronteiriço?

3º — Quais as providências que poderiam ser tomadas no caso em apuro para que viesse normalizar o comércio nas zonas fronteiriças e que grande prejuízo tem dado as regiões atingidas pela determinação do Ministro da Fazenda da Bolívia?

Justificação

Aprovado que foi esse convênio de comércio interregional os Estados limitrofes compreendidos no mesmo, por parte do Brasil: Mato Grosso, Amazonas, Acre e o Território de Rondônia e por parte da Bolívia: Departamentos de Beni, Pando e Santa Cruz de La Sierra, trataram então, essas regiões de estimular o intercâmbio comercial dos artigos constantes das letras A e B, que passas a enumerar:

LISTA “A”

Produtos bolivianos a serem exportados para o Brasil:

1. Borracha em bruto.
2. Castanha.
3. Gado em pé.
4. Gêso.
5. Maçarinas.
6. Quina.
7. Charque.
8. Sal.

LISTA “B”

Produtos brasileiros a serem exportados para a Bolívia:

1. Açúcar cru.
2. Adubos fosfatados e nitrogenados em geral.
3. Chá e erva-mate.
4. Drogas e medicamentos.

5. Cimento “Portland”.

6. Gado para reprodução de cria e de corte.
7. Inseticidas, formicidas e semalhantes.
8. Instrumentos e ferramentas agrícolas.
9. Juta e manufatura de juta.
10. Peças e sobressalentes para veículos automotores.
11. Produtos da siderurgia local.
12. Soros e vacinas para uso humano e animal.
14. Sal.

Esses produtos, cultivados, produzidos ou ali manufaturados e que figuram no projeto do Decreto Legislativo, esse convênio visa permitir a integração econômica das regiões litorais dos dois países, regiões essas de escassa densidade demográfica. Ao isentar esse intercâmbio comercial de quase todas as formalidades exigidas pela legislação em vigor procuramos ambos os países, adotar uma atitude realista, possibilitando, através da abolição das tarifas alfandegárias, o florescimento das transações comerciais, as quais vinham se intensificando, porém, que infelizmente, desde do que acima expusimos há mais de dois meses encontram-se quase paralisadas. A atitude do Governo Boliviano, veio trazer sérios prejuízos principalmente a praça de Corumbá-Mato Grosso, cujo ritmo de comércio com aquele país, era grande, quando foi surpreendida com o fechamento da fronteira, provocando como era natural, uma certa corrida no comércio daquela praça, que vinha mantendo determinado estoque de mercadorias destinadas a venda e cujo escoamento se tornou difícil.

Esperamos que V. Exª o nosso digno Ministro das Relações Exteriores, compreenda a situação afiliva em que estão os comerciantes brasileiros das regiões que, a propósito do convênio mantinham o intercâmbio comercial com a Bolívia, pondo termo a uma situação deveras desagradável. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

O projeto encaminhado à Mesa pelo Senhor Senador José Kairala, e que foi lido por S. Exª, depende de apeloamento.

Os Srs. Senadores que o apoiam queiram permanecer sentados.

(Pausa)

Está apoiado. O projeto será publicado e encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

A sessão será suspensa por trinta minutos enquanto é preparada a matéria que será objeto de discussão a seguir.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 55 minutos e reaberta às 16 horas e 25 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa requerimento de informações que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 475, de 1963

Nos termos do Regimento Interno desta Casa solicito a Vossa Excelência se digna encaminhar ao Excmo. Senhor Ministro das Relações Exteriores, o seguinte requerimento de informações:

1º — Se o referido Ministério tem conhecimento de que o Convênio In-

Bérgo de Belém, dirigida por devotação religiosa e contando com o valioso apoio e ajuda de abnegadas e simpáticas da sociedade paraense, vem praticando há dez anos, apreciáveis serviços à coletividade, cuidando do amparo à criança.

Em verdade, competiria ao Poder Executivo a incumbência de declarar tais entidades como de utilidade pública, conforme dispõe a Lei nº 91, de 1933.

Nada obsta, entretanto, que o Poder Legislativo, como tem feito frequentemente nos últimos tempos, chame a si esta tarefa e promulgue lei desta natureza. Como é óbvio, devem ser observados os requisitos mínimos exigidos pelo artigo 1º da Lei nº 91, de 1933, isto é, deve ser provado que a entidade possui personalidade jurídica, esteja em funcionamento, servindo desinteressadamente à coletividade, e que os cargos de sua diretoria não sejam remunerados.

Anexos à proposição encontram-se documentos que comprovam, de maneira cabal, possuir a Associação Bérgo de Belém todas as condições exigidas pela lei para que possa ser declarada de utilidade pública. Assim, desde que já atendidos esses requisitos, julgamos supérflua a expressão "nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1933", constante do artigo 1º Alim disso, entendemos ser de melhor técnica legislativa que a nova lei não faça referência à anterior, que se dirige, exclusivamente, ao Poder Executivo. Por estas razões, apresentamos emenda suprimindo a referida expressão.

5. Em face do exposto, nada havendo, do ponto de vista jurídico-constitucional, que possa ser arguido contra o projeto, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela sua aprovação, com a alteração constante da seguinte.

Emenda nº 1-CCJ

Do artigo 1º:

Suprima-se a expressão: "nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1933".

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1963. — Senadores: Wilson Gonçalves, Presidente. — Edmundo Levi, Relator. Ruy Carneiro — Josephat Marinho — Eurico Rezende — Aloysio de Carvalho.

Nº 269, DE 1964

Da Comissão de Saúde, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 150, de 1963, que declara de utilidade pública a Associação Bérgo de Belém, sediada em Belém, Estado do Pará.

Relator: Sr. Pedro Ludovico.

O Senador Lobão da Silveira é autor do projeto de Lei que considera de utilidade pública, nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, a Associação Bérgo de Belém, sediada na Capital do Estado do Pará, que está sob a direção de religiosas e residentes.

Essa associação conta com o amparo da sociedade paraense, e vem retribuindo a esta com inestimáveis serviços dentro de sua alçada.

Funcionando regularmente e com personalidade jurídica definida, é merecedora do apoio que lhe traz o projeto em tela.

Torna também favorável a aprovação da emenda apresentada pela Comissão de Justiça.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1964. — Sifredo Pacheco, Presidente. — Pedro Ludovico, Relator. — Lopes de Castro — Raul Giuberti.

Nº 270, DE 1964

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 150, de 1963, que declara de utilidade pública a Associação Bérgo de Belém, sediada em Belém, Estado do Pará.

Relator: Sr. Senador Argemiro de Figueiredo.

O Projeto de Lei nº 150, de 1963, é da autoria do nobre Senador Lobão da Silveira e visa a declarar de utilidade pública a "Associação Bérgo de Belém", sediada em Belém, Estado do Pará.

Trata-se de uma sociedade que, há dez anos, funciona em Belém, onde vem cuidando, com real proveito, dos problemas ligados ao amparo à criança. É dirigida por um grupo de pessoas abnegadas, umas religiosas e outras integrantes da melhor sociedade paraense.

A Instituição tem personalidade jurídica e merece o favor que o Projeto lhe outorga. É, assim, favorável o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1964. — José Emilio de Moraes, Presidente. — Argemiro Figueiredo, Relator. — Bezerra Neto — Wilson Gonçalves — Victorino Freire — Afonso Franco — Sifredo Pacheco — Mem de Sá — Aurélio Viana.

Pareceres ns. 271, 272 e 273, DE 1964

Nº 271, DE 1964

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Decreto Legislativo número 53, de 1963 (Projeto de Decreto Legislativo número 163-B-63 na Câmara) que aprova o texto do Acordo de Turismo entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa, a 9 de agosto de 1960.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.

O projeto de decreto legislativo número 50-63 tem por objeto a ratificação do texto do Acordo de Turismo entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa, em 9 de agosto de 1960.

Só a 26 de novembro de 1963 foi enviada mensagem do Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional, solicitando a ratificação do Acordo assinado em Lisboa, em 1960, em cumprimento do disposto do artigo 66, I, da Constituição Federal (mensagem número 270).

A Comissão de Relações Exteriores elaborou o projeto de decreto legislativo, em 4 de fevereiro do ano seguinte, na Câmara dos Deputados.

As Comissões de Economia e de Finanças daquela Casa do Congresso Nacional opinaram pela aprovação do projeto, a unanimidade de votos (5 e 25 de setembro de 1963), que marcou a aprovação do plenário, e remetido ao Senado, em 12 de dezembro do ano findo.

O projeto veio a Comissão de Constituição e Justiça em 29 de janeiro do ano, sendo recebido pelo Relator em 20 de março.

O Acordo foi assinado em Lisboa, por ocasião da visita do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, com o propósito de incrementar o turismo entre os dois países, pela mútua concessão de facilidades. Não há reciprocidade nas concessões pactuadas, mas respeito às legislações vigentes nos dois países, cuja reciprocidade se encontra atendida pelas duas Altas Partes Contratantes.

O acordo determina que os casos em que os cidadãos de ambos os países serão apreciados pela Comissão Mista Brasil-Portugal, criada pela Declaração Conjunta dos Presi-

dentas das duas Nações, em 11 de junho de 1957, autorizando, ainda, a denúncia do Acordo, a qualquer momento, cessante os seus efeitos após três meses de notificação oficial.

Sob o ponto de vista jurídico e constitucional nada há que ostente a ratificação do Acordo, deferindo-se às Comissões de Relações Exteriores e de Finanças o conhecimento do merecimento da matéria outra inserida no ato internacional.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1964. — Afonso Arinos, Presidente. — Jefferson de Aguiar, Relator. — Wilson Gonçalves. — Josephat Marinho. — Bezerra Neto. — Edmundo Levi. — Menezes Pimentel.

Nº 272, DE 1964

Da Comissão de Relações Exteriores sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1963 (P.D.L. nº 163-B-63 — na Câmara) que aprova o texto do Acordo de Turismo entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa, a 9 de agosto de 1960.

Relator: Sr. Aarão Steinbruch.

O presente projeto de Decreto Legislativo aprova o texto do Acordo de Turismo entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa, a 9 de agosto de 1960.

O artigo 1º do Acordo assinala que "cada uma das autoridades de cada país definir, nos termos da legislação em vigor, os conceitos de "turismo", "turista", "turista estrangeiro", "taxas portuárias", "licença de importação", "veículo", "bagagem", "objetos de uso pessoal" e demais expressões contidas ou não, no presente Acordo".

O artigo 4º estabelece:

"Quando destinados a fins exclusivamente turísticos, as Altas Partes Contratantes se comprometem a providenciar a dispensa de pagamento de direitos alfândegários ou taxas portuárias de todo material ou documentação de propriedade, assim designada, pelas autoridades competentes de cada país, de acordo com a legislação e regulamentação em vigor".

Assinala a Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores que o Acordo tem por fim estimular o turismo entre os dois países pela mútua concessão de facilidades, "tanto para os turistas propriamente ditos, como para material de propaganda que uma das Altas Partes Contratantes deseja usar no território da outra".

Em face das finalidades expressas no preâmbulo do Acordo e na Exposição de Motivos do Itamaraty, como pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1963.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1964. — Benedito Valladares, Presidente. — Aarão Steinbruch, Relator. — Antonio Carlos — Victorino Freire — Argemiro Figueiredo — Menezes Pimentel — Ruy Carneiro — José Goulart — Felício Müller — José Cândido Ferra.

Nº 273, DE 1964

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1963, que aprova o texto do acordo de Turismo entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa, a 9 de agosto de 1960.

Relator: Sr. Argemiro de Figueiredo.

O Projeto de Decreto Legislativo, nº 50, de 1963, visa a aprovar o texto do acordo de Turismo entre Portugal e o Brasil, assinado em Lisboa, a 9 de agosto de 1960.

O Projeto já tramitou pelas Comissões técnicas da outra Casa de Congresso, com pareceres favoráveis — vem agora ao nosso exame.

É realmente, da competência do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre os tratados e convenções celebradas com os Estados estrangeiros pelo Presidente da República. É o que dispõe o art. 63 inciso I, da Constituição Federal.

O Acordo ou Convenção que ora analisamos foi celebrado em 1960, em Lisboa, pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, ao lado da visita oficial feita, por essa então, ao homem público, a Portugal.

A Mensagem de 1962, que tomou o número 178, o Presidente Jânio Goulart, enviou ao Congresso o texto do Acordo, para os fins constitucionais.

O texto da Convenção compõe-se de 7 artigos, todos eles visando fomentar o turismo entre as duas partes contratantes, nações vizinhas, para laços históricos de amizade, através de concessões e facilidades recíprocas. É assim que se assegura a livre circulação das pessoas de cada uma das Altas Partes Contratantes, no território do outro, de modo que o façam pelos pontos de fronteira normais, isenta de pagamento de impostos alfândegários e taxuários, o material de propaganda, de fins turísticos. Tal isenção entende-se ainda à bagagem do objeto de uso pessoal dos turistas.

Além das vantagens da maior facilidade de deslocamento, o Acordo em causa convém salientar, foi celebrado em rigorosa observância aos preceitos da reciprocidade de tratamento.

No âmbito da Comissão de Finanças, não há o que impugnar. Opinamos, assim, favoravelmente à aprovação do Acordo de Turismo, entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa, a 9 de agosto de 1960. É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1964. — José Emilio de Moraes, Presidente. — Argemiro de Figueiredo, Relator. — Bezerra Neto — Afonso Franco — Victorino Freire — Wilson Gonçalves — Aurélio Viana — Sifredo Pacheco — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está na leitura do Expediente. (Parecer.)

No expediente lido figura, encaminhado pelo Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1963, de iniciativa daquela Casa, que cria o Vice-Presidente da República e o assessor do País.

De acordo com o disposto no art. 323, nº 11.b.1, do Regimento Interno, proposições dessa natureza são independentemente de requisição do rito das matérias em regime de urgência especial, estabelecida no § 5.º do mesmo artigo.

O projeto, assim, será submetido à deliberação da Casa em sessão extraordinária da presente sessão, a fim de se pronunciarem a Comissão de Constituição e Justiça.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Leite Neto.

O SR. LEITE NETO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejo, neste momento, formular algumas apreciações em relação aos acontecimentos no Brasil, nos últimos três meses. É uma v

dadeira excursão de dileitante, opinando sobre esses mesmos acontecimentos.

Inicialmente quero referir-me ao Presidente desta Casa, Senador Moura Andrade, a quem quero prestar minhas homenagens pela maneira correta com que se houve, neste período da história brasileira, defendendo, intransigentemente, os direitos e prerrogativas desta Casa do Congresso Nacional.

E! apenas, Sr. Presidente, a constatação do fato, fazendo-lhe justiça. (Lendo)

Senhor Presidente,

Senhores Senadores, o povo brasileiro vive, atualmente, atormentado por um angustiante dilema: vivemos um movimento revolucionário e democrático, levado a cabo em defesa das grandes ideais civilizadores: do ideal de paz, de progresso econômico e de justiça social ou, simplesmente assistimos à eclosão de um movimento banal e mediocre, de um golpe de estado tão comum nas repúblicas latinas americanas? Oxalá o tempo venha a nos demonstrar, que os homens que encabeçaram o movimento vitorioso estavam e estão realmente conscientes das suas responsabilidades perante a história do Brasil.

Se o movimento colimou a defesa da liberdade contra a opressão; da ordem contra a desordem; se os seus responsáveis tiveram sinceramente como objetivo o restabelecimento do império da Constituição e das leis, legitimamente elaboradas; se o pensamento dos revolucionários estiver realmente voltado para a luta contra o subdesenvolvimento econômico e para a conquista da maturidade e do bem-estar social, então o movimento foi justo, teve caráter revolucionário e merece o apoio de todos os bons brasileiros.

Se, entretanto, para desgraça do nosso País" tal movimento, envolto nas malhas da ignavia e da mediocridade visou, tão somente, a substituição de um governo por outro, colimando a implantação de um regime discricionário e de violências, então se trataria de um golpe de estado para implantação de uma ditadura.

Creio contudo na sinceridade dos objetivos do movimento vitorioso. Mas, para chegarmos a uma conclusão certa em torno dos fatos acontecidos, temos que examinar os fatos com reflexão, serenidade e desassombro.

A verdade é somente a verdade é o que nos interessa.

Bem sabemos que é difícil escrever a história de um período em que partilhemos com as nossas emoções, sentimentos e afirmações. Já o proclamam judiciosamente o filósofo Victor Cousin, que a história é a pedra de toque que desgasta o ferro e faz brilhar a verdade. Contudo, eu me balanceo a transpor o espinhoso caminho visando prestar serviço à minha pátria neste momento de angústias e aflições para o povo brasileiro.

Vivemos nestes últimos anos, na Câmara e no Senado, advertindo o País para a gravidade da situação, pois, no nosso entender, a inflação provocara a queda do poder aquisitivo da moeda e a elevação permanente dos preços.

O custo de vida tornara-se insuportável, daí resultando grave inquietação social fermentada ainda mais por greves oficiais.

Por tanto formulamos desta tribuna um veemente apelo ao governo no sentido de que restabelecesse com urgência a tranqüilidade indispensável à luta contra a inflação. Infelizmente não fomos ouvidos pois clamamos na ignorância.

Por tanto, se então um processo de intervenção que culminou com o começo do dia 13, o dia fatídico.

Pouco depois surge o lamentável episódio da insubordinação dos marinheiros.

O povo, alarmado, saiu às ruas pedindo tranqüilidade para o País que marchava inexoravelmente para o caos.

Os governadores e as forças armadas confraternizaram e saíram às ruas em defesa da Constituição, do regime democrático e das tradições cristãs do povo brasileiro.

Vitoriosa a revolução, sem derramamento de sangue, houve uma euforia generalizada e restabeleceu-se a ordem e a legalidade.

Pouco durou, porém, a alegria do povo.

Para empanar o brilho da revolução apareceu o famoso Ato Institucional.

Alguns dos direitos fundamentais da pessoa humana foram suspensos. A autonomia dos Estados foi desrespeitada.

Ora Senhores Senadores, as leis são normas reguladoras, que devem ser elaboradas pelo órgão específico nas democracias, e, que outro não é senão o Congresso Nacional cuja legitimidade promana da Constituição.

O povo que estava alegre, ficou triste, inquieto e angustiado esperando ansiosamente pelo retorno ao império da Constituição e à legalidade democrática.

Uma revolução, não se impõe à estima e respeito dos nossos conterrâneos, se ela visa somente a realização de prisões, umas fistas, e outras iníquas. Uma revolução não tem cabimento, quando promove a humilhação do Congresso e atemoriza os congressistas ameaçados de violência e estorvados nos seus direitos de livre manifestação de pensamento.

Uma revolução só se justifica quando ela traduz os grandes anseios da nacionalidade.

Contudo, cumpre acentuar, que nos horizontes da pátria surgiu um clarão, que cheira de esperanças os corações dos brasileiros: A eleição do general Castelo Branco para a Presidência da República.

Dir-se-ia, que do ocaso da democracia, surgira um novo arrebol para a Pátria angustiada, já sorridente, na antevisão do retorno à legalidade democrática. São tremendas as responsabilidades que recaem sobre os ombros deste grande cidadão.

Cumpre-lhe em primeiro lugar restaurar o prestígio da Constituição e das leis, restabelecendo a ordem jurídica ameaçada de completo colapso. Compete ao presidente promover o ressurgimento, na sua plenitude, do poder civil, usando a competência constitucional de chefe do governo e de chefe supremo das forças armadas. O direito é instrumento indispensável à harmonia social. Onde existe uma sociedade humana, aí deve o direito se impor como elemento de integração do círculo social e como força estabilizadora e de coesão da sociedade. Fora daí o povo cai no regime da desordem, da anarquia, da opressão e da ditadura, fascista ou comunista.

Somos nós que acreditamos na inteligência criadora dos homens, elaborando o direito, que domina a força da violência, ou, como diria Tobias Barreto: A força que destrói a própria força e se faz direito.

Cumpra, pois, ao eminente Chefe de Estado restabelecer os direitos fundamentais da pessoa humana, ora ameaçados.

Isto não significa que pletearmos a impunidade para os que tentaram destruir as nossas instituições; antes, pelo contrário, achamos que essas punições adquirirão legitimidade para os que tentaram destruir as nossas instituições; antes, pelo contrário,

achamos que essas punições, adquirindo legitimidade, se feitas dentro do respeito às nossas normas jurídicas, que proclamam a intangibilidade do direito de defesa. O pior delinquente não pode ser condenado sem que se lhe faculte o direito de defesa.

O País onde mais se respeita a liberdade e o direito é a Inglaterra e ninguém dirá que lá as autoridades não possuem a força do direito para reprimir eficientemente todas as formas de delinquência.

Há poucos dias, Sr. Presidente, tivemos um exemplo que deveria servir para a humanidade. Num escândalo público, foi envolvido o Ministro da Guerra e não por ser Ministro da Guerra pôde eximir-se ao clamor público e ao respeito pela opinião nacional grande país. E! que ali realmente funciona, numa quase perfeição, o sistema democrático, a legalidade democrática.

Volvamos, pois, com urgência, à legalidade democrática como preliminar à gigantesca obra administrativa que o governo deve, sem tardanças, enfrentar e que já está enfrentando.

O momento em que vivemos é o mais propício à solução dos grandes problemas nacionais: o financeiro, o econômico e da alimentação, transportes e energia, o educacional e o sanitário.

Todos eles se apresentam desafiando a capacidade realizadora do governo.

Urge que a administração volte a funcionar com rapidez, segurança e austeridade.

Indispensável, que os homens públicos do Executivo e do Congresso atendam às aspirações e anseios do povo brasileiro bem digno de melhor sorte. Ou hoje ou nunca! Ou atendemos a essas justas aspirações de bem-estar social ou seremos gulinchados pela história.

Os problemas são extremamente complexos mas não são insolúveis. Acreditamos sinceramente, que o atual Presidente da República possui a visão de verdadeiro estadista, desapegado com as medidas demagógicas que granjeiam popularidade fácil e efêmera e, com a visão voltada para o porvir desta Pátria, que possui inextinguíveis fontes de recuperação financeira econômica e social.

Não cabe, num simples discurso, aprofundar conceitos e emitir parecer sobre problemas eminentemente técnicos. Desejo, apenas, ensinar ao Senado e à Nação a oportunidade de colher uma visão panorâmica de tais problemas verdadeiramente cruciais para o progresso deste País. Não adianta, Sr. Presidente, resolver um problema isoladamente. O plano do governo deve ser amplo, abrangendo todos, pois todos são intimamente correlacionados. Não conseguiremos êxito na luta contra o subdesenvolvimento econômico se, simultaneamente, não atacarmos o problema do saneamento financeiro, o problema educacional, o sanitário, o agrícola e a ampliação do parque industrial.

Especialmente nas áreas subdesenvolvidas do Norte e do Nordeste, o da energia e transportes e, finalmente a expansão do nosso comércio exterior. Mas convém acentuar: no saneamento de nossas finanças, que se encontram deterioradas, o Governo só logrará êxito se proceder com energia firme, serenidade e bom-senso. Estas não sendo sufocadas por um processo inflacionário galopante que, se não for debelado, levará fatalmente o País ao caos, apesar da revolução.

O déficit previsto para este ano é calamitoso, ultrassaindo a casa de bilhão. O meio circulante está na altura de um trilhão. Já não se fala mais em bilhões, Sr. Presidente, só se

fala em trilhões. O índice do custo de vida, numa altura alarmante. O nosso índice de crescimento econômico é nulo. O panorama continua sombrio.

É necessário atacar as causas específicas e adjuvantes da inflação e não fazer obra de mezinheiro, atacando somente os sintomas.

Cumpra reduzir, quanto possível, o déficit orçamentário e as emissões de jato contínuo de papel-moeda, que congestionam, dia-a-dia, o meio circulante.

A indústria da moeda deve ser combatida por todos os meios e modos. O orçamento vigente deve ser reexaminado, elaborando-se um plano de contenção de despesas, que vise eliminar as superfúas e adiáveis e que dê prioridade aquelas que visem afastar os pontos de estrangulamento da economia nacional. Urge que o governo promova um processo de desinflação gradual e ponderado de tal forma, que o doente não venha a falecer em consequência da cura.

A indústria da moeda, Sr. Presidente, rouba a este País mais de duzentos milhões de cruzeiros por ano!

O Sr. Pedro Ludovico — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LEITE NETO — Pois não!

O Sr. Pedro Ludovico — Alá, o Ilustre Deputado trabalhista, César Prieto, do Rio Grande do Sul, diz que a moeda vai a mais de um trilhão de cruzeiros por ano!

O SR. LEITE NETO — Já conversei com S. Exa. a respeito. Preferi, entretanto, basear-me em dados estatísticos, que compulamos na ocasião. S. Exa. foi um pouco pessimista e elevou o quantitativo...

A mesma substância, Sr. Presidente, pode servir como medicamento e pode servir, também, como veneno; tudo depende do "savoir faire", de saber aplicar, de saber dosar. Mais adiante me expressarei sobre esse assunto.

(Lendo) Nada de deflação violenta que poderia acarretar um estado de calamidade pública.

A situação atual do café como produto de exportação muito poderá auxiliar o governo na consecução dos objetivos de saneamento financeiro.

Contudo, cumpre não esquecer, que não lograremos obter boas finanças sem economia abundante.

Necessita o governo desenvolver um esforço tremendo no sentido de expandir o nosso comércio exterior não somente diversificando os nossos produtos de exportação como conquistando novos mercados e ampliando os atuais.

Expor cada vez mais eis o lema! Cumpra ampliar e aperfeiçoar o nosso parque industrial.

O problema agrícola deve seguir paralelamente o industrial.

Com a brusca implantação da indústria em nosso País, muito se agravou o problema de abastecimento nos grandes centros populacionais. Os trabalhadores rurais foram atraídos para as indústrias. O êxodo rural agravou a situação da agricultura e os camponeses emigraram para as cidades, transformando-se de produtores agrícolas em meros consumidores.

Agravou-se, assim, bruscamente o problema alimentar no Brasil.

A agricultura entrou em decadência, porque não compensou a perda de braços, mediante o aumento da produtividade, através da mecanização, da adubação e da irrigação. Hoje a industrialização da agricultura é obra inviável. Não logramos atingir o seu progresso se não utilizarmos, ra-

cionalmente, os processos técnicos do financiamento da produção agrícola, mecanização, irrigação e adubação.

O Sr. Afílio Fontana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LEITE NETO — Pois não.

O Sr. Afílio Fontana — Estou ouvindo o discurso de V. Exa., nobre Senador Leite Neto, com toda atenção. V. Exa. (e todos sabemos) é homem integrado nos problemas econômicos, estudando.

O SR. LEITE NETO — Obrigado a V. Exa.

O Sr. Afílio Fontana — ...e, conseqüentemente, uma autoridade para falar sobre a matéria. Com referência à produção agrícola e pastoril, V. Exa. abordou, certamente, pontos que são vitais para o seu desenvolvimento.

O SR. LEITE NETO — V. Exa. deve estar lembrado da explicação que dei, inicialmente: de que apenas se afloar os problemas, porque, num simples discurso, não seria possível entrar em pormenores.

O Sr. Afílio Fontana — Vemos que V. Exa. acompanha de perto os problemas rurais. Devemos ressaltar que um dos setores cruciais, foi abordado, se não me engano, na sessão de ontem eu entendi, pelo nobre Senador Mem de Sá, e é o que se refere ao homem.

O SR. LEITE NETO — Entendi nesse assunto mais adiante. Teuha V. Exa. mais um pouco de paciência.

O Sr. Afílio Fontana — Em nosso País só uma percentagem mínima de agricultores conhece realmente sua profissão...

O SR. LEITE NETO — Exato.

O Sr. Afílio Fontana — ...e adota os sistemas mais modernos usados na Agricultura. Sem dúvida, esta é a razão por que a nossa produtividade é bastante modesta.

O SR. LEITE NETO — Vou entrar nesse terreno. Agradeço a V. Exa. o aparte.

O Sr. José Guimard — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LEITE NETO — Pois não.

O Sr. José Guimard — Parece-me que a solução estaria mesmo na questão da melhoria dos processos agrícolas e pecuários, tão falada e proclamada, mas nunca realizada. A respeito do êxodo rural, trata-se de um fenômeno do século, em todos os países do mundo, e não creio que haja uma solução quanto a esta parte. O problema da Agricultura, como diz o nobre Senador Afílio Fontana e V. Exa. mesmo, é este sim, é que deve ser cuidado, porque o outro parece-me que não tem solução.

O SR. LEITE NETO — Responder ao aparte de V. Exa., quero informar que todos os países do mundo, sem exceção, tanto os do mundo capitalista, os da democracia ocidental, como os da área socialista, só lograram êxito no equilíbrio de sua economia, quando, paralelamente à industrialização, promoveram o progresso da Agricultura. Os que assim não fizeram, tiveram que lutar contra a fome. Exatamente o motivo foi aquele que eu, há pouco, invoquei — com o crescimento da industrialização agravou-se, de maneira alarmante, o êxodo rural e, para compensar essa perda, só há um meio: elevar a produtividade a fim de que a agricultura se recupere.

O Sr. Presidente, já esclareci, inicialmente, que o objetivo do meu discurso não era entrar em pormeno-

res ou descer em profundidade sobre cada um dos problemas. A minha intenção foi apenas num *vol d'oiseau*, dar uma idéia geral dos problemas nacionais e o que o Governo deve ter em mira.

(Lê) Não lograremos êxito no seu progresso se não utilizarmos racionalmente os processos técnicos de financiamento da produção agrícola, mecanização, irrigação e adubação. Temos que combater o latifúndio improdutivo e promover sem tardança uma reforma agrária realista, racional, que obedeça aos ditames da ciência e da técnica.

Uma reforma que leve em conta as diferenças entre as diversas regiões geo-econômicas deste País e baseada no sistema cooperativista. Se assim não procedermos a reforma estará fadada a irreversível insucesso. Bem sabemos que o problema de financiamento da reforma é angustiante. Contudo, existem várias fontes de recursos que poderão ser utilizadas: o fundo agrário nacional; passagem da cobrança do imposto territorial para a esfera de competência da União, sendo tal imposto cobrado em caráter progressivo e gravando pesadamente os latifúndios improdutivos; recursos substanciais da aliança para o progresso e empréstimos externos, a longo prazo.

E não é sem razão que eu invoquei aqui a Aliança Para o Progresso, para solução de nosso problema de reforma agrária. Não é novidade, Sr. Presidente. Outros países já têm recorrido a esta fonte, inclusive o México, o Peru, o Chile e outros países da América Latina. Por que então a Aliança Para o Progresso, que na sua programação doutrinária aconselha as reformas agrárias, por que então ela não concorre para que se concretize esta grande aspiração dos povos do mundo inteiro, e especialmente dos latino-americanos?

O Sr. José Guimard — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador). Nobre Senador Leite Neto, existe no Senado um projeto de reforma agrária aprovado pela Câmara dos Deputados. V. Exa. saberá informar se as observações que estão sendo feitas neste instante, em seu belo discurso, estão nele contidas, ou mereceram alguma aceitação dentro do contexto deste projeto?

O SR. LEITE NETO — Não sei informar a V. Exa., mesmo porque, de alguns anos para cá, foram apresentadas...

O Sr. José Guimard — Eu me refiro ao projeto que já está aqui.

O SR. LEITE NETO — ...algumas dezenas de projetos de reforma agrária, inclusive um que já foi aprovado pelo Senado, o do Senador Milton Campos. Mas infelizmente o problema, até hoje, fez sem solução.

Eu mesmo tive ensejo — como estava perfeitamente convencido da urgência da solução do problema — de apresentar projeto de reforma agrária de emergência, associando o problema da reforma agrária ao da colonização.

Se esse projeto tivesse sido aprovado, naquela época, nós estaríamos, hoje, com 10.000.000 de hectares, pelo menos, no regime de colonização. Infelizmente, ele foi congelado.

(Retomando a leitura)

Enfim, Sr. Presidente, estudando-se pacientemente o problema a solução será encontrada dentro da Constituição.

As propriedades devem ser vendidas, pelo prazo mínimo de quinze anos com três de recesso. Contudo, cumpre não esquecer que o problema não consiste apenas em distribuir terras a novos proprietários, mas, por igual,

proporcionar a estes, os meios adequados para produzir, tendo em vista a elevação da produtividade agrícola. Necessitamos passar da agricultura colonial para a agricultura moderna trocando a enxada pelo trator. (Muito bem!)

Os países que realizam com rapidez os seus processos de industrialização necessitam, imperativamente, realizar idêntica revolução agrícola, visando a elevação da produtividade mediante a adoção de processos técnicos e científicos. Contrariamente marcharão inexoravelmente para o regime de fome e subfome. É o caso do Brasil.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador). — Estou ouvindo o magnífico discurso pronunciado por V. Exa. Realmente é oportuno, por muitos ângulos. O primeiro deles é a questão dos impostos. Há Estados no Brasil que não recebem cinquenta por cento do que lhes é devido. O mesmo acontece com os impostos federais. Há repartições, como a do Imposto de Renda, que deviam ter equipamentos modernos para poder controlar os recebimentos e não os possuem. Falta mecanização. Sem ela não se poderá atender ao crescente desenvolvimento do Brasil. Com relação à parte agrícola, admiro a exposição de V. Exa., porque nenhum país poderá desenvolver-se industrialmente sem que seja amparado por uma produção agrícola. Tomemos o Mercado Comum Europeu que deu um exemplo, recentemente, ao mundo fazendo a reforma de produção, a reforma agrícola aumentando de 800.000 hectares para 3.200.000 e de 15.000 colheitas para 250.000, podendo, assim, criar, dentro daqueles países velhos e de terras raras, com uma técnica moderna de produção, adubação e defesa da produção, por meio de pesticidas, uma nova esperança e uma produção equilibrada para as suas necessidades não precisando importar, como, aliás, a França quis fazer, há três anos, mercadorias para o país, a fim de fazer baixar o preço interno. Sua produção é, hoje, suficiente e está em condições de realizar o que desejava.

O SR. LEITE NETO — Obrigado a V. Exa. pelo aparte, que irá ilustrar o meu discurso.

(Lê)

O Sr. Presidente Kubitschek promoveu a industrialização em tempo record. É necessário completar a obra racionalizando e modernizando a agricultura. Ou isto, ou seremos tragados pelo espectro da fome, que atormenta não só o Brasil como grande parte da humanidade.

Defronta-se o mundo de hoje com três problemas formidáveis:

1º) o crescimento da população que adquire proporções geométricas;

2º) o crescimento da produção de alimentos, que atinge, em certos países, proporções astronômicas;

3º) finalmente o empobrecimento da terra em consequência da erosão.

Resurge, Sr. Presidente, infelizmente, a lei de Malthus.

Enquanto isso, constata-se os estudos da matéria, que, "mal, da metade da humanidade vive num regime alimentar inferior ao estritamente necessário, e essa situação alarmante longe de melhorar agrava-se incessantemente".

A situação do Brasil é angustiante, quando poderia ser boa, graças às nossas possibilidades econômicas no campo da agricultura e da pecuária e que ainda não foram mobilizadas por uma arancada consciente contra o subdesenvolvimento econômico.

A população brasileira em 1887 foi estimada em 7.244.000 e um século após, já subia em 1987 para 53.212.000

elevando-se em 1960 a mais de 70 milhões.

Enquanto isto a nossa situação alimentar é bem inferior à da Argentina, pois, constatou-se que, em idêntico período, enquanto um argentino apresentava um nível médio de consumo da ordem de 3.190 calorias o brasileiro consumia apenas 2.340! Mas o nosso tem solução, contanto que o governo se disponha a promover uma nova e grandiosa arrancada, contra o subdesenvolvimento econômico, arrancada previamente planejada e seguida a orientação de técnicos e cientistas. Urge, entretanto, que o governo, já e já, ataque com coragem os problemas das condições para o desenvolvimento, racionalizando o crédito agrícola que deve ser feito a juros baixos e a prazo, segundo o ciclo vegetativo das culturas.

Finalmente, para apressar o ritmo de nosso desenvolvimento econômico, cumpre ao governo atacar com impulso revolucionário os problemas de educação e saúde. O analfabetismo e a doença são dois estrosos ao nosso progresso econômico.

A campanha pela erradicação do analfabetismo deve empolgar todas as classes sociais do País. Se o governo conseguir vencer esta batalha terá justificado, de maneira admirável, perante a história, a sinceridade e o patriotismo dos homens da revolução. Entretanto o problema não se resume na erradicação do analfabetismo. Para facilitar o êxito da reforma agrária cumpre ao governo estabelecer uma vasta rede de escolas rurais, escolas de iniciação agrícola, escolas agro-técnicas e Escolas Superiores de agronomia.

O Brasil tem fome de técnicos agrícolas, que, infelizmente escasseiam em virtude do abandono a que está relegado o ensino rural em nosso País.

E, aqui, exemplifico. Sr. Presidente, o abandono lamentável, por parte do Ministério da Agricultura, O meu Estado só possui uma escola agrícola. Há cerca de quinze dias, entretanto, foi fechada por falta de verbas. E note-se que funcionava há cerca de trinta anos.

Agora por derradeiro o problema sanitário. É necessário promover, com urgência, uma campanha nacional contra as endemias rurais. O homem doente tem o seu potencial econômico reduzido ou totalmente eliminado o que prejudica o esforço na luta contra o subdesenvolvimento.

Mas paremos aqui.

A obra a ser enfrentada pelo atual governo é grandiosa e ele pode lograr pleno êxito. Contudo, para ser bem sucedida, necessita tomar imediatamente as seguintes providências:

Restaurar os direitos fundamentais da pessoa humana inscritos na Constituição;

Restabelecer em sua plenitude a autonomia dos Estados e dos Municípios que vigorou no período republicano;

Restabelecer o princípio de independência e harmonia dos poderes.

Tranquilizar o povo brasileiro.

Se assim proceder, o Presidente Castelo Branco imitará Caxias, o Pacificador: grande na guerra e generoso na paz.

Contará, então com a gratidão imorredoura de seus conterrâneos, que só sabem respirar o ar perfumado da paz, da justiça social e da liberdade. (Muito bem; muito bem! Palmas. O orador é vivamente cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Afílio Fontana.

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, do